**Existe democracia sem verdade facutal?**

1

Eugênio Bucci

1 Este livro se baseia na pesquisa realizada pelo autor para a prova de erudição em concurso para o cargo de professor titular no Departamento de Informa- ção e Cultura (CBD), da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), em junho de 2017. Essa mesma pesquisa gerou duas conferências realizadas em dois ciclos de palestras organizados por Adauto Novaes. Pode ser que trechos do presente volume coincidam com trechos das duas conferências. A primeira delas, “Pós-fatos, pós-imprensa, pós-po- lítica: a democracia e a corrosão da verdade”, integrou o Ciclo Mutações de 2017, denominado por Adauto Novaes de “Dissonâncias do Progresso”. A segunda – “Em defesa da verdade factual – entre a ‘pós-verdade’ excêntrica e a democracia improvável (uma segunda visita a “Verdade e Política”, de Hannah Arendt)” – foi apresentada no Ciclo Mutações de 2018, denominado “A outra margem da Política”. Registram-se aqui os agradecimentos do autor à jornalista Ana Helena Rodrigues, na pesquisa de fontes, ao jornalista Mar- cos Emílio Gomes, na edição de texto, e a Dimitrios Dimas (MSc), professor de grego, na verificação de palavras do grego antigo. Maria Paula Dallari Bucci leu a primeira versão e sugeriu mudanças providenciais.

**EXISTE DEMOCRACIA SEM VERDADE FACTUAL?**

Cultura política, imprensa e bibliotecas públicas em tempos de *fake news*

Eugênio Bucci

2019

**Estação das Letras e Cores Editora**

# Sumário

**Apresentação 11 Primeira parte:**

**Observação preliminar sobre a verdade na**

**imprensa e na política 19**

[Como mentiras influenciam decisões democráticas 24](#_TOC_250005)

Segunda parte:

[Acerca da verdade que supostamente emancipa 31](#_TOC_250004)

[A informação e seu valor de mercado 37](#_TOC_250003)

Como a informação foi inventada por uma

teoria matemática 41

[Um conceito que não leva em conta a verdade 45](#_TOC_250002)

[A informação se reconcilia com a verdade 51](#_TOC_250001)

Terceira parte:

Por que a verdade factual faz tanta diferença 59

[Dos fatos soterrados à Comissão Nacional da Verdade 67](#_TOC_250000)

**Quarta parte:**

**Duas estratégias de interdição dos fatos 77**

Primeira estratégia de interdição dos fatos

(emanada do poder): os *apagões de real 78*

Segunda estratégia de interdição aos fatos (cujo discurso se vende como um movimento

anti-establishment): o *suicídio da consciência 82*

A opinião como farsa 83

Os fatos na política segundo Aristóteles 88

O fato como trabalho 90

O fato como verdade 91

O fato como acontecimento 92

A palavra fato e sua origem latina 93

O fato como o oposto das imagens e da ilusão 94

**Quinta parte:**

**A dualidade entre a moral e os fatos em**

**Maquiavel e Weber 101**

O Príncipe e o espírito prático 101

A responsabilidade factual em Weber 104

Os fatos e a realização da Justiça 107

A atualidade inconclusa 114

**Posfácio**

**Uma nota ética sobre a biblioteca e a verdade factual**...121

**Bibliografia 123**

Principal 123

Jornais e media eletrônica 128

Complementar 131

*“Como os factos e os acontecimentos – que são sempre engen- drados pelos homens vivendo e agindo em conjunto – con- stituem a própria textura do domínio político, é, naturalmente, a verdade de facto que nos interessa mais aqui .”*

**Hannah Arendt, “Verdade e Política” 1**

1 ARENDT, Hannah. Verdade e Política. In: *Entre o Passado e o Futuro*. Tradução de Manuel Alberto. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 1995. Disponível na in- ternet: <http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/11/Verdade-e>

-pol C3 ADtica.pdf Acessado em 20 de maio de 2017. No original, publicado em primeira mão na revista *The New Yorker* (ver edição de 25 de fevereiro de 1967): “Moreover, since facts and events – the invariable outcome of men liv- ing and acting together – constitute the very texture of the political realm, it is, of course, factual truth that we are most concerned with here.” O texto depois foi publicado ao lado de outros ensaios no livro *Between past and future* (ver a edição americana da Penguin Books de 2006, com prefácio de Jerome Kohn) e também está disponível na internet: https://idanlandau.files.wordpress. com/2014/12/arendt-truth-and-politics.pdf (acessado em 28 de outubro de 2017). Na tradução brasileira, de Mauro W. Barbosa, a expressão “verdade de facto” (do original “factual truth”), aparece como “verdade factual”, que soa mais direta aos ouvidos brasileiros. Ver em ARENDT, Hannah. “Verdade e Política”. In: ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Pers- pectiva, 2016. 8a edição. P. 287. Eis a íntegra da frase na tradução brasileira: “Mais ainda, visto que fatos e eventos – o resultado invariável de homens que vivem e agem conjuntamente – constituem a verdadeira textura do domínio político, é evidentemente com a verdade factual que nos ocupamos sobretudo aqui.” Mesmo assim, embora a expressão “verdade factual” seja mais corrente do que a expressão “verdade de facto” no português corrente do Brasil, em diversas outras passagens a tradução portuguesa encontrou soluções mais cla- ras aos objetivos do presente trabalho. Por isso, deu-se preferência a ela nas citações que serão feitas a seguir.

# Apresentação

Este pequeno livro parte da constatação de que a verdade factual vive uma crise nas sociedades contemporâneas. Para enfrentar essa questão, as páginas que se seguem propõem um painel para reflexões em torno de instituições sociais como as bibliotecas públicas, a imprensa e, de modo geral, os dispositivos vários da comunicação social relacionados direta ou indireta- mente à cultura política. Na perspectiva aqui adotada, o biblio- tecário, como o jornalista, pode ajudar as pessoas a encontrar as informações e as ideias que propiciarão sua autonomia crítica. Lembremos que a liberdade política e artística que vertebra o ideário democrático, orientado segundo os princípios dos Direi- tos Humanos, só existe porque, há pouco mais de dois séculos eclodiram as revoluções iluministas. Sem isso, não haveria im- prensa, não haveria a ideia de que o poder emana do povo, não haveria sentido para a palavra povo, e as bibliotecas não seriam públicas e não teriam a ambição da universalidade em seus acer- vos e em suas portas de entrada.

Este breve livro se filia à tradição do Iluminismo, mas não se acomoda a essa tradição. Outras referên- cias teóricas – muitas outras – serão invocadas, desde elementos

Eugênio Bucci

do pensamento político que tem início na Grécia de Aristóteles até as teorias da informação, nascida no século XX, culminando no intenso debate em torno das chamadas *fake news* e o lugar da verdade factual, tal como formulada por Hannah Arendt, nas democracias contemporâneas.

A dimensão do problema ganhou mais visibilidade quan- do, em sua edição de 10 de setembro de 2016, o semanário inglês *The Economist* foi a público com uma chamada de capa marcante:

“A arte da mentira: a política da pós-verdade na era das redes sociais”.

Com capa, a revista proclamou o ocaso da verdade factual e pautou um debate que se estendeu por meses na Europa e nas Américas.2 Segundo *The Economist*, o divórcio entre o discurso político e os fatos teria se agravado violentamente. A campanha de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, em grande parte abastecida por notícias fraudulentas3, e a propa- ganda mais do que enganosa que levou à vitória do “Brexit” no Reino Unido foram apontadas como sintomas. As democracias

1. No original: “Art of the lie: Post-truth politics in the age of social media.”
2. A expressão “fake news”, em inglês, costuma ser traduzida como “notícia fal- sa” ou “notícias falsas”. Na tradução sugerida pelo professor Carlos Eduardo Lins da Silva, adotada aqui, é “notícias fraudulentas”. O sentido do adjetivo “fake”, em inglês, envolve intenção do agente de enganar o interlocutor, o público ou o destinatário. O adjetivo “falsa”, em português, não implica esse dolo, essa intenção maliciosa. Desse modo, a expressão “notícias falsas” é fraca para traduzir o sentido da expressão “fake news”.

Apresentação

mais estáveis do planeta estariam ingressando numa era em que os relatos sobre os acontecimentos perderam referência na ver- dade factual (ou “verdade de facto”, ou, ainda, a verdade que se extrai da verificação honesta e do relato fidedigno dos fatos e dos acontecimentos).

Dois meses depois dessa capa de *The Economist*, o termo “pós-verdade” foi declarado “a palavra do ano” pelo *Dicionário Oxford*. Em inglês, “post-truth” é um adjetivo que “qualifica um ambiente em que os fatos objetivos têm menos peso do que ape- los emocionais ou crenças pessoais em formar a opinião públi- ca”.4 Também segundo o *Dicionário Oxford*, hoje é muito mais fácil, para um agente político e para as pessoas em geral, mani- pular dados conforme sua vontade.5

O neologismo foi usado primeira vez num artigo do dra- maturgo sérvio Steve Tesich, publicado em 1992 no jornal ame- ricano *The Nation*.6 Em 2004, a expressão foi título de um livro de Ralph Keyes, “fte Post-Truth Era”.7 A expressão “política da pós-verdade” parece ter sido cunhada por um blogueiro, David Roberts, no dia 1º de abril de 2010, para nomear uma cultura política em que a opinião pública atravessada pelas narrativas me- diáticas se desconectou inteiramente das *policies*, ou seja, da *policy*,

1. No original: “Relating to or denoting circumstances in which objective facts are less influential in shaping public opinion than appeals to emotion and personal belief.”
2. Verbete original no *Dicionário Oxford*: “In this era of post-truth politics, it’s easy to cherry-pick data and come to whatever conclusion you desire.”
3. A história é contada em: https[://www](http://www.oxforddictionaries.com/press/).o[xforddictionaries.com/pr](http://www.oxforddictionaries.com/press/)e[ss/](http://www.oxforddictionaries.com/press/) news/2016/12/11/WOTY-16
4. KEYES, Ralph. The Post-Truth Era: Dishonesty and Deception in Contemporary Life. New York: St. Martin’s Press. 2004.

Eugênio Bucci

ou seja, das ferramentas pelas quais são debatidas, estruturadas e implementadas as políticas públicas e, ao fim e ao cabo, a própria substância da legislação em estados democráticos de direito.8

Em 2018, a palavra “Misinformation” foi escolhida a pa- lavra do ano no dicionário digital Dictionary.com. O sentido de “misinformation” envolve a presença da intenção de desin- formar. Embora o termo não seja novo, o dicionário conside- rou que o volume de conteúdos propositadamente errôneos que infestou as redes sociais justifica a escolha do substantivo para palavra do ano. 9

Também recentemente, e não por acaso, a IFLA (Interna- tional Federation of Library Associations and Institutions), pelo menos desde o segundo semestre de 2017, passou a incentivar seus membros a combater as notícias falsas.10 A IFLA distribuiu um cartaz em linguagem infográfica, dirigido a bibliotecários e, principalmente, aos frequentadores das bibliotecas, em diversos idiomas, com orientações sintéticas para prevenir as pessoas con- tra as notícias fraudulentas. Nesse cartaz, a entidade instrui seus

1. Trecho de David Roberts no original: “We live in post-truth politics: a political culture in which politics (public opinion and media narratives) have become almost entirely disconnected from policy (the substance of legislation). This obviously dims any hope of reasoned legislative compromise. But in another way, it can be seen as liberating. If the political damage of maximal Republican opposition is a fixed quantity — if policy is orthogonal to politics — then there is little point to policy compromises.” They do not appreciably change the poli- tics.” Disponível em: <http://grist.org/article/2010-03-30-post-truth-politics/>
2. https[://www.theguardian.com/science/2018/nov/26/misin](http://www.theguardian.com/science/2018/nov/26/misinformation-)f[ormation-](http://www.theguardian.com/science/2018/nov/26/misinformation-) word-of-the-year-dictionarycom
3. Ver: https[://www](http://www.ifla.org/node/11584).if[la.org/node/11584.](http://www.ifla.org/node/11584) O texto “Real Solutions to Fake News: How Libraries Help” passou a ser divulgado a partir da conferência anual da instituição.

Apresentação

integrantes a considerar o fenômeno da desinformação a partir de oito critérios distintos no enfrentamento contra as mentiras disseminadas nas redes sociais. São eles:

1. Verificar a fonte (ou checar a credibilidade do site que divulga a notícia);
2. Ler mais a respeito antes de compartilhar (ou procurar confirmar por outros sites e outras publicações).
3. Comprovar a autenticidade e a seriedade do autor do re- lato ou da imagem.
4. Ver se o conteúdo traz links de apoio que comprovam a história.
5. Ter o cuidado de se certificar se a data da publicação não é antiga (se aquela narrativa ou aquela imagem não se refere a outro período).
6. Assegurar-se de que não se trata de uma paródia, uma pia- da ou uma produção humorística que as pessoas possam estar levando a sério por engano.
7. Avaliar se não são os seus próprios preconceitos que o estimulam a acreditar no conteúdo sem necessidade de maiores comprovações.
8. Na dúvida, consulte o bibliotecário ou algum especialista no assunto.

Nesses alertas, a IFLA faz lembrar as tipificações de “misin- formation” elaboradas pela jornalista Claire Wardle, da Univer- sidade de Harvard, 11 para quem a expressão “fake news” é vaga

1. https[://www.magicwebdesign.com.br/blog/in](http://www.magicwebdesign.com.br/blog/internet/existem-7-tipos-fake-)t[ernet/exis](http://www.magicwebdesign.com.br/blog/internet/existem-7-tipos-fake-)t[em-](http://www.magicwebdesign.com.br/blog/internet/existem-7-tipos-fake-)7[-tipos-fake-](http://www.magicwebdesign.com.br/blog/internet/existem-7-tipos-fake-) news-voce-conhece-todos/

Eugênio Bucci

demais, imprecisa demais. Segundo Claire Wardle, seria menos vago nomear cada uma das variantes, colocando todas elas dentro da categoria geral de “desinformação” (“misinformation”). 12 Ela prefere falar no ecossistema da desinformação, que compreenderia categorias mais específicas, como as três seguintes:

* 1. Falsa conexão: quando manchetes, legendas ou ilustração não confirmam o conteúdo da reportagem, do artigo ou da notícia.
  2. Falso contexto: quando o conteúdo é compartilhado com contextos adulterados ou alterados.
  3. Manipulação do contexto: quando a imagem é proposi- talmente modificada com o intento de enganar o público.

4.

Além dessas três categorias, a jornalista identifica moda-

lidades de conteúdos que concorrem para gerar desinformação, conforme o nível de desconhecimento do público. São eles (1) a Sátira ou Paródia, que pode ser tomada por verdade em au- diências despreparadas, (2) o Conteúdo Enganoso, que pode levar a conclusões erradas, (3) o Conteúdo Impostor, em que fontes genuínas são imitadas e substituídas por farsantes, e (4) o Conteúdo Fabricado, que são aqueles inteiramente fraudados, falsificados e deliberadamente mentirosos.

Independentemente da classificação adotada, há um con- senso: relatos fraudulentos e notícias enganosas se tornaram um fator de desagregação das sociedades democráticas deste início

1. Ver matéria da jornalista Angela Pimenta em [http://observatoriodaimprensa.](http://observatoriodaimprensa/) com.br/credibilidade/claire-wardle-combater-desinformacao-e-como-varrer-as

-ruas/

Apresentação

de século XXI. É óbvio que a mentira faz parte do repertório dos jornais desde que eles foram inventados. É óbvio, também, que os políticos, mesmo os melhores, não costumam primar pela postura transparente e sincera. Sendo assim, é preciso especificar de modo menos vago qual verdade (ou inverdade) a imprensa e a política procuram mobilizar. Veremos, ao longo deste tex- to, que essa verdade nada tem de metafísica, de religiosa; não é uma verdade que se manifeste em epifania: ela é simplesmente a verdade dos fatos, ou seja, aquela que poderia ser objetivamente descrita conforme se apresente no plano material daquilo a que chamamos de fatos.

É uma boa hora para nos lembrarmos de Hannah Arendt. Seu ensaio “Verdade e Política” foi publicado pela primeira vez num veículo jornalístico, a revista *The New Yorker* (edição de 25 de fevereiro de 1967). Não há de ter sido um acaso. Ela sustenta que a verdade que conta para a política e para o jornalismo; a verdade que conta para o debate público na sociedade e aquela que não deve se perder de vista nas bibliotecas públicas, que são centros de cultura e portais de acesso ao conhecimento, é a *verdade factual*. Trata-se de uma noção essencial, formulada com cinquenta anos de antecedência, para compreender o mal-estar causado pela era da “pós-verdade”.

Em nosso tempo, a imprensa, a política e o debate públi- co devem se contentar com uma verdade, portanto, que seja me- nos pretensiosa que a verdade filosófica ou a verdade religiosa. A verdade factual se erige apoiada estritamente nos acontecimen- tos. O que dizer hoje, então, das noções mais grandiloquentes de verdade? O que dizer das verdades libertadoras, quase absolutas, que tantas vezes foram e ainda são invocadas por políticos e por

Eugênio Bucci

jornalistas? Para tratar disso, este texto vai recuperar o tema a partir do Iluminismo, com sua verdade que floresceria da Razão e que levaria os homens ao progresso e à felicidade.

A verdade factual não encerra promessas tão retumbantes, mas, talvez por não ter a pretensão de impor-se como o universal e como o absoluto, ajude as pessoas a se emanciparem e a guar- darem, entre si, padrões racionais e respeitosos de convivência. Herdeiros que somos do Iluminismo, deveríamos levar esse re- cado da História um pouco mais a sério. A isso vem se dedicar este livro.

Primeira Parte

# Observação preliminar sobre a verdade na imprensa e na política

Uma das presunções mais vãs do século XX foi a pro- messa dos diários de entregar a seus leitores nada menos que “a verdade”. O jornal dos bolcheviques na Rússia revolucionária de 1917, depois transformado em órgão oficial da União Soviética, tinha o nome de *Pravda*, que, em russo, quer dizer “a verdade”. Deu naquilo lá.

Mesmo nos períodos em que a palavra “verdade” esteve mais em moda, a imprensa, ao menos na visão de seus prati- cantes menos pernósticos, nunca teve a missão de entregar “a” verdade às pessoas, muito menos a verdade com “V” maiúsculo. Não foi sem um toque de sarcasmo que, em 1922, o jornalista Walter Lippmann percebeu que o mesmo público que costuma idolatrar a verdade, atribuindo a ela uma aura sacrossanta, não quer dispender um centavo para remunerá-la:

Eugênio Bucci

Esperamos que o jornal nos entregue a verdade. (...) Para este serviço difícil e muitas vezes perigoso, que reconhecemos como fundamental, esperávamos, até outro dia, pagar a moeda de menor valor emitida pelo Tesouro. Agora, aceitamos pagar dois ou, talvez, três centavos nos dias de semana; aos domingos, por uma enciclopédia ilustrada e uma revista de variedades que vêm encartadas no diário da nossa preferência, estamos dispostos a pagar cinco ou até, quando muito, dez centavos. Ninguém pensa por um momento que deveria pagar pelo jornal. 13

Descrente das verdades exageradamente triunfais, Li- ppmann se afastava desse tipo de pretensão e, mais ainda, não misturava a função da imprensa com a função da verdade.

1. LIPPMANN, Walter. *Public Opinion .* New York: Free Press Paperbacks (Simon and Schuster), 1997, p. 203. Vale pena ler a íntegra do parágrafo original (o trecho traduzido e citado acima está em grifo, a seguir, na transcrição do orig- inal em inglês): “This insistent and ancient belief’ that truth is not earned, but inspired, revealed, supplied gratis, comes out very plainly in our economic prejudices as readers of newspapers. *We expect the newspaper to serve us with truth,* however unprofitable the truth may be. *For this difficult and often dangerous service, which we recognize as fundamental, we expected to pay until recently the smallest coin turned out by the mint . We have ac- customed ourselves now to paying two even three cents on weekdays, and on Sundays, for an i11ustrated encyclopedia and vaudeville entertainment attached, we have screwed ourselves up to paying a nickel or even a dime . Nobody thinks for a moment that he ought to pay for his newspaper .* He expects the fountains of truth to bubble, but he enters into no contract, legal or moral, involving any risk, cost or trouble to himself. He will pay a nominal price when it suits him, will stop paying whenever it suits him, will turn to another paper when that suits him.” Observação: a exemplo desta, todas as traduções de textos citados em inglês foram feitas pelo autor.

Primeira Parte – Observação preliminar sobre a verdade na imprensa e na política

A função da notícia é sinalizar um evento. A função da verdade é trazer luz para fatos ocultos, relacioná-los a outros, e traçar um retrato da realidade a partir do qual os homens possam atuar.14

“Sinalizar um evento” quer dizer noticiá-lo, promover um primeiro conhecimento dos fatos – conhecimento transitório e precário. Um bom órgão de imprensa avisa sobre o que se passa e, com isso, ajuda o cidadão a modular suas expectativas em re- lação ao futuro próximo. A questão filosófica da verdade, por ele entendida como uma categoria que se situa além do registro dos fatos, escaparia ao jornalismo.

Não obstante, profissionais da imprensa não se cansam de trombetear a verdade para todos os gostos. No mais das vezes, essa promessa não passa de pretexto para condutas duvidosas. Vale reler o parágrafo de abertura do livro “O jornalista e o assas- sino”, escrito pela jornalista americana Janet Malcolm.

Qualquer jornalista que não seja demasiado obtuso ou cheio de si para perceber o que está acontecendo sabe que o que ele faz é moralmente indefensável. Ele é uma espécie de confidente, que se nutre da vaidade, da ignorância ou da solidão das pes- soas. Tal como a viúva confiante, que acorda um belo dia e des- cobre que aquele rapaz encantador e todas as suas economias sumiram, o indivíduo que consente em ser tema de um escrito não ficcional aprende — quando o artigo ou livro aparece — a sua própria dura lição. Os jornalistas justificam a própria traição de várias maneiras, de acordo com o temperamento de cada um.

1. LIPPMANN, Walter. *Public Opinion*. New York: Free Press Paperbacks (Simon and Schuster), 1997, p. 226. Em inglês: “The function of news is to signalize an event, the function of truth is to bring to light the hidern facts, to set them into relation with each other, an make a picture of reality on which men can act.”

Eugênio Bucci

Os mais pomposos falam de liberdade de expressão e do “direito do público a saber”; os menos talentosos falam sobre a Arte; os mais decentes murmuram algo sobre ganhar a vida.15

“A Verdade”, agora com “V” maiúsculo, entregaria um salvo-conduto ao profissional de imprensa, dando a ele todas as licenças. Em nome do tal “direito de saber” – de saber nada menos que “a” verdade –, ele se outorgaria a prerrogativa de es- carafunchar as misérias humanas para depois escancará-las sem cerimônias. Em nome da verdade, o jornalista atravessa as fron- teiras das intimidades e agem como se todas as histórias de todos os seres humanos vivos ou mortos pertencessem a eles.

Não, a verdade não pode ser o álibi para todo tipo de traição. Se embarcar nessa, o próprio jornalista se rebaixa à con- dição de cínico de duas caras. Com a primeira cara, entrevista suas vítimas, fazendo pose de ser tão bondoso quanto uma mãe. Enquanto ouve as respostas, nada recrimina, tudo aceita. A se- gunda cara aflora quando o mesmíssimo jornalista, já de posse das declarações que queria extrair de sua fonte, publica a histó- ria: então, o que assume a cena é o pai severo, que tudo condena, nada perdoa e nada esconde.

O indivíduo [*aquele que é retratado por um autor para ser, depois, personagem de um livro de não-ficção*] torna-se uma espécie de filho do escritor, considerando-o como uma mãe per- missiva, que tudo aceita e tudo perdoa, e esperando que o livro

1. MALCOM, Jannet. *O jornalista e o assassino*. São Paulo: Cia das Letras, 2011,

p. 11. A propósito, vale ler o posfácio de Otavio Frias Filho, cuja leitura in- fluencia a interpretação exposta neste texto.

Primeira Parte – Observação preliminar sobre a verdade na imprensa e na política

seja escrito por ela. Evidentemente, o livro é escrito pelo pai severo, que percebe tudo e não perdoa nada.16

A verdade, nesses casos, nada mais é que uma desculpa, um salvo-conduto para a vilania.

A ausência de escrúpulos, que se esconde por trás de uma alegação fingida de que se fala em nome de uma tal “verdade”, vem de longa data. Assim como a mentira é tão antiga quanto a fala, a mentira de imprensa é tão antiga quanto a imprensa. Quando olhamos os jornais da virada do século XVIII para o sé- culo XIX na Europa e nos Estados Unidos, vemos um festival de calúnias e xingamentos sem nenhum compromisso com o equi- líbrio, a ponderação e a objetividade. Os diários que conquista- ram na prática a liberdade de imprensa primavam pela violência da linguagem e mentiam à vontade. A qualidade jornalística, não custa lembrar, só veio como consequência do exercício da liberdade, não o contrário.

Também em livros, a mentira dolosa é tão velha quanto a invenção de Gutenberg. “Os protocolos dos sábios do Sião” tal- vez seja o exemplo mais conhecido. De origem obscura – prova- velmente foi forjado nos bastidores do czarismo, na Rússia, já em seus estertores –, a obra desencadeou ondas de antissemitismo pela Europa e difundiu preconceitos que levariam a perseguições genocidas, como se viu no holocausto. Inteiramente falso, o livro arregimentou adeptos fanáticos, para os quais os problemas da civilização se deviam à ganância de usurários judeus.

1. MALCOM, Janet. *O jornalista e o assassino*. São Paulo: Cia das Letras, 2011, p. 38.

Eugênio Bucci

## Como mentiras influenciam decisões democráticas

Nos primeiros anos do século XXI, um pouco antes de as redes sociais terem se convertido nessa epidemia totalizante, as falsificações seguiam em ritmo intenso. A campanha de inven- cionices movida em proveito de George W. Bush para preparar a invasão do Iraque ficou na história recente como outra evidência do estrago que as notícias fraudulentas acarretam.

Foi em 2003. Manchetes mentirosas – orientadas, tole- radas ou induzidas pelo Pentágono – davam conta de que o di- tador do Iraque, Saddam Hussein, fabricava armas químicas de destruição em massa. Jornais de boa reputação e de altas tiragens deram destaque para essa história, o que ajudou a convencer a opinião pública de que era acertada a decisão de enviar tropas li- deradas pelos Estados Unidos, com o apoio entusiástico de Tony Blair, primeiro ministro inglês, para invadirem o Iraque.

Anos mais tarde, George W. Bush e Tony Blair admitiram que a acusação era uma fraude, mas o dano já estava feito. Uma pesquisa divulgada no final de 2016 mostrou que 53% dos ame- ricanos ainda acreditavam que a acusação de que o Iraque pro- duzia armas químicas de destruição em massa fosse autêntica.17 Faz tempo, portanto, que relatos inverídicos embaralham

a política e as comunicações humanas. Quando Hannah Arendt, como vimos na epígrafe, faz o elogio da verdade factual como a substância que constitui “a própria textura do domínio político”, ela não ignora que as coisas sejam como são. Ao contrário, ela

1. A pesquisa foi realizada de 17 a 20 de dezembro de 2016 em parceria en- tre a revista *The Economist* e o site You Gov: https://today.yougov.com/ news/2016/12/27/belief-conspiracies-largely-depends-political-iden/.

Primeira Parte – Observação preliminar sobre a verdade na imprensa e na política

descreve longamente o comparecimento da mentira na política, desde a antiguidade. Platão, que execrava reiteradamente o ví- cio da mentira, admitia que, “no interesse da própria cidade”, o governante poderia mentir (a ele “compete mentir”), desde que mentisse para proteger a cidade, mais ou menos como o médico pode recorrer à mentira piedosa para preservar o ânimo de um paciente.18

Além de saber que a dissimulação comparece à oratória de políticos bons ou ruins, e mesmo dos estadistas, Hannah Arendt toma cuidados adicionais antes de declarar sua aposta na vigência da verdade factual. Esclarece que a verdade factual não se confunde – nem deve se confundir – com outras verdades, aquelas que se pretendem transcendentes ou simplesmente mo- numentais. A filósofa ressalta que a verdade factual é pequena, frágil, efêmera. Como um primeiro registro dos acontecimentos, um primeiro – e precário – esforço de conhecer o que se passa no mundo, a verdade factual é mais vulnerável a falsificações e ma- nipulações. Mesmo assim, a verdade factual é facilmente reco- nhecível por todos, pelos homens e mulheres normais, comuns (como os jornalistas profissionais, que são e devem ser homens e mulheres comuns). Hannah Arendt diz que

podemos permitir-nos negligenciar a questão de saber o que é a verdade, contentando-nos em tomar a palavra no sentido em que os homens comumente a entendem.19

1. Platão. Livro III de *A República*.
2. ARENDT, Hannah. Verdade e Política. In: *Entre o Passado e o Futuro*. Tradu- ção de Manuel Alberto. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 1995. Disponível na internet: <http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/11/Verdade>

-e-pol C3 ADtica.pdf Acessado em 20 de maio de 2017.

Eugênio Bucci

No nível dos fatos, dos acontecimentos, dos eventos que todos vemos e que todos temos condições de verificar e com- provar no uso das habilidades e das faculdades comuns dos seres humanos comuns, não há ninguém que não saiba divisar as dis- tinções entre a verdade factual e a invenção deliberada de falsi- dades com o objetivo de esconder os fatos.

A filósofa separa o lugar da verdade – mesmo dessa ver- dade menos grandiosa, como é a verdade factual – do lugar da ação política. Trata-se de uma desvinculação categórica, uma cisão de método: uma coisa é a esfera abrangida pela política; outra, bem distinta, é aquela em que os fatos são apurados, investigados, pesquisados, narrados, historiados. Reside na política o engenho especial de se apropriar dos fatos a partir de representações ou relatos elaborados em outros domínios, inclusive no jornalismo, mas a função de localizar e apontar a verdade, bem como a função de difundi-la, não tem seu lugar no domínio político. A política se vale – e deve mesmo se valer

– da verdade factual, mas, para tanto, precisa ir buscá-la fora de seus domínios.

Enquanto a política – ainda que lide com o conflito de expectativas e interesses – supõe o coletivo, o comunitário, o gregário, as confraternizações afetivas, as aglutinações associati- vas e as concertações em regime de interdependências, a função de “dizer a verdade” requer a independência radical. Fica evi- dente que, no pensamento da filósofa, aqueles que pretendem trabalhar com a busca da verdade factual devem situar-se fora do domínio político. Fica evidente, também, que confiar à política o papel de estabelecer a verdade dos fatos é flertar com o autori- tarismo, ou mesmo com o totalitarismo.

Primeira Parte – Observação preliminar sobre a verdade na imprensa e na política

Viver fora do domínio político, na perspectiva da busca da verdade, é viver solitariamente. Quando trata da demarcação entre a política e a função de “dizer-a-verdade”, Hannah Arendt enfatiza esse distanciamento dos espaços coletivos, falando em “estar só”, em “solidão” e em “isolamento”.

A posição no exterior do domínio político – no exterior da comunidade à qual pertencemos e da companhia dos nossos pares – é claramente caracterizada como um dos diferentes mo- dos de estar só. Eminentes entre os modos essenciais de dizer-a- verdade são a solidão do filósofo, o isolamento do sábio e do ar- tista, a imparcialidade do historiador e do juiz, a independência do descobridor de fato, da testemunha e do repórter.20

Há nessas palavras um indicativo de dor vivida, que não pode passar sem registro. Hannah Arendt conheceu de perto os “modos de estar só”. Judia-alemã, fugiu do nazismo em 1933, indo abrigar-se em Paris. Quando Hitler invadiu a França, foi pre- sa. Em 1941, emigrou para os Estados Unidos. Poucos anos antes de escrever o ensaio “Verdade e Política”, onde reflete sobre esses “modos de estar só”, recebeu uma missão jornalística de extrema dificuldade: cobrir, como enviada especial da revista *The New Yor- ker* a Jerusalém, o julgamento do nazista Adolf Eichmann, um dos

1. ARENDT, Hannah. Verdade e Política. In: *Entre o Passado e o Futuro*. Tradução de Manuel Alberto. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 1995. O original, publica- do nos EUA, de 1967, no segundo parágrafo da parte V, lê-se: “The standpoint outside the political realm – outside the Community to which we belong and the company of our peers – is clearly characterized as one of the various modes of being alone. Outstanding among the existential mode of truth- telling are the solitude of the phiolosopher, the isolation of the scientist and the artist, the impartiality of the historian and the judge, the independence of the fact-finder, the witness, and the reporter.”

Eugênio Bucci

responsáveis pela execução em massa de prisioneiros judeus civis, incluindo mulheres e crianças, em campos de concentração. Tra- balhando como repórter (“reporter at large”, como era creditada nas páginas da revista), teve de lidar com o isolamento dos que procuram enxergar e narrar a verdade dos fatos.

O julgamento de Eichmann começou em abril de 1961 e terminou com a sentença de morte, executada em 31 de maio de 1962. A filósofa-repórter cobriu o evento com rigor. Intuía que a verdade dos fatos costuma se esconder de quem tem olhos po- liticamente engajados e só se revela ao observador que se dispõe a trocar o calor de uma turma partidária pelo frio da indepen- dência crítica. Isto posto, foi assim que trabalhou: em indepen- dência e isolamento.

Depois, ela conheceria uma solidão pior. Sua reportagem, publicada em cinco capítulos sequenciais (um por semana) na *The New Yorker* a partir de 16 de fevereiro de 196321, foi acla- mada como uma combinação genial de investigação jornalística com reflexão filosófica, mas também foi repudiada por muita gente. Em vez de retratar um ser demoníaco, um vilão, um fa- cínora fanático e totalitário, a “reporter at large” apresentou ao mundo um burocrata obediente e disciplinado que cumpria diligentemente as ordens recebidas. Ela viu naquela figura o que chamou de “banalidade do mal”, expressão que se tornaria clássica. Eichmann não era um monstro satânico, era um mero funcionário. Alguns de seus amigos judeus viram no texto um

1. Foram, ao todo, cinco reportagens sequenciais, a primeira delas publicada na edição de 16 de fevereiro de 1963, sob o título de “Eichmann in Jerusalem

– I”. Depois, as cinco foram reunidas no livro *Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal* (São Paulo: Companhia das Letras, 1999).

Primeira Parte – Observação preliminar sobre a verdade na imprensa e na política

ato de traição e passaram a tratar a repórter como adversária, trânsfuga, ou mesmo inimiga, alguém sem fibra que tinha sido condescendente com aqueles que tinham tentado exterminar o povo judeu. Desse modo, sua reportagem lhe valeu uma conde- nação de ordem afetiva, foi exilada de suas amizades.

Visto a partir desse episódio de solidão imposta, o ensaio “Verdade e Política” – também publicado originalmente em *The New Yorker*, como um trabalho de valor jornalístico, é bom não esquecer – costura um acerto de contas com essa dor. “Verdade e Política” é um testemunho, além de uma reflexão de alcance universal. Hannah Arendt aprendeu existencialmente o valor do trabalho do repórter e anotou que, por mais limitado que seja para descobrir “toda” a verdade, esse trabalho é indispensável para que tomemos conhecimento do que se passa e, mais ainda, para que a própria política se efetive.

O facto de dizer a verdade de facto compreende muito mais que a informação quotidiana fornecida pelos jornalistas, ainda que sem eles nunca nos pudéssemos situar num mundo em mudança perpétua, e no sentido mais literal, não soubésse- mos nunca onde estávamos. I22

A democracia teria então o dever de zelar permanente- mente por “essa função política muito importante que consiste em divulgar a informação”, sem a qual não poderia existir. De sua parte, a política, mesmo para se proteger de si mesma e evi- tar que as crenças que normalmente cultiva se transformem em fanatismos irracionais, precisa buscar ancorar suas decisões nos fatos e, dessa maneira, encontrar sua textura adequada.

1. ARENDT. Parte V.

Eugênio Bucci

Se não houvesse esses graus de separações que depuram e revigoram a textura de seu domínio, a política não seria propria- mente a política, mas uma articulação nos moldes das conspira- tas palacianas, das guerras corporativas, do tráfico de influência transformado em rotina, ou, ainda, da corrupção transformada em *ethos*. Para que a política seja mesmo a política nos marcos da democracia, seus agentes não haverão de dispensar as vozes pro- blematizadoras da imprensa, que rabisca impressões ou flagran- tes passageiros sobre os eventos e estimula os debates em torno da interpretação dos mesmos eventos. O que parece importar a Hannah Arendt é que a imprensa seja compreendida como um domínio que não está contido naquele outro, o domínio político, embora não deixe de ter um olho ali dentro. De outra parte, a política se define como um domínio que não deve ser inquilino do domínio da imprensa, embora viva tentando lhe pôr o pé na porta.

Um pouco mais para lá, um pouco mais para cá, a im- prensa e a política guardam isso em comum. Em ambas, ao me- nos segundo os pressupostos da democracia, persiste certa filia- ção a um plano discursivo de registro dos fatos. É isso que vem se perdendo, velozmente. É isso que não podemos perder.

Segunda Parte

# Acerca da verdade que supostamente emancipa

O Iluminismo nos legou a certeza de que o saber e a razão forjam a cidadania. Em termos mais tópicos, a educação pública e universal, a instituição da imprensa livre e o funcionamen- to das bibliotecas públicas (acervos de cultura e conhecimento fraqueados a todos) formariam cidadãos capazes de julgar. O público letrado sepultaria o absolutismo e seria o beneficiário da verdade, o burilador da verdade, a plataforma irrecorrível da verdade – por isso, deveria ser também a fonte do poder.23

A liberdade foi concebida, então, como pré-requisito ou

1. NASCIMENTO, Milton Meira do. *Opinião Pública e Revolução .* São Paulo: Edusp

/ Nova Stella, 1989, p. 23: “Por que teria Rousseau escrito as *Confissões*

senão para encontrar o reconhecimento de um público capaz de melhor julgá

-lo? Ou então, por que teria Voltaire insistido tanto no caso Calas, ou mesmo, por que Diderot e d’Alambert teriam se lançado num empreendimento como o da *Enciclopédia*, e assim por diante, senão pela esperança de encontrarem uma resposta ao seu trabalho? Já não se prefigurava aí uma tendência forte no sentido de se afirmar o papel essencialmente pedagógico do intelectual? Já não estaria ali o pressuposto da existência de um público capaz de julgar?”

Eugênio Bucci

mesmo como predeterminação da verdade: sendo livres, os cida- dãos certamente a alcançariam. O receituário iluminista vinha em formação desde o século XVII. Em 1644, em Londres, veio a público a “Areopagítica”, uma longa carta em que o poeta e polemista inglês John Milton pleiteou ao Parlamento Inglês o “direito de imprimir” independentemente de qualquer licença das autoridades. No mesmo ano, 1644, na França, saiu a segun- da edição do livro “Conselhos para formar uma biblioteca” (a primeira edição é de 1627), escrito pelo francês Gabriel Nau- dé, que serviu como bibliotecário tanto a Richelieu, em Paris, como à rainha Cristina da Suécia. Naudé apresentava a bibliote- ca como instituição “necessariamente pública e universal”: “pú- blica no sentido de aberta a todos e universal por conter todos os autores.”24 A biblioteca pública propriamente dita, contudo, só apareceria bem depois, no século XIX, no bojo da Revolução Industrial, para cumprir uma “função educativa”. 25

A verdade do Iluminismo não tinha nada de pequena. Como nos mostra o professor Milton Meira do Nascimento, num precioso livro, “Opinião Pública e Revolução”, os ilumi- nistas viam nela uma força emancipadora invencível. Honoré Gabriel Riqueti, o conde de Mirabeau, acreditava na epifania como o processo de revelação da verdade. Chamado de “orador do povo”, o jornalista e político Mirabeau dizia que “a verdade já está dada, mesmo que se admita o combate livre das doutrinas contrárias”. O debate aberto, amparado na liberdade, culminaria

1. COELHO, Teixeira. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo: Iluminura, 1997. P. 77.
2. MILANESI, Luis. *O que é Biblioteca*. São Paulo: Brasiliense. Terceira Edição, 1985. P. 22.

Segunda Parte – Acerca da verdade que supostamente emancipa

necessariamente com a epifania. Se a discussão fosse realmen- te livre, a mentira não teria chance. “Deixemos que se batam [*as doutrinas contrárias*] e veremos de que lado estará a vitória”, acreditava Mirabeau. “Por acaso a verdade alguma vez foi derro- tada quando atacada abertamente e quando teve a liberdade para defender-se?” 26

Havia uma segunda corrente, segundo a qual a verdade não estava previamente dada, mas deveria ser processada (fabrica- da) por obra do debate. Para essa corrente, em lugar da epifania, um constructo coletivo seria gerado por obra dos enfrentamen- tos entre as muitas opiniões. Um adepto dessa segunda corren- te foi Guillaume-Chrétien de Lamoignon de Malesherbes, que em 1750 atuou como o diretor da Biblioteca Nacional de Luis

XV. Malesherbes não foi um revolucionário inflamado como Mirabeau, mas colaborou com os iluministas em participações discretas – ajudou direta e pessoalmente a livrar Diderot da perseguição do *ancien régime* e chegou a esconder alguns dos originais da “enciclopédia” que ele preparava. Malesherbes dizia: “A discussão pública das opiniões é um meio seguro para se fazer brotar a verdade. E talvez seja o único.”27

Num ponto essencial, Mirabeau e Malesherbes concorda- vam: a liberdade funcionava como o ponto de partida para que a verdade, ou bem se revelasse, ou bem se produzisse. Para os dois,

1. MIRABEAU, Honoré Gabriel de Riqueti, conde de. Sur la liberté de la Presse, imité de l’anglais. Londres, 1788, apud NASCIMENTO, Milton Meira do. *Opinião Pública e Revolução*. São Paulo: Edusp / Nova Stella, 1989, p.61.
2. MALESHERBES, Guillaume-Chrétien de Lamoignon de. Mémoires sur la librai- rie et sur la liberté de la Presse, datado de 1788, mas só publicado em 1809,

p. 266, apud NASCIMENTO, Milton Meira do. *Opinião Pública e Revolução .* São Paulo: Edusp / Nova Stella, 1989, p.62.

Eugênio Bucci

a razão, a filosofia, as luzes, o poder do povo e os direitos univer- sais teriam como referencial mais alto, sempre, a verdade – que, uma vez encontrada, iluminaria os destinos comuns, na direção do futuro feliz para todos e para cada um.

Isso significava que, sem cidadãos letrados e bem infor- mados, não haveria povo capaz de sustentar a democracia. Já no século XVIII, a França registrava um crescimento expressivo do público leitor, constituindo uma base social para o florescimen- to da opinião pública. O historiador Robert Darnton registra a evolução:

“O número de alfabetizados provavelmente duplicara no curso do século, e a constante tendência ascendente da economia, combinada com o aperfeiçoamento do sistema educacional, ge- raram, quase certamente, um público leitor maior, mais rico e com mais tempo disponível. A produção de livros disparou, seja avaliada diretamente – pelos pedidos de privilégios e *permis- sions tacites* –, seja de forma indireta, pelo número de censores, livreiros e impressores.”28

A expansão da base social alfabetizada começara a ser plantada um pouco antes. Ainda no século XVII, as ideias que propulsiona- vam a onda das luzes já estavam em marcha.

Mais tarde, as revoluções liberais abriram caminho para o Estado de Direito e ao que chamamos hoje de democracia. Quando a utopia parecia decolar, contudo, veio o inesperado. As coisas não progrediram como Mirabeau e Malesherbes que- riam. As grandes revoluções liberais não trouxeram apenas lu-

1. DARNTON, Robert. *Boemia Literária e Revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.p. 27.

Segunda Parte – Acerca da verdade que supostamente emancipa

zes. Ainda no século XVIII, em Paris, as guilhotinas e o terror produziram rios de sangue, num paroxismo de monstruosida- de que implodiu em autofagia. No século XX, viria a desilu- são mais traumática. Na Primeira Guerra, os jovens franceses morriam nas trincheiras enlameadas não apenas por serem atingidos por bombas, balas ou gases venenosos, mas também de doenças, de inanição, de disenteria. Era a barbárie que con- sumia as nações ditas civilizadas. Onde estariam os frutos da razão e da verdade?

O desencanto se ampliou. A burocracia estatal, em vez de promover o ideal da impessoalidade no Estado de Direito, gerava máquinas totalitárias de diferentes matizes. A ciência, em vez de abrir as vias para a plenitude da vida, investia na produção de forças destrutivas, como a bomba atômica. A Razão não cum- prira o seu papel civilizatório, parecia degradar-se em seu oposto. A liberdade, a fraternidade e a igualdade se perdiam, enquanto o mundo virava de ponta-cabeça, como observa Adauto Novaes no ensaio inicial do ciclo de conferências “Mutações: dissonân- cias do progresso”:

Acontece que a instrumentalização da razão e do Iluminismo tra- balhou contra os ideais humanos e por estranha ironia, por uma ambivalência intrínseca, o seu oposto, o declínio, surge como conceito na mesma época, lado a lado, o que, para muitos, já era o signo de um inevitável destino. Estaria aí também um ato inaugural da má consciência dos nossos tempos? 29

1. NOVAES, Adauto. *Mutações:* dissonâncias do progresso. Texto de apresenta- ção publicado no catálogo do ciclo, 2017, p. 22.

Eugênio Bucci

A técnica vence o espírito. Com o progressivo desprestígio do humanismo, a verdade deixou de ser invocada com tanta in- sistência – ou com tanta vibração. Foi aí que a mesma sociedade que desistia de pronunciar essa palavra começou a se afeiçoar a outra: “informação”. Enquanto a curva da verdade escorria para baixo, a linha da informação rumou para o alto. Nessa troca de guarda entre duas palavras, escondem-se algumas pistas que nos ajudam a entender esse “ato inaugural da má consciência dos nossos tempos”, no dizer de Adauto Novaes.

Embora o vocábulo “informação” não tenha sido uma das estrelas da retórica iluminista e só tenha se tornado mais corrente no século XX, sua origem remonta à antiguidade. Recorramos a Rafael Capurro e Birger Hjorland, expoentes da Ciência da Informação, que esmiuçaram sua etimologia.

Muitas palavras gregas foram traduzidas, para o latim, por *in- formatio* ou *informo*, como *hypotyposis* (que significa modelo, especialmente em um contexto moral) e *prolepsis* (representa- ção), mas a maioria dos usos de nível mais elevado são expli- citamente relacionados a *eidos*, *idea*, *typos* e *morphe*; isto é, a conceitos-chave da ontologia e epistemologia gregas.30

Os dois pesquisadores contam que os termos latinos *in- formatio* e *informo*, que aparecem em Virgílio (70-19 A.C.), têm

1. CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. *O Conceito de Informação*. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Tradução do capítulo publicado no Annual Review of Information Science and Technology. Ed. Blaise Cronin. v. 37, cap. 8, p. 343-411, 2003, autorizada pelos autores. Tradutores: Ana Maria Pereira Cardoso, Maria da Glória Achtschin e Marco Antônio de Azevedo, p. 155.

Segunda Parte – Acerca da verdade que supostamente emancipa

relação com o ato de dar forma a alguma coisa. Tertuliano (160-

220) vai se referir a Moisés como o *populi informator*, isto é, o educador ou modelador de pessoas.31

Quanto ao sentido que a palavra adquiriu no jornalismo, só começou a se estabelecer ao final do século XIX, quando uma sequência de inovações industriais (como as máquinas impresso- ras e as ferrovias) fez disparar a tiragem dos diários e ampliou as distâncias da distribuição dos exemplares. Aí, os editores se de- ram conta de que a notícia (ou a informação jornalística) tinha valor comercial. Os leitores pagavam pela informação que lhes fosse útil. O mercado explodiu. Entendia-se por informação, nesse momento, o relato confiável e verificável dos acontecimen- tos, quer dizer, entendia-se por informação algo bem próximo daquilo a que temos denominado como verdade factual. A se- paração entre os dois conceitos, bastante drástica, só ocorreria mais tarde.

## A informação e seu valor de mercado

A noção de informação que acabaria por prevalecer no jor- nalismo começou a ganhar uma forma definida nas correspon- dências que os comerciantes trocavam entre si ainda no século

XIV. As cartas regulares entre os agentes de comércio da Europa constituíam uma rede para as informações econômicas que orien- tavam o mercado nascente: eram cotações de preços, estimativas de safras, volumes de cargas em transporte, datas previstas para

1. Idem

Eugênio Bucci

entregas de especiarias, etc. Essas informações econômicas, além de vitais para os negócios que se comunicavam, eram também mercadorias, já que tinham, elas mesmas, o seu próprio valor co- mercial. Nesse período, portanto, a informação econômica dizia respeito a mercadorias, mas era também uma mercadoria à parte. Jürgen Habermas flagra a imbricação entre mercadorias e informações já nesse período de pré-capitalismo, quando redes de comunicações financeiras, que antecederam a imprensa e os correios públicos, embasavam as decisões dos agentes mercantis. Aí estariam, em germe, os “elementos do novo sistema de trocas: a troca de mercadorias *e de informações* engendrada pelo grande

comércio pré-capitalista.”32

A troca de informações se desenv olve na trilha da troca de mercadorias. (...) A partir do século XIV, a troca antiga de car- tas comerciais foi transformada numa espécie de sistema corpo- rativo de correspondência. (...) Mais ou menos contemporâneos ao surgimento das bolsas, o correio e a imprensa institucionali- zaram contatos permanentes de comunicação.33

A informação econômica do pré-capitalismo, trafegando em circuitos estritamente privados, quase sigilosos, foi uma das matrizes do que depois viria a ser a informação jornalística. Esta, porém, nutriu-se também de outras fontes: incorporou os mo- dos de narrar da literatura, as exaltações retóricas da política, aspectos metodológicos das ciências, entre outras inspirações, e, ao contrário da tradição das cartas entre os comerciantes, que se

1. HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera pública .* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 28.
2. HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera pública .* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 29.

Segunda Parte – Acerca da verdade que supostamente emancipa

pautavam pelo sigilo, iria se definir por transformar o assunto privado em matéria pública.

Na virada do século XX, a imprensa se tornou uma indús- tria poderosa, cuja mercadoria era a informação. Jornais como o *World*, de Joseph Pulitzer, em Nova York, se aproximavam, em suas edições dominicais, da tiragem de um milhão de exem- plares, enquanto o *The New York Times* ganhava mais e mais leitores. Magnatas como William Randolph Hearst ergueriam seus impérios logo em seguida.34 A informação jornalística – en- tendida então como o registro factual verificável, razoavelmente objetivo (no sentido comum e superficial do termo) e preciso

– incrementava seu valor de troca e adensava o seu caráter de portadora da verdade factual.

Nesse tempo, os editores de jornais se orgulhavam de dizer que zelavam pela verdade – e os melhores tinham plena consciência de que falavam não de qualquer verdade, mas da verdade factual. Em 1923, o Comitê de Ética da American So- ciety of Newspaper Editors (ASNE), publicou os seus “Cânones do Jornalismo”, onde se lê com clareza como os jornalistas viam a si mesmos como guardiães da verdade (factual), em oposição a partidarismos e expressões de natureza mais opinativa:

Partidarismo em comentário editorial que sabidamente se afasta da verdade constitui violência ao melhor espírito do jornalismo

1. Sobre o desenvolvimento da imprensa industrial, que gerou o reinado dos jornais diários que viriam depois da era da imprensa de opinião (em que a reportagem praticamente não tinha lugar, e que persistiu até meados do século XIX), ver MIÈGE, Bernard. “L’espace public: perpétué, élargi et frag- menté”. In: PAILLART, Isabelle (org.). *L’espace public e l’emprise de la com- munication .* Grenoble: Ellug, 1995, p. 163-175.

Eugênio Bucci

americano; em colunas noticiosas é subversivo de um princípio fundamental da profissão. (Art. III, inciso 2).35

O bom jornal deveria separar opinião de reportagem. Os Cânones da ASNE preconizavam:

A prática sadia estabelece clara distinção entre reportagens noti- ciosas e expressões de opinião. As reportagens noticiosas devem ser livres de opinião ou de preconceito de qualquer espécie. (Art. 5, caput).36

A função informativa dos noticiários, que se estabelece no final do século XIX, não escapou aos olhos dos estudiosos da Ciência da Informação da segunda metade do século XX. Adria- no Duarte Rodrigues afirma:

Também se entende muitas vezes por informação o conjunto dos acontecimentos selecionados pelas agências de notícias e pelos profissionais das mídias. (...) A informação é, então, qual- quer acontecimento, a partir do momento em que é selecionado pelos agentes das organizações que gerem as mídias como do- tado de valor informativo. (...) Deste ponto de vista, um ataque terrorista, um terremoto ou uma catástrofe natural são evidente- mente acontecimentos dotados de indiscutível valor informativo, uma vez que são inesperados, alteram as expectativas habituais, os projetos e os investimentos das pessoas ou das instituições. É o critério da sua natureza inesperada que leva alguns autores a

1. Citado por MEYER, Philip. Ética no Jornalismo: um guia para estudantes, profissionais e leitores. São Paulo: Forense Universitária, 1989. (Original de 1987) p. 353.
2. Idem, ibidem, p. 353.

Segunda Parte – Acerca da verdade que supostamente emancipa

relacionarem sentido de informação noticiosa com o sentido que 1he é dado na “teoria matemática da comunicação”, segundo a qual é a probabilidade relativa da sua ocorrência que define o valor informativo de um acontecimento.37

Com efeito, a informação jornalística tem seu valor de troca (e de uso) justamente aí: conta para as pessoas algo que elas não esperavam que estivesse ocorrendo, quer dizer, o valor de troca da informação aumenta na medida em que cresce a im- probabilidade do que ela dá a saber. Mas isso é notícia – notícia de jornal. O conceito que hoje usamos de *informação* vai muito além do conceito prático de *notícia.*

## Como a informação foi inventada por uma teoria matemática

Durante a Segunda Guerra e pouco depois dela, dois gênios redefiniram o que se entendia por informação. O bri- tânico Alan Turing conseguiu montar uma máquina de fazer cálculos complexos e, com ela, decifrou a criptografia da co- municação entre os nazistas. O americano Claude Shannon enxergou a informação na forma de um evento matemático. A obra de Shannon é mais seminal: é dele o mérito pelo surgi- mento de uma teoria matemática não apenas da informação, mas da comunicação.

1. RODRIGUES, Adriano Duarte. “A natureza pragmática da comunicação e a informação”. In: MORIGI, Valdir. JACKS, Nilda. GOLIN, Cida. *Epistemologias, comunicação e informação*. Porto Alegre: Sulina, 2016, p. 39.

Eugênio Bucci

Shannon não estava interessado no conteúdo dessa comu- nicação ou dessa informação. Para ele a semântica não interessava, não importava se uma informação significava A ou B. Seu desafio era equacionar a troca de informação eficaz (ou efetiva) entre sis- temas distintos – podendo esses sistemas serem humanos ou não. Seus estudos – ao lado dos de Turing – abriram o horizonte para a era do computador e para a “sociedade da informação”.

Desplugada de qualquer conteúdo semântico, desligada da ideia de sentido ou de significado, desconectada da pretensão de verdade e, também, de conotações éticas, a palavra “infor- mação”, depois de Shannon, ganhou uma arquitetura teórica e científica só para si. Com esse delineamento purista, asséptico e

– em boa medida – aético, o conceito matemático da informação ganhou reverberações e reflexos em outros campos do saber. O inglês Gregory Bateson, também antropólogo e epistemólogo da comunicação, passou a dizer que informação é uma “diferença que faz a diferença”.38 Apenas isso. Nos anos 90, o cientista britâ- nico, Richard Dawkins, um dos evolucionistas mais celebrados da atualidade, escreveu que a vida no planeta Terra poderia ser explicada como uma “explosão de informação”, isto é, uma in- cessante e crescente multiplicação de comandos genéticos numa escalada exponencial viajando no tempo através de corpos, de tecidos, de ossos, de fibras, de plantas.39 Em 2015, o israelense Yuval Noah Harari, doutor em História pela Universidade de Oxford e Professor na Universidade Hebraica de Jerusalém, além

1. BATESON, G. Steps to an ecology of mind. New York: Ballantine Books, 1972, p. 459.
2. DAWKINS, Richard. *River out of Eden –* a darwinian view of life *.* New York: BasicBooks (a division of Harper Collins Publishers), 1995, p. 144 e seguintes.

Segunda Parte – Acerca da verdade que supostamente emancipa

de adepto da meditação Vipassana, anotou em seu best-seller *Homo Deus*: “O dogma atualmente em vigor sustenta que orga- nismos são algoritmos e que algoritmos podem ser representados por meio de fórmulas matemáticas.”40

Na imprensa, coube ao jornalista americano Richard Saul Wurman, o criador dos guias Access e especialista consagrado em apurar, editar e vender informações jornalísticas, recepcionar com elegância os postulados de Shannon.

A grande era da informação é, na verdade, uma explosão da não-informação – uma explosão de dados. Para enfrentar a cres- cente avalanche dos dados, é imperativo fazer a distinção entre dados e informação. Informação deve ser aquilo que leva à com- preensão. Cada um precisa dispor de uma medida pessoal para definir a palavra. O que constitui informação para uma pessoa pode não passar de dados para uma outra. Se não faz sentido para você, a denominação de informação não se aplica. No tra- tado “The Mathematical Theory of Communication” (“A teoria matemática da comunicação”), publicado em 1949, e que cons- titui um marco no assunto, Claude Shannon e Warren Weaver definem a informação como aquilo que reduz a incerteza.41

Wurman acertou ao descrever como os jornalistas enxer- gam – e devem enxergar – a informação. Mas, quanto ao concei- to propriamente dito de Shannon, ele incorre em imprecisões. Por dois motivos. Em primeiro lugar, porque, para Shannon, o

1. HARARI, Yuval Noah. *Homo Deus:* uma breve história do amanhã. Companhia das Letras, 2016, p. 120.
2. WURMAN, Richard. *Ansiedade de informação*: como transformar informação em compreensão. São Paulo: Cultura Editores Associados. 1991, p. 43. Original: WURMAN, Richard Saul. *Information Anxiety*. New York: Doubleday, 1989.

Eugênio Bucci

fato de uma informação ter um significado (A, B, C ou qualquer outro) era apenas irrelevante, não importava nada, como logo veremos. Ele não ligava para o “sentido” que uma informação tem ou deixa de ter. Em segundo lugar, Wurman parece perder de vista uma ambiguidade constitutiva da “teoria matemática da comunicação”: para Shannon, a informação reduzia a incerteza, sim, mas também podia aumentar a incerteza.

Comecemos por esclarecer a ambiguidade. Há um tipo de incerteza que a informação tende a reduzir – e nisso Wurman tem toda a razão. Esse tipo de incerteza é aquele que decorre de erros, de imprecisões, de verificações malfeitas ou de falhas diversas, seja na apuração de um dado, na edição confusa ou até mesmo nos defeitos técnicos de processamento, transmissão ou difusão. A essas falhas, Shannon dá o nome de “ruído”. Quan- to menos “ruído” na comunicação, melhor fica a informação e menor é a margem para as incertezas. A essa incerteza, Shannon qualificou como “indesejável”. Nesse sentido, sim, a informação *reduz* a incerteza.

Existe também o outro tipo de incerteza, que pode ser expandido conforme aumentam as possiblidades informativas. Quanto mais numerosas forem as possibilidades de os emissores enviarem mensagens distintas, maior será a incerteza sobre qual mensagem será enviada. E, se as chances de um mesmo emissor enviar a mensagem “A” forem iguais às chances de ele enviar a mensagem “B”, que por sua vez são iguais às chances de ele enviar a mensagem “C”, a “D” e assim sucessivamente, maior a incerteza em relação à informação que poderá vir dele. Segundo Shannon, essa é a incerteza “desejável”, pois indica uma espécie de imprevisibilidade salutar da comunicação.

Segunda Parte – Acerca da verdade que supostamente emancipa

## Um conceito que não leva em conta a verdade

Em 1948, Shannon publicou um artigo científico, “fte Mathematical fteory of Communication” (“A teoria matemáti- ca da comunicação”). No ano seguinte, em 1949, ele escreveu, em parceria com o também matemático Warren Weaver, um li- vro com o mesmo nome. A citação a seguir foi tirada do livro assinado pelos dois:

A incerteza que aumenta conforme aumenta a liberdade de es- colha da parte do emissor é desejável. Já a incerteza que cresce em decorrência de erros ou de ruídos é a incerteza indesejável.42

A formulação que eles apresentam é claríssima. Se dimi- nuirmos o nível de erro, de “ruídos”, reduziremos a “incerteza indesejável”, a incerteza que indica o caos no sistema. Na outra ponta, se não formos capazes de prever o que determinada pes- soa – ou determinado sistema, que não precisa ser uma pessoa

– dirá sobre um assunto qualquer, temos a incerteza “desejável”. Nesse ponto, a teoria matemática presta um tributo à liberdade, ainda que uma liberdade enunciada matematicamente: quanto mais livres – em termos, digamos, combinatórios – forem os emissores, mais eles gozam da condição de poder falar o que bem entendem e maior será a margem de surpreender.

1. SHANNON, Claude E.; WEAVER, Warren. *The mathematical Theory of Commu- nication*. The University of Illinois Press. Urbana, 1964, p. 19. Isso já era a décima reimpressão de uma obra em capa dura. As primeiras edições, em capa mole (paper bound ou paper back), apareceram em 1963. No original: “Uncertainty which arises by virtue of freedom of choice on the part of the sender is desrieble uncertainty. Uncertainty which arises because of errors or because of the influence of noise is undesireble uncertainty.”

Eugênio Bucci

No mais, como já foi antecipado, Shannon e Weaver não estão preocupados com o sentido que a informação possa trans- portar, ou com a verdade que ela ocasionalmente carregue ou deixe de carregar. Eles são peremptórios.

A palavra informação, nesta teoria, é usada em um sentido espe- cial que não deve ser confundido com seu uso comum. Em par- ticular, a informação não deve ser confundida com o significado. (...) Na verdade, duas mensagens, uma das quais é fortemente carregada de significado e a outra apenas absurda, podem ser exatamente equivalentes, do ponto de vista aqui adotado, no que diz respeito à informação. É isso, sem dúvida, que Shannon [*aqui os autores se referem ao artigo científico original, publi- cado anteriormente por Shannon*] quer dizer quando ele diz que ‘os aspectos semânticos da comunicação são irrelevantes para os aspectos de engenharia’. Mas isso não significa que os aspectos de engenharia são necessariamente irrelevantes para os aspec- tos semânticos.43

O descompromisso metodológico em relação aos aspectos semânticos e com o sentido é o que promove a desvinculação entre a “teoria matemática da comunicação” e a questão da ver-

1. SHANNON, Claude E.; WEAVER, Warren, *The mathematical Theory of Communi- cation*. The University of Illinois Press. Urbana, 1964, p. 8. No original: “The word information, in this theory, is used in a special sense that must not be confused with its ordinary usage. In particular, information must not be confused with meaning. (...) In fact, two messages, one of which is heavily loaded with mean- ing and the other of which is pure nonsense, can be exactly equivalent, from the present viewpoint, as regards information. It is this, undoubtedly, that Shannon means when he says that ‘the semantic aspects of communication are irrelevant to the engineering aspects.’ But this does not mean that the engineering aspects are necessarily irrelevant to the semantic aspects.”

Segunda Parte – Acerca da verdade que supostamente emancipa

dade. Os dois autores não queriam, não precisavam e, no fundo, não podiam trazer para o seu estudo o problema do sentido, do significado e, logo, a questão da verdade. Se ficassem ligados a isso, não isolariam, como era necessário em sua teoria, o conceito matemático – e, na perspectiva deles, científico – da informação. Não há como negar: eles tinham sua razão, ainda que pu- ramente matemática. Se um *bit* (o dígito binário, que só pode ser 0 ou 1, a menor unidade possível de informação), diz a ver- dade ou não diz, pouco importa: continuará sendo um *bit* de um jeito ou de outro. Um bit *não* precisa inspirar-se na retidão normativa ou na honestidade intelectual para ser um bit, apenas

um bit. Logo, a verdade pode ser deixada de lado.

O que movia a imaginação de Shannon e Weaver eram números e símbolos. Nessa empreitada, beneficiaram-se do tra- balho de outros que, de conta em conta, foram transformando a matemática numa linguagem autônoma. Um desses gigantes foi o matemático e filósofo George Boole, um dos maiores nomes da álgebra. Boole escrevia coisas surpreendentes com fórmulas matemáticas. Vejamos como ele explica o que são animais sujos: 1 – x = y(1-z) + z(1-y) + (1-y) (1-z)

Traduzindo:

Animais sujos são todos aqueles que têm o casco fendido e não ruminam, todos os que ruminam sem ter o casco fendido, e to- dos aqueles que não têm o casco fendido nem ruminam. 44

1. BOOLE, George. An Investigation of the Laws of Thought, on Whtich Are Found- ed the Mathematical theories of Logic and Probabilities. Londres Walton & Maberlh, 1854. p. 88. Citado por GLEICK, James. *A informação: uma história, uma teoria, uma enxurrada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 173.

Eugênio Bucci

Shannon e Weaver aplicaram ao estudo da comunicação e da informação fórmulas que a Física usa para estudar a entropia de um sistema45 e, nessa trilha, deram à linguagem matemática um alcance que Boole talvez não imaginasse. Realizaram proezas no universo da matemática. No entanto, ao deixarem a verdade para lá, secretaram um sutil sintoma do mal-estar do nosso tem- po: a questão da verdade é, ela mesma, um fator de perturbação do raciocínio científico. Graças a Shannon, Weaver e também a Turing, a indústria da computação decolou.

Os esforços para depurar os objetos de cada ciência não constam das invenções de Shannon e Weaver. Esses esforços já vinham de muito antes, ganharam impulso com o Iluminismo e estiveram presentes no percurso de outros cientistas e filósofos. No século XVIII, Immanuel Kant – cuja obra firmou o princí- pio da humanidade como fim – separou a filosofia moral, ou a ética, do ideal de felicidade. Contrariando os gregos como Pla- tão, Aristóteles e Epicuro, Kant sustenta que ética e felicidade constituem esferas estranhas entre si, não coincidentes.46

Há de ser ilustrativo ainda lembrar ao menos um caso mais recente, entre tantos outros. O austríaco Hans Kelsen (1881-1973), filósofo neo-kantiano e positivista, elaborou sua Teoria Pura do Direito com o objetivo de separar a noção de Direito da noção de Justiça. Kelsen formulou as regras do direi- to em uma construção sistemática que independe da noção de Justiça. Em “O Problema da Justiça”, ele diz:

1. “H = - ∑ pi log pi”. SHANNON, Claude E.; WEAVER, Warren, *The mathematical Theory of Communication*. The University of Illinois Press. Urbana, 1964, p. 14-15.
2. Essa sustentação está em KANT, Immanuel *. Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Edições 70. 2005.

Segunda Parte – Acerca da verdade que supostamente emancipa

A norma fundamental de uma ordem jurídica positiva não é de forma alguma uma norma de justiça. Por isso, o direito positivo, isto é, uma ordem coativa criada pela via legislativa ou consue- tudinária e globalmente eficaz, nunca pode estar em contradição com a sua norma fundamental, ao passo que esta mesma ordem pode muito bem-estar em contradição com o direito natural, que se apresenta com a pretensão de ser o direito justo.47

Em sua obra principal, “Teoria Pura do Direito”, publica- da originalmente em 1934, Kelsen reafirma o mesmo princípio:

Se a ordem moral não prescreve a obediência à ordem jurídi- ca em todas as circunstâncias e, portanto, existe a possibilidade de uma contradição entre a Moral e a ordem jurídica, então a exigência de separar o Direito da Moral e a ciência jurídica da Ética significa que a validade das normas jurídicas positivas não depende do fato de corresponderem à ordem moral, que, do ponto de vista de um conhecimento dirigido ao Direito positivo, uma norma jurídica pode ser considerada como válida ainda que contrarie a ordem moral.48

A “Teoria Pura do Direito” foi incensada e combatida. O mérito do filósofo austríaco foi ter fechado as portas para as elu- cubrações demagógicas. Ao mesmo tempo, sua obra abasteceu inadvertidamente obscurantismos que consagravam ordens jurí- dicas não solidárias, insensíveis e mesmo desumanas. É claro que podemos conceber um entendimento do direito além da moral e

1. KELSEN, Hans. *O problema da Justiça*. Tradução: João Baptista Machado. Se- gunda edição. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 117.
2. KELSEN, Hans. *Teoria pura do Direito*. Tradução: João Baptista Machado. Quin- ta edição. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p.77. (O original é de 1934)

Eugênio Bucci

da justiça, e nisso Kelsen foi convincente, mas será democrático formular e aplicar a lei sem levar em conta esses valores?

Guardadas as proporções, Shannon e Weaver pensaram na mesma direção ao procurar isolar o objeto de sua ciência e, como Kelsen, foram bem-sucedidos. Ou mais ainda. A mania de traduzir as ideias em fórmulas numéricas, equações e teoremas se espalhou pelas galáxias de muitas outras ciências e foi bater até na Teoria Psicanalítica do francês Jacques Lacan, um dos mais festejados psicanalistas da segunda metade do século XX. La- can criou diversos “matemas” (era assim que ele chamava suas formuletas e diagramas) para explicitar seus conceitos. Vejamos alguns.

Para sintetizar o seu conceito de “fantasma”, pelo qual o sujeito se cola ao “objeto pequeno a”, compondo uma unidade imaginária, Lacan rabiscou:

$<>a.

Enfim, o que se deu foi uma febre na cultura: tudo pare- cia matematizável. Poderíamos nós mesmos imaginar traduções algébricas para expressões comuns do pensamento crítico. Uma frase de Guy Debord, por exemplo, “o espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem”49, poderia assim ser transposta para a linguagem matemática:

 = ki. 50

1. DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 25.
2. Numa síntese matemática já sugerida em escritos anteriores pelo autor do presente texto.

Segunda Parte – Acerca da verdade que supostamente emancipa

Mas o que mais importa aqui é ter claro que Shannon e Weaver, muito mais do que exercer forte influência sobre os mais diversos campos científicos, viabilizaram a fabricação não apenas de computadores, mas também de smartphones, chips, algoritmos e do *big data*. E viabilizaram tudo isso que aí está com um conceito de informação que, rigorosamente independe da questão da verdade.

O professor português Adriano Duarte Rodrigues define muito bem a desvinculação entre informação, comunicação e verdade:

“A veracidade de uma informação não depende evidentemente da sua comunicação, mas a comunicação de uma informação faz com que a compreensão dessa comunicação passe a depender das condições de eficácia da sua enunciação, independentemen- te das condições de verdade das proposições enunciadas ou, se preferimos, da informação.”51

## A informação se reconcilia com a verdade

Duarte Rodrigues tem seu ponto, por certo. Mesmo as- sim, algumas vozes vêm lançando contrarrazões menos passagei- ras quanto à pertinência de um nexo entre verdade, conteúdo e comunicação (ou informação). O filósofo alemão Jürgen Haber- mas pode ser tomado como uma dessas vozes. Em sua *Teoria da*

1. RODRIGUES, Adriano Duarte. “A natureza pragmática da comunicação e a informação”. In: MORIGI, Valdir. JACKS, Nilda. GOLIN, Cida. Epistemologias, comunicação e informação. Porto Alegre: Sulina, 2016, 223pp. P. 34.

Eugênio Bucci

*Ação Comunicativa*, de 1981, ele postula os requisitos daquele que age comunicativamente tendo em vista o entendimento. Diz Habermas:

“O ator que se orienta para o entendimento deve postular com sua manifestação três pretensões de validade, a saber, a pre- tensão:

* de que o enunciado é verdadeiro (quer dizer, de fato se cum- prem as condições de existência do conteúdo proposicional ...) de que o ato de fala é correto em relação ao contexto normativo vigente (ou de que o próprio contexto normativo em cumpri-

mento do qual esse ato se executa é legítimo e...

* de que a intenção expressada pelo falante coincide realmente com o que ele pensa.”52
* (Às três pretensões de validade Habermas chama também, res- pectivamente: “verdade proposicional”, “retidão normativa” e “veracidade subjetiva”.)

Tendo em vista que Habermas não é um pensador da in- formação *estrito sensu*, é de supor-se que o que ele diz não há de ter impacto direto, imediato e necessário nos estudos da informação. Mas uma concepção de informação e comunicação que despreze a questão da verdade traz benefícios para a democra- cia? Em que medida a democracia perde vitalidade pela ação de sistemas comunicacionais e informacionais que, como as redes sociais na atualidade, propulsionam sem critério a mentira e sa- botam qualquer parâmetro que se possa ter de verdade, mesmo que seja a modesta verdade factual? Pode haver coesão política, no âmbito de uma esfera pública democrática sem que a comu-

1. HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa*. vol. 1, p. 144.

Segunda Parte – Acerca da verdade que supostamente emancipa

nicação social ponha em marcha informações dotadas de vali- dade e de veracidade? A despeito de aplicabilidade comprovada em teorias e sistemas circunscritos às tecnologias ou aos modelos computacionais que sustentam essas tecnologias, será que con- ceitos puramente matemáticos de comunicação e de informação bastam para pensarmos o peso da informação e da comunicação no domínio da política?

Essas interrogações nos ajudam a entender por que Ra- fael Capurro e Birger Hjorland – os mesmos que recuperaram a evolução linguística do termo “informação”, a partir do grego antigo e do latim – tendem a se afastar dos conceitos puramente matemáticos ao tratar dessa matéria tão complexa. Eles lembram que a informação é aquilo que gera sentido para seres humanos. Para eles, “a coisa mais importante em CI [*Ciência da informa- ção*] (como em política de informação) é considerar a informação como uma força constitutiva na sociedade e, assim, reconhecer a natureza teleológica dos sistemas e serviços de informação”.53 Em seguida, os dois sustentam que “quando usamos o termo ‘informação’ em CI, deveríamos ter sempre em mente que in- formação é o que é informativo para uma determinada pessoa”.54

1. CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. *O Conceito de Informação*. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Tradução do capítulo publicado no CAPURRO Annual Review of Information Science and Technology. Ed. Blaise Cronin. v. 37, cap. 8, p. 343-411, 2003, autorizada pelos autores. Tradutores: Ana Maria Pereira Cardoso, Maria da Glória Achtschin e Marco Antônio de Azevedo. P. 151. [Nessa passagem, Capurro e Hjorland fazem referência à full professor da Texas A&M University, SANDRA BRAMAN. Defining information: An approach for policymakers. Telecommunications Policy, v. 13, n. 1, p. 233-242. 1989.]

54 Idem, p. 154.

Eugênio Bucci

Na perspectiva de uma comunicação entre seres huma- nos, mesmo que mediada por hardwares, softwares, chips e al- goritmos, a veracidade não se reduz a um detalhe irrelevante, contrariando a “teoria matemática da comunicação”. Capurro e Hjorland recordam que, para o inglês Francis Bacon, nos sé- culos XVI e XVII, até mesmo as informações imediatas forne- cidas pelos sentidos “devem ser submetidas a um roteiro rigo- roso que separará o verdadeiro do falso”.55 Eles também citam o filósofo americano Fred Dretske, para quem “informação é

o que é capaz de produzir conhecimento e, uma vez que o co- nhecimento requer verdade, a informação também a requer”.56 E, então, concluem:

Em nossa percepção, a distinção mais importante é aquela en- tre informação como um objeto ou coisa (por exemplo, número de bits) e informação como um conceito subjetivo, informação como signo; isto é, como dependente da interpretação de um agente cognitivo.57

Tudo isso mostra que, mesmo de dentro dos muros da Ciência da Informação, habitado por matemáticos e engenhei-

55 Idem, p. 158.

1. DRETSKE, F. I. *Knowledge and the flow of information*. Cambridge, MA: MIT, 1981, p. 45.
2. CAPURRO, Rafael. HJORLAND, Birger. *O Conceito de Informação*. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Tradução do capítulo publicado no Annual Review of Information Science and Technology. Ed. Blaise Cronin. v. 37, cap. 8, p. 343-411, 2003, autorizada pelos autores. Tradutores: Ana Maria Pereira Cardoso, Maria da Glória Achtschin e Marco Antônio de Azevedo. P. 193.

Segunda Parte – Acerca da verdade que supostamente emancipa

ros, além de comunicólogos, o sentido conta, sim, e conta mui- to. Surge, assim, uma reconvocação do humanismo, em novas bases. A cultura da paz, a tolerância, a justiça social e a democra- cia são valores que dependem direta e intensamente da qualida- de ética, mais do que técnica, da comunicação social. A Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), aprovou a sua “Declaração de Princípios sobre a Tole- rância”, em 1995, para valorizar as virtudes do respeito e do cul- tivo da paz como expressão maior da qualidade da comunicação nas sociedades democráticas. O nexo entre democracia e ética da informação resulta cristalino.

A “Declaração de Princípios sobre a Tolerância” começa por dizer a que veio logo no início:

No Preâmbulo da Constituição da Unesco, aprovada em 16 de no- vembro de 1945, se afirma que ‘a paz deve basear-se na solida- riedade intelectual e moral da humanidade’, que a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* proclama que ‘toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião’ (art. 18), ‘de **opinião** e de **expressão**’(art. 19) e que a educação ‘deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos étnicos ou religiosos’ (art.26). 58

A opinião, a expressão, a compreensão e mesmo a tolerân- cia se efetivam no horizonte em que as pessoas se comunicam. Portanto, a Unesco tematiza a comunicação e, já no primeiro artigo, define a virtude da tolerância como um valor produzido *pela comunicação*. Vale a pena ir ao original:

1. Declaração de Princípios sobre a Tolerância, aprovada pela Conferência Geral da UNESCO em sua 28ª reunião. Paris, 16 de novembro de 1995.

Eugênio Bucci

A tolerância é o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos. É fomentada pelo conhecimento, a abertura de espírito, a *comunicação* e a liberdade de pensamento, de cons- ciência e de crença. A tolerância é a harmonia na diferença. Não só é um dever de ordem ética; é igualmente uma necessidade política e jurídica. A tolerância é uma virtude que torna a paz possível e contribui para substituir uma cultura de guerra por uma cultura de paz.59

Da lógica interna da Declaração da Unesco resulta que a qualidade da comunicação e da informação é diretamente pro- porcional à qualidade da democracia e à densidade da cultura de paz. A comunicação é *fato social*, exatamente como, nas palavras de Ferdinand de Saussure, “a linguagem é um fato social”.60 Na sua dimensão de fato social, a comunicação proporciona coesão às comunidades, mobilizando informações de diversas extrações

– e, se assim é, a comunicação não tem como escapar a algum grau de compromisso entre informação e verdade factual.

Nenhuma linguagem subsistiria se se resumisse a um sis- tema de difusão de enunciados que não encontram, nunca, al- gum nível de correspondência com fatos e ideias ou, ainda, com alguma forma de interpretação dos fatos e das ideias. Computa- dores e redes funcionam muito bem sem que seus engenheiros se preocupem com isso; sociedades, não. Um *bit*, um *bit* sozinho, considerado isoladamente, pode conter um dado verdadeiro ou

1. Idem.
2. SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*, organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye, São Paulo: Cultrix, 1969, p. 14.

Segunda Parte – Acerca da verdade que supostamente emancipa

um dado falso (qualquer que seja a apreensão que tenhamos do significado de “verdadeiro” ou “falso”), mas o domínio políti- co não tem como ficar indiferente à condição de “verdadeiro” ou “falso” do conjunto das informações que o embasam. Um conceito de informação que não guarde vínculos com a verda- de é eficiente para fabricar computadores, mas não basta, nem de longe, para a construção da democracia. Nessa perspectiva, é curioso, uma ordem social justa não tem como sobreviver se lhe falta ao menos um pouco de Iluminismo.

É essa falta que a expressão “pós-verdade” veio pôr em evidência. A disseminação da mentira extrapolou, como se viu com a máquina eleitoral de Trump, que espalhou absurdos como as “notícias” de que Barack Obama não era americano e de que o Papa Francisco apoiava a candidatura do bilionário. A inven- cionice foi tamanha e tão cheia de ramificações enigmáticas que ainda hoje, em janeiro de 2019, o FBI segue investigando a ação de hackers russos na difusão de *fake news* que interferiram no resultado eleitoral de 2016.61 Os gigantes monopolistas globais Google e Facebook admitiram a presença de dinheiro da Rússia na distribuição de mensagens, posts e relatos inverídicos favore- cendo Trump.62

1. No dia 1º de junho, pela primeira vez, Vladimir Putin admitiu a possibili- dade da ação de hackers “patriotas” russos para prejudicar a candidatura dos democratas nos Estados Unidos. https[://www.public](http://www.publico.pt/2017/06/01/)o.p[t/2017/06/01/](http://www.publico.pt/2017/06/01/) mundo/noticia/putin-diz-que-ataque-informatico-pode-ter-sido-feito-por

-russos-com-mentes-patriotas-1774227

1. “O Google admitiu pela primeira vez que operadores russos exploraram as plataformas da empresa para interferir na eleição presidencial dos EUA de 2016.” Ver na Folha de S.Paulo, versão online, de 9 de outubro de 2017.<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/10/1925583-google-des->

Eugênio Bucci

Em fevereiro de 2017, um seminário em Harvard con- cluiu pela preconização de fortalecimento do vínculo entre in- formação e verdade:

Nós temos que investigar quais são os ingredientes neces- sários para os sistemas informativos que encorajam uma cultura da verdade.63

Parece se alastrar um sentimento de que, assim como o conceito de informação deu certo para fabricar servidores de rede, a verdade é indispensável para construir democracia. Esta- rá em curso uma onda de nostalgia do Iluminismo? Ou estará se tecendo uma percepção difusa de que o Iluminismo, assim como a modernidade, ainda não cumpriu seu ciclo?

cobre-anuncios-comprados-por-russos-no-youtube-e-no-gmail.shtml. Ver também “Facebook vai entregar ao Congresso dos EUA anúncios pagos por russos”, também na *Folha de S .Paulo*, versão online, de 21 de setembro de 2017. https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/09/1920544-face- book-vai-entregar-ao-congresso-dos-eua-anuncios-pagos-por-russos.shtml.

1. Combating *Fakenews*: An Agenda for Research and Action. Conference held February 17–18, 2017 Organized by Matthew Baum (Harvard), David Lazer (Northeastern), and Nicco Mele (Harvard). Final report written by David Lazer, Matthew Baum, Nir Grinberg, Lisa Friedland, Kenneth Joseph, Will Hobbs and Carolina Mattsson. https://shorensteincenter.org/combating-fake-news-a- genda-for-research/. No orginal: “We must investigate what the necessary ingredients are for information systems that encourage a culture of truth.”

Terceira Parte

**Por que a *verdade factual* faz tanta diferença**

Ninguém discorda de que ao menos um pedaço da res- ponsabilidade pela desvalorização da verdade factual cabe às pla- taformas sociais e à internet, onde se instalaram confortavelmen- te as forças dedicadas à produção das notícias fraudulentas. Não que as redes sociais devam ser interpretadas como um “mal” em si, como se fossem uma tecnologia opressiva. Elas não são isso. Trouxeram arejamentos para o mundo da vida e para as esfe- ras públicas, abriram novos canais para diálogos e mobilizações e desempenharam um papel bastante positivo, contra Estados pouco sensíveis e pouco abertos ao diálogo, em episódios como a Primavera Árabe. Vistas nessa perspectiva, as redes ajudaram a destampar demandas do público, ajudaram a viabilizar a expres- são de reivindicações populares e deram mais vigor ao debate público. Mais ainda, tornaram mais do que evidentes, escanca- radas, as debilidades e as limitações do Estado em se comunicar com a sociedade, e impuseram agendas de mais transparência e melhores níveis de accountability à máquina pública. No Brasil,

Eugênio Bucci

nas grandes manifestações de rua de 2013, os protestos se articu- laram pelas redes sociais, o que foi amplamente documentado, registrado e reconhecido.64

Há nas redes uma vocação para desalinhar os confortos do poder estatal, o que acarretou reprimendas autoritárias con- tra elas, além de reações de matiz conservador. A ditadura chi- nesa, por exemplo, preferiu amordaçá-las e enquadrá-las desde a primeira hora. As autocracias do mundo árabe se opuseram a elas ao acusa-las de gerar indisciplina e desagregação social. No Brasil, tivemos discursos governistas que se empenhavam em demonizá-las, imputando a elas a culpa por supostas ações orquestradas pelo “imperialismo” ou por outras entidades aná- logas e, com isso, desestabilizar uma presidência da Repúbli- ca que seria “popular” e “de esquerda”. Nesses casos, as redes sociais foram atacadas por seus méritos, e foram atacadas por forças cultural e politicamente retrógradas, avessas à expansão da liberdade.

Não é por esse ângulo que as redes são criticadas aqui. O problema delas não está na tecnologia ou nas interações intensas que elas propiciam, mas em questões relacionadas à concentra- ção de propriedade, à exploração industrial do olhar do desejo que essas relações engendram e aos moldes monopolistas com os quais elas se apossaram do fluxo das comunicações digitais em todo o planeta. O problema está nas relações sociais (relações de produção da indústria do imaginário) e no fato de que, tendo se enraizado no mundo da vida e na esfera pública, elas não são públicas em seus controles e na sua propriedade. Sob a ma-

1. Ver, a esse propósito, BUCCI, Eugênio. A forma bruta dos protestos. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

Terceira Parte – Por que a verdade factual faz tanta diferença

lha tecnológica, elas promovem a tecnociência e o capital como substitutos da própria política.

Vistas por esse ângulo, fica nítido como o Facebook e o Twitter, além dos sites de busca, a exemplo do Google, acelera- ram e fortaleceram a pós-verdade. Isso se deu por pelo menos dois motivos. O primeiro tem a ver com um incremento de ve- locidade, de alcance, de eficácia e de escala. Vários levantamen- tos mostram que as notícias fraudulentas repercutem mais do que as verdadeiras. E mais rapidamente. E arrebatam as amplas massas de um modo acachapante, num grau jamais atingido pe- los meios jornalísticos mais convencionais. Em questão de um dia ou dois, a campanha de Trump era capaz de potencializar a boataria que o candidato vinha fomentando por cinco anos e convencer metade dos Estados Unidos de que Barack Obama tinha nascido no Quênia. A mesma coisa se verificou no Brasil. Manchetes malucas, como a que, no final de 2016, anunciava diariamente a prisão de Lula para o dia seguinte, foram replica- das e disseminadas com extrema rapidez.65

O segundo fator é econômico. Notícias fraudulentas dão lucro. Dentro do ambiente virtual do Google e do Facebook, a fraude compensa. Quanto maior o número de clicks, mais o autor fatura. E, como a mentira é fácil de produzir (é barata) e

1. O site Consultor Jurídico noticiou uma das medições que foram feitas na épo- ca: “Notícias falsas sobre a operação ‘lava jato’ causam maior repercussão dos que as verdadeiras. A constatação foi feita pelo site *BuzzFeed*, que mediu o engajamento gerado no Facebook por textos verdadeiros ou não sobre a investigação na Petrobras. As interações com as dez notícias falsas mais co- mentadas chegam a quase 4 milhões, contra 2,7 milhões com o ranking das verdadeiras.” <http://www.conjur.com.br/2016-nov-22/noticias-falsas-lava-> jato-repercutem-verdadeiras

Eugênio Bucci

desperta o furor das audiências, um dos melhores negócios da atualidade é noticiar acontecimentos que nunca aconteceram de verdade – e que, mesmo assim, despertam emoções fortes nos chamados internautas.66

As redes sociais acrescentam à paisagem globalitária um pacote inédito de perversidades. Agora, as notícias circulam se- gundo os ditames do entretenimento, que se orientam exclu- sivamente por fontes pulsionais, sem as mediações da razão. Bem sabemos que a indústria do entretenimento nunca apre- ciou a razão, e isso desde suas origens, que remontam às re- vistas de amenidades e *fait divers*, que fincam raízes no século

XVII. Agora, o quadro é pior. Nas redes sociais, diferentemente do que acontecia na televisão ou no cinema, a propagação das mensagens depende diretamente da ação das audiências, nas quais o desejo leva vantagem sobre o pensamento. Uma notícia (falsificada, fraudulenta ou mesmo verdadeira, pouco importa) só se difunde à medida que corresponda a emoções, quaisquer emoções, “positivas” ou “negativas”. Sobre o factual, predomina o sensacional – daí o sensacionalismo. Sobre o argumento, o

1. O caderno “Ilustríssima”, publicado pelo jornal *Folha de S .Paulo* aos do- mingos, trouxe, na edição de 19 de fevereiro de 2017, duas reportagens e um artigo analítico sobre o tema da pós-verdade e das fake news. Escrita por Fábio Victor, a reportagem “Como funciona a engrenagem das notícias falsas no Brasil”, mostra os meandros da atividade altamente lucrativa dos grupos apócrifos que confeccionam e distribuem notícias fraudulentas. Na mesma edição, o jornalista Nelson de Sá, em “Como os grandes jornais e as mídias sociais tentam responder à invenção deliberada de fatos”, relata as estratégias das redações profissionais para enfrentar as ondas de boatos programadas com finalidades políticas. Por fim, o filósofo Osvaldo Giaccoia reflete sobre o tema da verdade no artigo “E se o erro, a fabulação, o engano revelarem-se tão essenciais quanto a verdade?”.

Terceira Parte – Por que a verdade factual faz tanta diferença

sentimento ou o sentimentalismo. Esses registros da percepção e do sensível, que passam pelo desejo, pelo sensacional, pelo sen- timental, proporcionam conforto psíquico aos indivíduos enre- dados em suas fantasias narcisistas. A receita se revelou infalível. Na era das redes sociais, o indivíduo se encontra encapsu-

lado em multidões que o espelham e o reafirmam ininterrupta- mente – são as multidões de iguais, as multidões especulares, as multidões de mesmos. Vêm daí as tais “bolhas” das redes sociais, cujo traço definidor é a impermeabilidade ao dissenso, a ponto de uma comunidade de uma determinada bolha mal tomar co- nhecimento da outra.

Os algoritmos das redes sociais estimulam e fortificam as bolhas, espessando as muralhas que separam umas das ou- tras – com a agravante de que esses algoritmos são fechados em códigos proprietários, de tal maneira que os sistemas que regu- lam na prática o fluxo de informações não são públicos. A rede tecnológica por onde trafegam as informações, que deveria ser neutra, não o é.

Vista dessa perspectiva, as redes sociais mais segregam do que integram a sociedade. Elas não põem as pessoas em rede; põem as muralhas em rede, muralhas privatizadas. Den- tro das muralhas, o que impulsiona a circulação dos relatos é a dinâmica própria dos boatos, bastante passional, e não mais a dinâmica de prestação de serviços de informação de interes- se público, segundo pontos de vista plurais. A função pública de mediar o debate social, de investigar e relatar os aconteci- mentos de interesse geral com fidedignidade e de fazer circular ideias e opiniões divergentes, função essa que se fixou como o papel central da instituição da imprensa, corresponde ape-

Eugênio Bucci

nas a uma franja marginal dentro das interações da era digital. Agora, os protocolos classicamente observados pela imprensa e pelas redações profissionais se confinam a ilhas que são minús- culas quando comparadas ao todo. O que é a carteira de assi- nantes de um jornal, algo em torno dos 250 mil leitores, como no caso dos maiores diários do Brasil, perto da escala de um Facebook, que tem perto de 2 bilhões de usuários com perfis ativos, quase um terço da humanidade?67 As práticas comuni- cacionais adotadas nas redes sociais, que não se pautam pela verificação criteriosa dos fatos ou pelos critérios de veracidade e de pluralidade, soterram e comprimem as ilhas que observam os protocolos clássicos da imprensa.

Também são perversas as relações de propriedade das no- víssimas empresas ditas “de tecnologia” ou de “inovação”, como Google e Facebook. Essas duas são monopólios globais. Pode- mos vê-las, também, como um duopólio mundial que controla a maior parcela do tráfego das pessoas comuns na Internet. Não obstante, seus usuários não costumam manifestar preocupação com os efeitos nefastos das práticas monopolistas sobre a circu- lação das ideias. Discursos contra alegados monopólios da infor- mação, que costumam ter como alvo, no Brasil, a Rede Globo, difundidos profusamente no Facebook, não emitem o menor sinal de que se deram conta do monopólio mundial exercido pelo próprio Facebook.

1. “O Facebook informou que atingiu a cifra de 2,01 bilhões de usuários por mês entre os meses de abril e junho, o que representa alta de 17 em compara- ção ao mesmo período do ano anterior.”. Ver em “Facebook registra salto no lucro 71 no 2º trimestre de 2017”. G1. https://g1.globo.com/tecnologia/ noticia/facebook-registra-salto-no-lucro-71-no-2-trimestre-de-2017.ghtml . Accessado em 26 de outubro de 2017.

Terceira Parte – Por que a verdade factual faz tanta diferença

Essas empresas registram taxas de crescimento espantosas. O Google é a segunda marca mais valiosa do mundo. Com seu preço estimado em 141,7 bilhões de dólares em setembro de 2017, a marca Google fica atrás apenas da marca Apple.68 O va- lor da empresa Apple – e não apenas a marca Apple – alcançou o patamar 900 bilhões de dólares em novembro de 2017, tornan- do-se a empresa mais valiosa a ser negociada na Bolsa de Nova York. A Alphabet (empresa controladora da Google) chegou ao valor de 700 bilhões69.

O Facebook, embora não lidere o ranking das marcas mais caras, é um caso impressionante. Seu valor de mercado, como empresa (não apenas como marca, portanto), bateu na casa dos 499,8 bilhões de dólares. Sua receita em publicidade, segundo dados divulgados em 2017, deveria ultrapassar, naquele ano, os 36 bilhões de dólares, num crescimento de 35% em re- lação ao ano anterior.70

A fórmula de fabricação de valor na indústria do imaginá- rio implementada por empresas como Facebook e Twitter é tão genial quanto devastadora. Nelas, os usuários entram no jogo como mão-de-obra (gratuita e, logo, escrava), como matéria-pri- ma (também gratuita) e, por fim, como mercadoria. Graças a esse modelo originalíssimo, o Facebook não precisa gastar um

1. <http://www.valor.com.br/empresas/5132310/apple-e-google-sao-marcas>

-mais-valiosas-do-mundo. Acessado em 26 de outubro de 2017.

1. Ver <http://www.valor.com.br/empresas/5186711/apple-atinge-valor-de-> mercado-de-us-900-bilhoes-na-bolsa-de-nova-york (Acessado em 9 de no- vembro de 2017).
2. “Facebook registra salto no lucro 71 no 2º trimestre de 2017”. https:// g1.globo.com/tecnologia/noticia/facebook-registra-salto-no-lucro-71-no- 2-trimestre-de-2017.ghtml. Acessado em 26 de outubro de 2017.

Eugênio Bucci

centavo para “gerar conteúdo” (no jargão horroroso da indús- tria), pois seus usuários atuam como digitadores, fotógrafos, lo- cutores, atores, sonoplastas, escritores e tudo o mais. Os usuários são os operários que confeccionam ou extraem a matéria-prima, da qual são também os beneficiadores e empacotadores. E, em- bora se vejam como “clientes” de um “serviço” que imaginam gratuito, esses usuários são também a mercadoria final. São seus olhos que são vendidos aos anunciantes, o que parece alegrá-los enormemente.

O regime das muralhas em rede recortando o imaginário em bolhas também concorreu para acentuar a percepção (ilu- sória, fictícia) de que as notícias que vão e vêm são gratuitas ou deveriam ser. Incrível como, nos anos 20 do século passado, o jornalista Walter Lippman já registrara esse fetiche econômico do público de supor que os noticiários caem do céu e, portanto, não valem um centavo. Relembremos o que Lippman disse (num trecho que, em parte, já foi citado aqui):

Esta convicção insistente e antiga de que a verdade não é conquis- tada ou construída, mas revelada, fornecida gratuitamente, apa- rece muito claramente nas fantasias econômicas que nós, como leitores de jornal, costumamos ter. Esperamos que o jornal nos entregue a verdade, por menos lucrativa que seja a verdade.71

1. LIPPMANN, Walter. *Public Opinion .* New York: Free Press Paperbacks (Simon and Schuster), 1997, p. 203. Texto original: “This insistent and ancient belief’ that truth is not earned, but inspired, revealed, supplied gratis, comes out very plainly in our economic prejudices as readers of newspapers. We expect the newspaper to serve us with truth, however unprofitable the truth may be. For this difficult and often dangerous service, which we recognize as fun- damental, we expected to pay until recently the smallest coin turned out by the mint.”

Terceira Parte – Por que a verdade factual faz tanta diferença

Um século depois de essas palavras terem sido publicadas, não há dúvidas de que a “convicção insistente e antiga” de que a “verdade” é fornecida gratuitamente ficou muito mais forte – em grande parte, graças às redes sociais, que banalizaram o sentido de palavras como “notícia”, “informação” e, claro, “verdade”.

O estrago não ficou só nisso. Esse grau de monopólio, esse modelo de exploração que consegue extrair valor de traba- lho das massas humanas que pensam estar apenas se divertindo fez das redes sociais uma usina de produção e de distribuição de notícias fraudulentas numa escala que não tem nenhum prece- dente. Uma sucuri de silício – uma das múltiplas e simultâneas encarnações do capital – tritura e engole a sociedade civil globa- lizada.

A sucuri de silício não liga para a verdade factual, que virou uma espécie de fóssil pré-histórico.

## Dos fatos soterrados à Comissão Nacional da Verdade

A figura do fóssil pré-histórico vai além da retórica. Bus- car fragmentos de memórias traumáticas de um país inteiro para restabelecer o entendimento presente desse mesmo país, inves- tigando fósseis do passado, é uma das funções implicadas na busca da verdade factual. Sem um entendimento comum dos fatos (recentes ou menos recentes), as identidades – sejam elas identidades nacionais, seja a identidade primeira, a básica, que é a identidade de pessoa humana – perdem sua consistência, dis- solvem-se.

Eugênio Bucci

No dia 16 de maio de 2012, a presidente do Brasil, Dilma Rousseff, instalou a Comissão Nacional da Verdade (CNV), com o objetivo de apurar as violações de direitos humanos praticadas no Brasil entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Passados pouco mais de quatro anos, no dia 10 de dezembro de 2014, a mesma presidente da República recebeu oficialmente o relatório final da Comissão. Com 4.328 páginas, o documento apontou 377 responsáveis por tortura e assassinatos e outras gra- ves violações dos direitos humanos durante o período investigado. Foram ouvidas cerca de 1.200 testemunhas e coletadas provas ma- teriais e documentais em papel timbrado. O relatório apresentou 29 recomendações – como a desmilitarização da Polícia Militar

– e pleiteou a punição dos agentes do Estado que praticaram as violações relatadas (detenções ilegais, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres, além da tortura).

São fatos. O relatório procura se ater à descrição dos fatos, sem desdobrar-se em narrativas. São relatos quase técnicos sobre fatos comprovados. A ninguém ocorreu a ideia de chamar a Co- missão Nacional da Verdade de “Comissão Nacional da Infor- mação”. Seria um tanto esdrúxulo. Por esse episódio vemos que, por mais que tenha se desgastado, a palavra “verdade” carrega um sentido que nenhuma outra é capaz de repor. Por mais que esteja na moda, a palavra “informação” é tênue para dar conta da incumbência que pesou sobre aquela comissão.

O relatório final foi publicado em seis grandes tomos de letras miúdas. O texto integral também foi aberto no site da CNV.72 O número de mortos e desaparecidos não é novidade:

1. [www.cnv.gov.br](http://www.cnv.gov.br/)

Terceira Parte – Por que a verdade factual faz tanta diferença

434. Desses, 224 foram comprovadamente assassinados e 210 foram “desaparecidos”. O relatório reconhece que o contingente pode ser maior, mas os casos que foram individual e integral- mente comprovados de violações dos direitos humanos prati- cadas por agentes do Estado se restringem à contagem de 434 vítimas.

Mesmo instituído pela Presidência da República, a Co- missão Nacional da Verdade enfrentou barreiras diversas nos po- deres estabelecidos. Hannah Arendt não se furtou a apontar o poder como inimigo da verdade factual. Quanto mais se afasta da democracia, diz ela, mais o poder tende a rechaçar relatos so- bre os acontecimentos. Vivemos isso no Brasil – e ainda estamos vivendo, como numa ditadura que persiste. Enquanto durou, a ditadura militar não admitiu que fatos sobre a tortura gerenciada por sua hierarquia fossem expostos. Enquanto pôde, pôs o Esta- do a serviço do ocultamento. Agora, findo o regime autoritário, seus agentes e defensores enviuvados, armados ou não, fardados ou não, ainda estão por aí a combater a hipótese de que a ver- dade apareça. Agem para impedir também as consequências da revelação dos fatos e, no mais das vezes, têm conseguido inibir que governos eleitos democraticamente deem curso às recomen- dações elaboradas pela Comissão Nacional da Verdade.

O poder – especialmente o poder fardado – teme a re- velação da verdade dos fatos. Hannah Arendt adverte que essa verdade factual, que é tão fácil de entender, é também frágil. Pode ser ferida com facilidade.

Se pensamos agora em verdades de facto – em verdades tão modestas como o papel, durante a revolução russa, de um ho- mem de nome Trotsky que não surge em nenhum dos livros

Eugênio Bucci

da história da revolução soviética – vemos imediatamente como elas são mais vulneráveis que todas as espécies de verdades racionais tomadas no seu conjunto.73

A menção ao nome de Leon Trotsky esclarece ainda mais. Embora tenha sido um dos dois maiores líderes da Revolução de Outubro, Trotsky foi banido dos livros de História e das fotogra- fias, graças a trucagens grosseiras que adulteraram a iconografia oficial soviética. Ainda na época em que o ensaio *Verdade e Po- lítica* foi publicado, em 1967, a burocracia stalinista mantinha as falsificações que expeliram o nome de Trotsky dos livros de história e das fotografias. Fazer com que Trotsky desaparecesse não apenas da face da Terra, mas da História, foi um trabalho gigantesco de prestidigitação que retroagiu no tempo e, por dé- cadas, foi bem-sucedido.

Um regime de força até convive bem com livros de Pla- tão, com os teoremas de Einstein, e mesmo de pensadores cujas ideias lhe sejam indigestas, mas não consegue suportar uma re- portagem sobre um surto de meningite ou um perfil de um de- legado torturador. A tirania não lida bem com fatos. Por isso a verdade factual é tão bombardeada. Por isso, é tão vulnerável, diz a filósofa:

Os factos e os acontecimentos são coisas infinitamente mais frá- geis que os axiomas, as descobertas e as teorias – mesmo as mais loucamente especulativas – produzidas pelo espírito huma-

1. ARENDT, Hannah. Verdade e Política. In: *Entre o Passado e o Futuro*. Tradu- ção de Manuel Alberto. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 1995. Disponível na internet: <http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/11/Verdade>

-e-pol C3 ADtica.pdf Acessado em 20 de maio de 2017.

Terceira Parte – Por que a verdade factual faz tanta diferença

no; ocorrem no campo perpetuamente modificável dos assuntos humanos, no seu fluxo em que nada é mais permanente que a permanência, relativa, como se sabe, da estrutura do espírito humano. Uma vez perdidos, nenhum esforço racional poderá fa- zê-los voltar. Talvez as possibilidades de que as matemáticas eu- clidianas ou a teoria da relatividade de Einstein - já para não falar da filosofia de Platão - fossem reproduzidas com o tempo se os seus autores tivessem sido impedidos de as transmitir à poste- ridade, também não fossem muito boas. Mas mesmo assim são infinitamente melhores que as possibilidades de um facto de importância esquecido ou, mais verossimilmente, apagado, ser um dia redescoberto.74

Vale repetir: “os factos e os acontecimentos são coisas infinitamente mais frágeis que os axiomas, as descobertas e as teorias”. Quando vitimados, os fatos e os acontecimentos de- moram para se reerguer, para se recompor – outras vezes, não se recuperam jamais. A aversão dos tiranos aos relatos factuais mais elementares sobrevive aos próprios tiranos, subsiste mesmo quando suas tiranias não existem mais. Por seu lado, a demo- cracia, submetida ao medo que a leva a não revelar os fatos que ditadores soterraram no passado, torna-se, ela mesma, serviçal remota de tiranos mortos.

Portanto, ao dizer que fatos e acontecimentos são frá- geis, Hannah Arendt quer enfatizar que eles são frágeis não em geral, mas frágeis *diante do poder*, ditatorial ou democrá- tico. Não é apenas Donald Trump que orienta seus assessores

1. ARENDT, Hannah. Verdade e Política. In: *Entre o Passado e o Futuro*. Tradução de Manuel Alberto. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 1995.

Eugênio Bucci

a buscar “fatos alternativos”75. Qualquer poder, dada a sua na- tureza, padece da tentação de falsificar os acontecimentos, seja em países mais livres ou em países menos livres, como Rússia e Turquia, onde as garantias individuais e a segurança dos cida- dãos se dissolveram no ar. Particularmente na Rússia, desponta um novo requinte da era da pós-verdade. Não satisfeito com as notícias meramente falsas ou fraudulentas, Vladimir Putin deu agora de inaugurar as *redações falsas* (que poderíamos apelidar de *“fake newsrooms”*). Seu governo investe cada vez mais em agências noticiosas que, com a aparência de veículos jornalís- ticos independentes, não passam de máquinas de propagan- da governamental. A agência de notícias Sputnik, lançada em 2014, com serviços em trinta línguas diferentes, inclusive o português (há uma sucursal no Brasil 76), é o caso mais nítido dessa onda de *fake newsrooms*.

Trump não chegou ao ponto de investir nas *fake news- rooms*, ao menos por enquanto, embora já tenha aventado a ideia de criar uma TV estatal para difundir informações que julga confiáveis77 e embora se relacione com a Fox News como se fosse um posto avançado de seu governo. Fora isso, já mandou expul- sar jornalistas das coletivas promovidas pelo porta-voz na Casa

1. Essa expressão “factos alternativos” (alternative facts) foi empregada pela Conselheira de Donald Trump, Kellyanne Conway, numa entrevista para a rede de TV NBC em 22 de Janeiro de 2017. A assessora, secundando o então porta-voz da Casa Branca, Sean Spicer, diziam ser “fatos alternativos” uma estimativa completamente irreal do número de pessoas que tinham compa- recido à posse do presidente.
2. O endereço eletrônico da agência no Brasil é https://br.sputniknews.com/.
3. https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/para-desmascarar-cnn- donald-trump-quer-um-canal-de-noticias-estatal-23478

Terceira Parte – Por que a verdade factual faz tanta diferença

Branca. No fundo, partilha com Putin das mesmas convicções contrárias à verdade. Lembremos que a suspeita, cada vez mais confirmada, de que houve dinheiro russo nas redes sociais e em sites de busca para gerar notícias fraudulentas que interferiram na campanha eleitoral dos Estados Unidos com o objetivo de favorecer Donald Trump, inclui a hipótese nada corriqueira de que Vladimir Putin teria tomado parte na fraude.78

O poder mais obscuro se beneficia da tecnociência mais reluzente em prol de mais obscurantismo. A tecnologia que ta- teia o pós-humano por meio da inteligência artificial flerta com o poder obscuro, e o equivalente geral para as relações entre os dois polos é o capital. As idas e vindas dos acordos e desacordos que o Facebook e o Google fazem e desfazem com as autorida- des chinesas atestam que essas aproximações se modulam e se assentam na lógica das relações de produção, não nos princípios democráticos. A verdade factual corre risco e, com ela, a textura do domínio político na democracia perde o tônus.

Voltemos à ligação umbilical entre imprensa, educação e bibliotecas na gênese da democracia moderna. Vale aqui um comentário a mais sobre as bibliotecas, que carregam a incum- bência de abrir as portas do conhecimento para o público, por meio da gestão competente da informação como franja do co- nhecimento. Recorro uma vez mais ao longo e essencial texto de Capurro e Hjorland:

1. Basta lembrar que, no final de outubro de 2017, o chefe da campanha eleito- ral de Trump se entregou ao FBI. https://noticias.uol.com.br/internacional/ ultimas-noticias/2017/10/30/ex-chefe-da-campanha-de-trump-se-entrega

-ao-fbi-em-investigacao-sobre-complo-com-a-russia.htm

Eugênio Bucci

“A geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação e transformação da informação deve, portanto, ser baseada em visões/teorias sobre os problemas, questões e objetivos que a informação deverá satisfazer. Em bi- bliotecas públicas, estes objetivos estão relacionados à função democrática da biblioteca pública na sociedade.”79

Em sintonia com esses parâmetros, o professor Emir José Suaiden, da Universidade de Brasília, reforça o papel formador de cidadania das bibliotecas:

“A produção bibliográfica da área tenta apontar uma série de caminhos que possibilitem à biblioteca pública encontrar a sua verdadeira identidade como uma instituição eficiente na forma- ção da cidadania e na melhoria da qualidade de vida da socie- dade.”80

A biblioteca é hoje uma barreira contra a tendência tecno- lógica de desumanizar a mediação. A esse respeito, a professora brasileira Lucia Santaella lança um alerta:

“A filosofia do fundador do Google é não saber por que uma página é melhor do que outra. Se as estatísticas dos links rece- bidos dizem que é, isso é bom o suficiente. Nenhuma análise

1. CAPURRO, Rafael. HJORLAND, Birger. O Conceito de Informação. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Tradução do capítulo publicado no Annual Review of Information Science and Technology. Ed. Blaise Cronin. v. 37, cap. 8, p. 343-411, 2003, autorizada pelos autores. Tradutores: Ana Maria Pereira Cardoso, Maria da Glória Achtschin e Marco Antônio de Azevedo. P. 187.
2. SUAIDEN, E. J. . La biblioteca pública y la sociedad de la información. El Libro En America Latina y Caribe, Bogota - Colombia,v. 1, n.1, p. 28-38, 1999.

Terceira Parte – Por que a verdade factual faz tanta diferença

semântica ou causal é necessária. É por isso que o Google pode traduzir línguas sem ‘saber falar’ essas línguas.”81

1. SANTAELLA, Lucia. “A informação/comunicação hoje e as consequentes sub- versões nas ciências.” In: MORIGI, Valdir. JACKS, Nilda. GOLIN, Cida. Epistemo- logias, comunicação e informação. Porto Alegre: Sulina, 2016, 223pp. P. 113. Convém consultar também o estudo que a professora Lucia Santaella dedicou especialmente as implicações acarretadas pela disseminação da ideia de pós-verdade: SANTAELLA, Lucia. A pós-verdade é verdadeira ou falsa? Barue- ri, SP: Estação das Letras e Cores, 2018 (Coleção Interrogações).

Quarta Parte

# Duas estratégias de interdição dos fatos

Agora, voltemos os olhos para o que se passa à nossa volta. Se um debate político é o debate das opiniões a respeito dos fatos de interesse comum, há algo de estranho com o debate político de nossos dias. Não que nos faltem discussões ou opiniões. Ao contrário, sobram umas e outras. Enfrentamentos exasperados e exasperantes, ou mesmo bestiais, vão se amontoando e se esface- lando. Os fatos é que faltam ao encontro.

Podemos arriscar uma hipótese: os fatos foram interdi- tados por duas estratégias. A primeira, articulada em torno e a partir do poder (aqui compreendido como a conjugação entre três fatores de dominação: o capital, a tecnologia e a burocracia estatal), promove a substituição dos acontecimentos reais por dados virtuais. Não se veem mais as cenas da vida real de pessoas de carne e osso, apenas os indicadores econômicos e outras mé- tricas cujas fórmulas matemáticas cintilam em telas eletrônicas. Aglomerados de cifras e tabelas traduziriam em dígitos frios a realidade quente.

Eugênio Bucci

Essa estratégia alimenta o fetiche e a devoção em torno da tecnociência. A fé em deuses dá lugar à fé em dispositivos eletrônicos, os novos oráculos. É assim em todos os campos. A medicina reverencia os diagnósticos computadorizados; os supertelescópios eletrônicos detectam no céu escuro radiações inapreensíveis às retinas humanas; o motorista analisa o trânsito pondo seus olhos na tela do celular. O culto das ciberdivindades rarefaz o contato direto entre os seres humanos e suas condições materiais de existência e, por meio desse artifício, inibe a forma- ção dos juízos de valor autônomos sobre o mundo vivido.

A segunda estratégia de interdição dos fatos brota de dis- cursos que, em polos mais ou menos extremados de esquerda e de direita, afirmam-se como contestadores do *establishment*. Alguns desses discursos são encabeçados por líderes populistas. Alimentada por doutrinarismos e idolatrias passadistas, a segun- da estratégia se assemelha à primeira em duas faces: fomenta a aversão aos fatos e assume um feitio religioso. No seu caso, po- rém, o objeto de adoração não mora em aparelhos eletrônicos, mas em ídolos que parecem saídos de seitas envoltas em messia- nismos regressivos.

Vejamos como funcionam as duas estratégias.

## Primeira estratégia de interdição dos fatos (emanada do poder): os *apagões de real*

A primeira estratégia vem do discurso do poder. Reitero que, para efeitos deste texto, penso na palavra “poder” com o sentido de novelo de tensões – atravessado por arestas e contra-

Quarta Parte – Duas estratégias de interdição dos fatos

dições internas – que enfeixa o capital, a tecnologia e o Estado, cuja burocracia se desumaniza. Essa estratégia faz da tecnologia seu procedimento preferencial para, de uma parte, substituir os fatos propriamente ditos por dados digitais, e, de outra, blo- quear o acesso do debate público aos fatos propriamente ditos que estariam representados nos dados.

Os dados entram nessa fórmula para abastecer metrifi- cações que, à distância, ocupam o lugar dos acontecimentos. Quem integra o poder não fala dos fatos, tornados remotos, mas apenas dos dados, que passam a ser tratados como se fossem fatos consumados. Quem está fora do poder dificilmente terá como verificar os fatos *in natura*.

Se alguém não acredita no cenário que acabo de descrever, que tente responder a algumas interrogações. Quem dá conta de tirar a limpo as planilhas do FMI? Quem fiscaliza a engenharia subterrânea dos algoritmos que coordenam o fluxo das ideias na esfera pública que se globalizou? Como averiguar, numa apura- ção independente, os fundamentos fáticos de decisões governa- mentais? A extensão de uma epidemia pode ser conferida se as estatísticas da saúde pública não são transparentes? O que dizer das regulações econométricas, que ditam as relações de mercado em países inteiros? Sim, os dados se impõem como fatos consu- mados – mas não são fatos, e sim *representações* de fatos, ou, mais ainda, *representações de aglomerações de fatos*.

É bem verdade que, em reações ainda lentas, a democra- cia tenta criar vacinas contra essa primeira estratégia. Por meio de iniciativas que procuram conter a força colonizadora dos con- glomerados da tecnologia, do capital e da burocratização corpo- rativista do Estado (a serviço de interesses opostos ao interesse

Eugênio Bucci

público), a democracia reage. Os esforços da União Europeia para regular os códigos fechados de monopólios globais como Facebook e Google são um exemplo. As leis de acesso à infor- mação, adotadas em vários países, são outro exemplo. Os proje- tos jornalísticos de “checagem de fatos” – idealizados por orga- nismos jornalísticos sem fins lucrativos, em regime de trabalho colaborativo, e em parte encampados por empresas jornalísticas

– são mais um.

As três tentativas, no entanto, encontram-se em fases em- brionárias. Google, Facebook e Twitter ficam acima de jurisdições nacionais: regulá-los não será simples. As leis de acesso à informa- ção não removem os empecilhos burocráticos, embora persistam. Quanto à checagem de fatos, esta requer dinheiro, profissionais de elite e tecnologia de vanguarda. Ao menos até aqui, é improvável que consiga se ombrear com o poder nesses quesitos.

Como desdobramento da primeira estratégia, à qual dou o nome de *apagões de real*, o que temos são exatamente isso: apagões seriais ou espasmódicos, mais ou menos duradouros, que barram o conhecimento da realidade factual e a formação de opiniões fundamentadas sobre essa mesma realidade. O *juízo de valor* se inviabiliza, pois os dados digitais e outras formas ele- trônicas de representação imperam como se fossem os próprios fatos materiais e acabam determinando os parâmetros para a for- mação de um juízo de valor dominante.

Ocorre que – vou me repetir – os dados não são os fatos, como deveria ser óbvio: os dados são apenas uma versão mate- matizada dos fatos. Como os dados se sobrepõem aos fatos, o que se tem é o aprofundamento uma lei geral do Espetáculo, formulada por Guy Debord, em 1967:

Quarta Parte – Duas estratégias de interdição dos fatos

“Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representa- ção.”82

Sim, os dados que não são imagens, que não são nada espetaculosos em sua fisionomia glacial, prolongam e reforçam o Espetáculo. A *representação*, posta segundo a ordem do Espetá- culo, aquela que desconstitui e usurpa o lugar “do que era vivido diretamente”, ocupa hoje, mais do que os espaços conhecidos do entretenimento e da comunicação social, as linguagens da Ciência, do Estado e do capital financeiro. Ocupa, finalmente, a substância da política, com suas imagens e, principalmente, com seus dados, que são uma “imagem” de outra ordem, um código significante por meio do qual se lê o mundo tornado remoto.

Há um halo de religiosidade na estratégia dos *apagões de real*: a beatificação da tecnologia, que se vê alçada ao altar de cri- tério irrecorrível da verdade. O hiato entre o humano e a natureza

* antes o suposto lugar da cultura – veio a ser preenchido por ner- vuras de silício e dígitos impalpáveis. A mediação entre o visível e o invisível ficou a cargo de dispositivos que se ligam na tomada; a tecnologia e seus amuletos digitais têm a aura das divindades.

Isso não vale apenas para a avaliação quantitativa das epi- demias, para a leitura dos indicadores econômicos ou para os ar- gumentos da gestão pública. A mesma sacralização da tecnologia comparece a terrenos tão dispersos quanto o da medicina, em que o diagnóstico se realiza por aparelhos, o da Física, que se ba- seia nas equações quânticas processadas por circuitos instalados nas paredes dos aceleradores de partículas, e o do futebol, onde o

1. DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 13.

Eugênio Bucci

VAR (árbitro de vídeo) faz as vezes de peritagem irrecorrível. No dizer de Adauto Novaes, esta é uma era em que a tecnociência

“ganha a força de uma religião: domina as instituições políticas, as artes, os costumes, a linguagem, as igrejas, as mentalidades...”83

Os fiéis dessa nova religião sem espírito creem que os fatos pensam e que seu pensamento só se revela nos bancos de dados digitais. Economistas, cientistas, juízes, jornalistas e outros tan- tos adeptos dessa objetividade não pressentem que, por detrás do denso véu luminescente dos dados, o que pensa não são os fatos, como se alega com certo acanhamento, mas a ideologia invisível.

## Segunda estratégia de interdição aos fatos (cujo discurso se vende como um movimento anti- establishment): o *suicídio da consciência*

A segunda estratégia de interdição dos fatos se origina de flancos que se apresentam como oposição ao poder. É mais co- mum nos discursos partidários que, à esquerda e à direita, con- testam o *establishment*, embora ocorra, também, em certos go- vernos. Uma de suas manifestações é o populismo remasterizado que grassa neste início do século XXI. Sua meta não é impedir a formação do *juízo de valor*, como sucede com a primeira es- tratégia, mas barrar o exercício do próprio *juízo de fato*: se um fato contraria a linha oficial daquela corrente, daquele partido,

1. NOVAES, Adauto. *Mutações:* dissonâncias do progresso. Texto de apresenta- ção publicado no catálogo do ciclo, 2017.

Quarta Parte – Duas estratégias de interdição dos fatos

daquele governo, que seja revogado. Os seguidores da segunda estratégia se acreditam militantes de causas justas e se gratifi- cam em cumprir a ordem de não tomar contato com os fatos proscritos. De bom grado, cometem, na designação que sugiro, um *suicídio de consciência*: renunciam à liberdade individual de conhecer autonomamente a realidade.

O *suicídio de consciência* lembra métodos que foram em- pregados na Igreja Católica medieval, no macarthismo nos Esta- dos Unidos e no stalinismo na União Soviética: a ferramenta é o *veto moral*, a vigilância do pensamento. O *suicídio de consciência* se consuma na sujeição a um *juízo de valor absoluto* – a doutrina partidária ou a “razão” de Estado – que sequestra de seus adeptos a possibilidade do *juízo de fato*. O *juízo de valor absoluto* elimina a possibilidade de qualquer *juízo de fato*.

Também afloram aí traços de religiosidade, mas de um ou- tro tipo: nesse caso, a religiosidade se compõe de entulhos de mes- sianismos pretéritos. Sob o pretexto de intervir nas tão propaladas “disputas de narrativas”, a ortodoxia se presume infalível como o Papa e, para pôr em curso a sua versão, elevada misticamente ao patamar de verdade libertadora, consagra um profeta salvador para pregar na esfera pública. Seus sacerdotes e seus sacristãos, in- terditados em seu *juízo de fato*, servem a esse profeta em estado de transcendência mística, experimentando êxtases gozosos.

## A opinião como farsa

No fim das contas, as duas estratégias de interdição dos fatos – a dos *apagões de real* (que inviabiliza a formação do *juízo*

Eugênio Bucci

*de valor*) e a do *suicídio da consciência* (que proíbe o *juízo de fato* por meio de um *veto moral*) – atentam contra a política, uma vez que, sem verdade factual compartilhada, o domínio político perde sua textura.

Hannah Arendt escreveu que

“a liberdade de opinião é uma farsa se a informação sobre os factos não estiver garantida e se não forem os próprios factos o objecto do debate.”84

Se ainda valorizamos o terreno da razão, a despeito da desertificação em curso, não há muito como discordar dessas palavras. Se as opiniões de que falamos aqui são aquelas que se referem aos temas de interesse comum, só se pode esperar delas que se apoiem em fatos. Por certo é difícil definir onde termina o fato e onde começa a opinião, mas isso não significa que de- vamos simplesmente abolir os fatos do alicerce das opiniões – a menos que pretendamos abandonar a razão.

Ela também advertiu que

“os factos e as opiniões não se opõem uns aos outros, perten- cem ao mesmo domínio. Os factos são a matéria das opiniões, e as opiniões, inspiradas por diferentes interesses e diferentes paixões, podem diferir largamente e permanecer legítimas en- quanto respeitarem a verdade de facto.” 85

1. ARENDT, Hannah. *Verdade e Política .* Parte II. In: ARENDT, Hannah. Entre o Passado e o Futuro. Tradução de Manuel Alberto. Lisboa: Relógio D’Água Edi- tores, 1995.
2. ARENDT, Hannah. *Verdade e Política*. Parte II. In: ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro** Tradução de Manuel Alberto. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 1995.

Quarta Parte – Duas estratégias de interdição dos fatos

Uma política que desconheça os fatos deixa de ser a políti- ca propriamente. Pensemos em algo tão simples como a Geogra- fia Física, que lida com contingências materiais incontornáveis: um abismo, uma chapada, um continente. Seria absurdo um debate nacional que desprezasse a localização geográfica do país. O mesmo podemos dizer da História. Se os eventos históricos evaporam do passado, desaparecem as verdades factuais comuns que podem sustentar decisões comuns sobre um futuro comum. A política sem fatos é um delírio apolítico ou antipolítico, uma guerra entre convicções desprovida de verdade. Isso é tanto mais perturbador quanto mais nos damos conta de que a verdade dos fatos é tão óbvia quanto o sol que faz arder a pele ou o chão de pedra que queima a sola dos pés. Na política, a verdade dos fatos é tão irrefutável quanto a experiência de se sentir o próprio corpo

* e, quando ela está ausente da política, o que se instaura é uma forma corrosiva de farsa.

Ao final de seu ensaio *Verdade e Política*, todo ele dedicado à

verdade factual, Hannah Arendt escreve:

“Conceptualmente, podemos chamar verdade àquilo que não podemos mudar; metaforicamente, ela é o solo sobre o qual nos mantemos e o céu que se estende por cima de nós.”86

Ela quase chega a dizer que a verdade – a verdade *factual*

* *é* a Geografia, mas sua mensagem não se limita a isso. Além da Geografia, além da História, a filósofa concebe a verdade factual

1. São as frases finais de Hannah Arendt, *Verdade e Política*. Parte V. In: ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. Tradução de Manuel Alberto. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 1995.

Eugênio Bucci

numa escala muito mais extensa, uma escala humana. Ela insiste que, se as opiniões políticas não tiverem lastro na verdade fac- tual, serão uma farsa, assim como será uma farsa a liberdade de enunciá-las.

Para nós, que vivemos dias tumultuados, não é difícil vis- lumbrar a farsa de que a filósofa nos fala. Basta imaginar um ambiente em que cada um dos grupos em disputa no debate público nacional, além de acusar os outros lados de falsear os fatos, não admite nenhuma de suas próprias lacunas de funda- mentação factual. A liberdade de opinião degradada em farsa é isso aí, ou é isso que está aí.

A verdade factual é tão indispensável à política quanto a língua é indispensável para as sociedades e as comunidades. Sem um sistema de signos compartilhados, não há sequer co- munidade cultural. Do mesmo modo, sem uma base comum de verdade factual, que se assenta na raiz dos signos, não poderão os homens agir em comum e, mais ainda, entabular uma inter- locução comum acerca dessa verdade factual. A verdade factual não é *uma das* verdades de que a política se ocupa: ela é a única. Isso mesmo: *a verdade factual é a única forma de verdade com validade na Política*.

“A verdade de facto [*verdade factual*] fornece informações ao pensamento político tal como a verdade racional fornece as suas à especulação filosófica.” 87

1. ARENDT, Hannah. *Verdade e Política*. Parte II. In: ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. Tradução de Manuel Alberto. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 1995.

Quarta Parte – Duas estratégias de interdição dos fatos

A vantagem é que a verdade factual é muito fácil de ser vista e assimilada. Ela não se confunde com a verdade metafísica, a verdade religiosa, a verdade filosófica – é simples, direta, evi- dente e tão material como o corpo de cada um. A verdade factual é um buraco no meio da rua, uma criança sentada num banco de escola, a dor no joelho, a fome que devora a esperança das famí- lias sem dinheiro, a alegria de pessoas que se amam andando de mãos dadas num parque público ensolarado. A verdade factual é aquilo que conforma a realidade sensível e sobre a qual não pairam dúvidas práticas. Nada pode ser mais imediato e mais irrefutável do que a verdade factual.

De posse dessa constatação, Hannah Arendt, como já tivemos ocasião de observar, repele qualquer investimento em longas elucubrações acerca da natureza dessa verdade. Diz ape- nas que basta que nos contentemos em

“tomar a palavra no sentido em que os homens comumente a entendem”. 88

Como se vê, a verdade não se põe aqui como problema. O adjetivo que a ela vem se juntar, essa palavra, “factual”, merece considerações menos ligeiras, embora não seja, ela também, um problema da razão.

1. ARENDT, Hannah. *Verdade e Política*. Parte I. In: ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. Tradução de Manuel Alberto. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 1995.

Eugênio Bucci

## Os fatos na política segundo Aristóteles

Mas a que se refere o adjetivo “factual”? Qual o estatuto dos “fatos” na Política? Para dar curso a essa interrogação, seria prudente recuar um pouco no tempo e ver como os fatos são invocados no pensamento político. Comecemos por Aristóteles. Na obra que tem esse nome, *Política* (obra que funda o nome “Política”), Aristóteles convoca os *fatos* para que o ajudem a se contrapor ao que Platão postula de maneira um tanto idílica

– ao menos na visão dele, Aristóteles. Contra as quimeras pla- tônicas, Aristóteles toma partido dos fatos. Em sua crítica aos diálogos de Sócrates transcritos por Platão em *A República* (eu preferiria, *Politeia*), recorre a observações da vida prática. Elogia Platão pela beleza das ideias, mas reclama da falta de objetivida- de e de precisão.89

Ele considera *A República* uma obra da “imaginação” e de não ter parte com acontecimentos reais.

1. É o que ocorre quando Aristóteles critica as conjecturas de seu mestre Pla- tão sobre a sustentação de soldados que, em tempos de paz, viveriam sem trabalhar: “Não há dúvida de que todos os diálogos socráticos possuem ori- ginalidade, subtileza, novidade e sagacidade. Mas como é difícil ser perfeito em tudo, não devemos esquecer que o número mencionado necessitará de um território tão extenso quanto Babilónia, ou outro território igualmente ilimitado, para poder sustentar cinco mil homens ociosos, a que acresceria uma multidão muitas vezes maior de mulheres e servos. Cada um deve ima- ginar hipóteses mas nada que seja impossível.” ARISTÓTELES. **Política**. Edição Bilíngue Grego-Português. Tradução de António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Coleção Vega Universidade/Ciências Sociais e Políticas. Lis- boa: Vega, 1998, p. 127.

Quarta Parte – Duas estratégias de interdição dos fatos

“Isto tornar-se-ia evidente se pudéssemos ver este regime [*des- crito por Platão*] realmente instituído.”90

Em dezenas de passagens, ele usa de expressões como “os fatos demonstram”, “basta verificar os fatos”, “como provam os fatos e a razão”, insistindo que a política deve lidar com os acon- tecimentos, com a história, com as coisas reais. Os fatos se con- trapõem à imaginação, às fantasias e aos idealismos, assim como a razão se opõe à emoção, à paixão, à magia.

Mas com que palavras, em grego, Aristóteles se referia aos fatos? Como não leio grego, não é possível para mim empreen- der uma investigação filológica acurada e exaustiva. Não obstan- te, uma aproximação pode ser feita.

No texto original de Aristóteles, são vários os termos hoje vertidos para “fato”, “factos”, “factual”, etc. Entre esses, três gru- pos poderiam ser destacados: o primeiro tem a raiz “erg” (εργ), o segundo conjunto tem “leth” (ληθ) como raiz, e o terceiro é formado pelos vocábulos com a raiz “guegon” (γέγον).91

1. ARISTÓTELES. **Política**. Edição Bilíngue Grego-Português. Tradução de António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Coleção Vega Universidade/ Ciências Sociais e Políticas. Lisboa: Vega, 1998, p. 121.
2. WOODHOUSE, S.C. **English-Greek Dictionary:** A Vocabulary of the Attic Lan- guage. George Routledge & Sons, Limited Broadway House, Ludgate Hill, E.C. 1910. Na pesquisa às edições bilingues de Aristóteles, contei com a ajuda da jornalista Ana Helena Rodrigues. As edições bilingues consultadas são: Aris- totle. **Politics with an English translation by H Rackham**. William Heine- mann LTD, Harvard University Press. London, 1944. ARISTÓTELES. **Política**. Edi- ção Bilíngue Grego-Português. Tradução de António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Colação Vega Universidade/Ciências Sociais e Políticas. Lisboa: Vega, 1998. Para a conferência das traduções, colaborou também, vo- luntariamente, o professor de grego no Centro Cultural de Brasília, Dimitrios Dimas (MSc).

Eugênio Bucci

No primeiro grupo encontramos palavras que podem designar, além de “fato” ou “fatos”, “trabalho”, de “obra huma- na”. O segundo grupo, mais do que “fato”, refere-se a “verda- de”, donde “aletheia” (αληθεια). O terceiro costuma remeter a “acontecimento” – que pode ser entendido, em certas acepções, como sinônimo de “fato”. Vale nos demorarmos um pouco mais em cada um deles.

## O fato como trabalho

O termo “ergon” (έργων), por vezes, é traduzido por “fato”. A professora de Grego Clássico na FFLCH, da USP, Mary M. de Camargo N. Lafer, em entrevista concedida a mim, observa:

“O sentido da palavra ‘ergon’ (έργων) designa ‘ação humana’, e pode ser traduzida como fato nessa perspectiva, como algo ‘feito’.”

Mary Lafer lembra que “‘ergon’ se opõe a ‘inação’ e a ‘pa- lavra’.” Essa oposição, se ouvirmos o rumor da língua à nossa volta, está aí até hoje. O conflito entre “falar” e “fazer” é o que aparece quando os eleitores reclamam dos políticos, dizendo de- les que “falam” em demasia, mas não “fazem nada”.

Nessa perspectiva, o sentido de “fato” se aproxima do sen- tido de “trabalho”, de “obra humana”, de “algo feito”, “algo rea- lizado”. Basta ver que os termos que carregam a raiz “erg” (έργ), que também podem significar fatos, são no mais das vezes ver- tidos para “trabalho”, “afazeres”, “serviço”, “tarefa”, “atividade”,

Quarta Parte – Duas estratégias de interdição dos fatos

“ofício”, “ação”, “obra”, “arte” e “dever”. “Órganon” quer dizer “instrumento de trabalho”, “ferramenta”.

## O fato como verdade

O segundo grupo de vocábulos que pode indicar “fato” ou um “acontecimento” têm em comum o radical “leth” (ληθ). Aqui, “fato” tem a ver com a ideia de “verdade”, como já foi antecipado há pouco. Na edição bilingue grego-inglês da *Polí- tica*, há palavras com esse radical, “leth” (ληθ), para designar “eventos” ou “acontecimentos”, além de “real” (como adjetivo) e “realidade”, com o sentido de “algo que existe de verdade”, um “fato irrefutável”, algo “realmente acontecido”.

Com efeito, a associação entre os significados de “verda- de” e “fato” é habitual. Em várias línguas, a expressão “de fato” equivale à expressão “de verdade”. Nessa perspectiva, “alétheia” (αληθεια) – que, quando quer dizer “verdade”, é o antônimo de “erro” ou “mentira” – pode significar “realidade”, por oposição a “falsa aparência”. Diz Mary Lafer:

“‘Léthe’ é ainda o nome de um dos rios do Hades, além de ser um termo aparentado ao verbo ‘lantháno’, com o significado de ‘esquecer’ ou ‘esconder’. O ‘a’ é um prefixo negativo (cha- mado de ‘alfa privativo’). A raiz ‘léth’ (ληθ) significa “esque- cimento’.”

Em suma, o sentido de “aleth” é “não-esquecimento”.

Mary Lafer lembra ainda a

Eugênio Bucci

“famosa etimologia criada pelo Heidegger (bastante discutível, segundo filólogos), que traduz a palavra por ‘não-esquecimento’ e que entende a ‘verdade’ como algo que sempre está latente, mas que só aparece, só surge, quando deixa de ser escondida. A ver- dade, assim, existe na sua latência e pode – ou não – vir à tona.”

No Brasil de nossos dias, esse sentido segue vivo. A Comis- são Nacional da Verdade buscou a “verdade” em explícita oposição a “esquecimento”. Em seu relatório, a CNV nos convence de que seu trabalho consistiu em trazer à luz os *fatos*, tal como eles aconte- ceram. A CNV evitou opiniões e preferiu os registros documentais e testemunhais do que se passou na realidade.

Observemos também que iluministas do século XVIII, como Mirabeau, sustentavam que a “verdade” estava previamente dada, mas só se revelaria no debate livre entre os cidadãos, numa acepção que parece aparentada da interpretação de Heidegger. A verdade escondida viria à luz num processo de epifania.92

## O fato como acontecimento

Por fim, o terceiro grupo de palavras gregas que julguei interessante mencionar aqui traz a raiz “guegon” (γέγον). Na edição bilingue grego-inglês, “guegónasin” (γεγόνασιν) aparece uma vez traduzida como “facts”. Na edição de Portugal palavras com a raiz γέγον também correspondem a “fatos”. “Guégo- ne” (γέγονε) surge quatro vezes com o sentido de “acontecer”,

1. NASCIMENTO, Milton Meira do. **Opinião Pública e Revolução** *.* São Paulo: Edusp / Nova Stella, 1989, p. 61

Quarta Parte – Duas estratégias de interdição dos fatos

“acontece” ou, também, “tornar-se”. Guégonos é o Perfeito do Indicativo do verbo ‘guígnomai’, que se traduz por “tornar-se”, “nascer”, “produzir (coisas)”, além de “acontecer”, etc. A raiz é a mesma de “guénos”, que indica “origem”, “nascimento”, “des- cendência”, etc.

Diz Mary Lafer:

“A palavra ‘guégonos’ pode ser traduzida por ‘fato’, se pensada como algo que existe, como um evento acontecido.”

Dessa breve recapitulação etimológica, embora superfi- cial, resulta reforçada a impressão de que, ao escrever palavras que hoje são traduzidas como “fato”, “fatos”, “factual”, “aconte- cimentos” ou “eventos”, entre outras possibilidades de tradução, Aristóteles se referia a ocorrências concretas, irrefutáveis, por to- dos percebidas como verdadeiras. Ao menos nesse levantamento inicial e exploratório, o sentido de “fato” não parece se vincular a inferências, ou a injunções abstratas, mas a incidentes reais, *materiais*, definidos pela ação humana ou percebidos pela razão humana.

## A palavra fato e sua origem latina

O sentido de fato como “coisa real” lembra a palavra lati- na “res”, que quer dizer coisa. Mas há uma distinção lógica entre “res”, ou “coisa”, e “fato”, da qual não devemos descuidar: a “coi- sa” se define por meio de contornos espaciais (a coisa ocupa um lugar no espaço), enquanto o “fato” se define prioritariamente

Eugênio Bucci

por seus contornos temporais, isto é, um “fato” tem o seu “lugar” no tempo, sendo um evento que acontece e gera efeitos, mas não perdura em si mesmo, como a coisa corpórea. Ao falar de fatos, Aristóteles pensava, provavelmente, em “acontecimentos”, em “eventos”, em “verdade”, em “coisas vividas”, que podem ser ex- perimentadas como traumas, como incidentes corriqueiros, ou, ainda como experiências marcadas por um aspecto que pode ser “ocasional”93, como observou Hannah Arendt.

A palavra “fato”, em sua forma presente no idioma por- tuguês, tem origem no latim, que também é esclarecedora: “*fac- tum”*, que quer dizer “coisa ou ação feita”. “Factum” é o parti- cípio substantivado do verbo “facere”, que quer dizer “fazer”. Aqui, o sentido latino se aproxima do sentido grego de “ergon”. “Factum” é aquilo que “foi feito pela ação humana”, ou seja, o “fato” resulta de um “ato” humano.

## O fato como o oposto das imagens e da ilusão

O Vocabulário Técnico de Filosofia, de André Lalande, anota que “fato”

“é um dado real da experiência, algo sobre o qual pode se fun- dar o pensamento”.94

1. ARENDT, Hannah. *Verdade e Política*. Parte III. In: ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. Tradução de Manuel Alberto. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 1995.
2. Lalande, André. **Vocabulário técnico de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2ª edição, 1996, p. 388.

Quarta Parte – Duas estratégias de interdição dos fatos

“Fato” se liga ao que é contingente95, à realidade exterior, e sua validade depende de que ele seja bem observado pela razão e registrado na linguagem. “Fato” é o que temos de mais precioso como indício da realidade, em contraposição ao que é “ilusó- rio”. É nesse sentido, também, que, em várias passagens, a ideia de “fato” surge como argumento de Aristóteles contra o que vê como ilusório em Platão.

Mesmo assim, apesar dessas diferenças de enfoque, as dis- cordâncias entre os dois filósofos não devem ser superestimadas. Não se trata de uma queda de braço, de uma contenda, de um duelo do qual um sai vitorioso e o outro, derrotado. Bem longe disso, o diálogo – essencialmente respeitoso – que Aristóteles estabelece com seu mestre apenas joga mais peso na necessidade da razão de lançar seus olhos à realidade. E, quanto a isso, Pla- tão já antecipara as preocupações de Aristóteles. No livro 7 de “A República”, com a Alegoria da Caverna, ele escreve um dos mais belos chamamentos aos fatos de toda a história da Filosofia. Nessa fábula, Sócrates convoca os homens a se libertarem de suas correntes e desviarem seus olhos, prisioneiros das imagens, na direção das coisas reais, que aconteciam do lado de fora da ca- verna. É tentador concluir que Aristóteles, ao chamar a atenção contra o que considera fantasioso em Platão, nada mais faz do que seguir o ensinamento do próprio Platão.

A ideia de “fato” que nos foi legada por Aristóteles – e, de certa maneira, também por Platão – se refere, enfim, a expe- riência real, que adquire enorme peso na convivência entre os

1. Qualidade que também é observada por Hannah Arendt. *Verdade e Política*. Parte IV. In: ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. Tradução de Ma- nuel Alberto. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 1995.

Eugênio Bucci

cidadãos na *pólis*. Fatos não são princípios doutrinários, não são ortodoxias, não são digressões de raciocínio, mas eventos mate- riais, vividos, reais.

Os fatos na fundação da Filosofia

Descrito assim, o estatuto dos fatos no pensamento po- lítico de Aristóteles parece puxar a Política para “baixo”, como se a política não passasse de uma “ciência menor”, um manual de instruções facilitadas para a convivência social na *pólis*. Essa impressão, contudo, não corresponde à verdade, como demons- tram várias passagens dos textos de Aristóteles. Para ele, a ciência política não apenas não era menor, como era a mais alta entre todas as que ele chamava de “ciências práticas”. À ciência política deveria caber o papel de disciplinar o estudo das demais.

“Uma vez que a ciência política usa as ciências restantes 96 e, mais ainda, legisla sobre o que devemos fazer e sobre aquilo de que devemos abster-nos, a finalidade desta ciência inclui neces- sariamente a finalidade das outras.”97

O nascimento da própria Filosofia, entre os gregos, tam- bém está associado à observação racional dos fatos. O enalteci- mento da razão e dos fatos – contra as superstições – aparece em Tales (624-547 a.C.), da cidade de Mileto, celebrado como o primeiro dos pré-socráticos. Na mesma linha, o historiador Hecateu (546-480 a.C.), de quem Heródoto se dizia um conti-

1. Aqui Aristóteles se refere a outras “ciências práticas”, conforme se nota na consulta a outras traduções.
2. ARISTÓTELES. Ética a **Nicômaco**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cul- tural, 1996, p. 119.

Quarta Parte – Duas estratégias de interdição dos fatos

nuador, contestava abertamente o hábito de procurar nos mitos as explicações para a realidade:

“Eu escrevo coisas que me parecem verdadeiras, porque os rela- tos dos gregos me parecem repletos de contradições e tolices.”98

O materialista Demócrito de Abdera, que foi discípulo de Leucipo de Mileto, também fincava nos fatos o alicerce do conhecimento. A física atomista defendida por ele era materia- lista. Anaxágoras, professor de Péricles, filiava-se ao atomismo de Demócrito, assim como Epicuro (341- 270). Os dois, Epicuro e Demócrito, seriam estudados, dois mil anos depois, pelo jovem Karl Marx, aos 23 anos de idade, em sua tese de doutorado. Marx observa o materialismo em ambos e aplaude a postura an- tirreligiosa de Epicuro, de quem reproduz uma frase:

“Ímpio não é quem elimina os deuses aceitos pela maioria, e sim quem aplica aos deuses as opiniões da maioria.99”

Em função da postura antirreligiosa de Epicuro, Marx vê nele “o maior dos iluministas gregos”100, e lembra o mito de Prometeu que, pelos versos de Esquilo, teria dito a Hermes, o mensageiro dos deuses:

1. ROVELLI, Carlo. **A realidade não é o que parece**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017, p. 21.
2. MARX, Karl. **Diferença entre a Filosofia da Natureza de Demócrito e Epicu- ro**. Tradução de Nélio Schneider. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 23.
3. MARX, Karl. **Diferença entre a Filosofia da Natureza de Demócrito e Epicuro**.

Tradução de Nélio Schneider. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 124.

Eugênio Bucci

“Acho bem melhor ser escravo daquela pedra, do que a Zeus pai servir de fiel mensageiro.” 101

Epicuro, como Prometeu, prefere os homens aos deuses, os fatos às quimeras. Para Epicuro, nenhuma explicação teórica poderia

“contradizer a percepção do sensível.” 102

Demócrito, inspirador de Epicuro, dizia que

“a manifestação do sensível é o único objeto verdadeiro, e a percepção dos sentidos é a razão”.103

Nessas passagens, e em tantas outras que poderiam ser lembradas aqui, vemos que a observação racional e crítica dos fatos marca o nascimento da Filosofia. Em Aristóteles, essa mar- ca é claríssima. Em seus escritos sobre Ética, Aristóteles, que não era materialista (como Platão, ele não negava a tese da imortali- dade da alma), nunca deixa de recorrer à realidade factual. Em- bora ensine que Ética e Política têm objetos diferentes – o objeto da Ética é a felicidade individual, que seria o bem maior da vida humana, e o objeto da Política, a felicidade de todos, o bem que

1. MARX, Karl. **Diferença entre a Filosofia da Natureza de Demócrito e Epicu- ro**. Tradução de Nélio Schneider. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 24.
2. MARX, Karl. **Diferença entre a Filosofia da Natureza de Demócrito e Epicu- ro**. Tradução de Nélio Schneider. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 53.
3. Marx, Karl. **Diferença entre a Filosofia da Natureza de Demócrito e Epicu- ro**. Tradução de Nélio Schneider. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 39.

Quarta Parte – Duas estratégias de interdição dos fatos

estaria acima da felicidade individual104 –, o filósofo mostra que a Ética e a Política são idênticas em seu caráter prático. A fina- lidade do estudo tanto da Ética quanto da Política, mais do que conhecer um objeto, é aprender e ensinar o estudioso a viver e conviver melhor. Diz Aristóteles:

“A presente investigação não visa, como outras, ao conhecimen- to teórico (não estamos investigando apenas para conhecer o que é a excelência moral, e sim para nos tornarmos bons, pois se não fosse assim nossa investigação viria a ser inútil), cum- pre-nos examinar a natureza das ações, ou seja, como devemos praticá-las.”105

Para ele, a Política é a Ética para toda a sociedade – e a Ética serve de introdução à Política, como se pode ler na abertu- ra de *Magna Moralia* (a grande Ética):

“A ética, a meu juízo, só pode formar parte da Política. (...) Se em política se quer realizar alguma coisa, é preciso ser eticamente virtuoso. O estudo da Ética parece então uma parte da Política e, por conseguinte, sustento que ao conjunto desse estudo [a Ética] devemos dar o nome de Política.” 106

1. “Embora valha bem a pena atingir esse fim [*a felicidade*] para um indivíduo só, é mais belo e mais divino alcançá-lo para uma nação ou para as cidades

-Estados. Tais são, por conseguinte, os fins visados pela nossa investigação, pois que isso pertence à ciência política numa das acepções do termo.” ARIS- TÓTELES. É**tica a Nicômaco**. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

1. ARISTÓTELES. Ética a **Nicômaco**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cul- tural, 1996, p. 138.
2. Tradução do filósofo espanhol Patricio de Azcárate Corral (1800-1886). Origi- nal em espanhol: La moral, a mi juicio, sólo puede formar parte de la política.

Eugênio Bucci

Em Aristóteles, a Política e a Ética aprendem mais com os fatos do que com modelos ideais. O governante não reina por ser bondoso, mas por manejar com inteligência (prudência), autoridade e espírito prático os assuntos de Estado. Na Política, as condutas que impõem sofrimento são aceitáveis, desde que sejam necessárias, úteis ou convenientes ao Estado. É o caso da guerra, do tratamento dedicado aos escravos ou aos artesãos, das penas estipuladas na lei. As armas ou as punições se apresentam como recursos úteis, convenientes, necessários, embora não se- jam, em si mesmos, belos ou agradáveis.

Na base factual reiterada repousa a principal inflexão de Aristóteles em relação a Platão – e isso não distancia, mas apro- xima, a Política do corpo geral da Filosofia.

En política no es posible cosa alguna sin estar dotado de ciertas cualidades; quiero decir, sin ser hombre de bien. Pero ser hombre de bien equivale a tener virtudes; y por tanto, si en política se quiere hacer algo, es preciso ser moralmente virtuoso. Esto hace que parezca el estudio de la moral como una parte y aun como el principio de la política, y por consiguiente sostengo que al conjunto de este estudio debe dársele el nombre de política más bien que el de moral. Creo, por lo tanto, que debe tratarse, en primer término, de la virtud, y hacer ver cómo es y cómo se forma, porque ningún provecho se sacará de saber lo que es la virtud sino se sabe también cómo nace y por qué medios se adquiere. Disponível na Internet. <http://www.filosofia.org/> cla/ari/azc02007.htm

Quinta Parte

# A dualidade entre a moral e os fatos em Maquiavel e Weber

A tensão constante entre o ideal e os fatos aparecerá em praticamente todos os momentos do pensamento político ao longo dos séculos.

## O Príncipe e o espírito prático

Em meio a tantos mais, podemos encontrá-la na oposição entre os cânones morais católicos (que representam um ideal) e as condutas políticas que Maquiavel receita. Em *O Príncipe*, lançado em 1532 (cinco anos após sua morte), Maquiavel não ataca de frente a Igreja – em vez disso, faz reverência às “graças divinas” e censura os que não têm “temor a Deus” –, mas ensina que os governantes devem buscar sua sabedoria e sua *virtu* não na sacristia, mas no espírito prático, na astúcia e na frieza de propósitos perante os fatos.

Eugênio Bucci

“Na verdade, porque há tamanha distância entre como se vive e como se deveria viver que aquele que abandona o que se faz por aquilo que se deveria fazer aprende antes a arruinar-se que a preservar-se; pois um homem que queira fazer em todas as partes profissão de bondade deve arruinar-se entre tantos que não são bons. Eis por que é necessário a um príncipe, se quiser manter-se, aprender a poder não ser bom e a valer-se ou não disso segundo a necessidade.” 107

Ater-se aos fatos não significa abandonar todos os valores de conduta. *O Príncipe* não se submete aos cânones católicos, por certo, mas isso não significa que ele não tenha parâmetros para o seu modo de se comportar à frente do Estado. Esses parâmetros existem e guardam uma relação estreita com sua finalidade de governante, qual seja, fortalecer o poder do Estado e fazê-lo perdurar – o que requer o fortalecimento do seu poder pessoal. Eis aqui o seu valor maior. Até mentir é válido, mas a mentira também tem medida: a mentira se torna não recomendável quando tende a afastar o Príncipe de sua finalidade.

Diz Maquiavel:

“Um senhor prudente não pode, nem deve, observar a fé quan- do essa observância virar-se contra ele ou quando deixarem de existir as razões que o haviam levado a prometê-la.”108

Bem sabemos que Maquiavel não é o primeiro a admitir a

1. MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução Maria Júlia Goldwasser. Cap. XV. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 75.
2. MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução Maria Júlia Goldwasser. Cap. XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 86.

Quinta Parte – A dualidade entre a moral e os fatos em Maquiavel e Weber

mentira na Política. Desde sempre, a mentira integra a Política. Como já vimos no início do presente trabalho, o próprio Platão, no livro III de *A República*, embora execre os mentirosos, con- cede que, “no interesse da própria cidade”, ao governante “com- pete mentir” (mais ou menos como um médico, por piedade, esconde fatos de seu paciente).109 Maquiavel, porém, vai bem mais longe que Platão. Não aborda a política em termos morais, mas em termos *científicos*.110 Daí que o seu limite para a mentira

1. “Sócrates — Mas, realmente, também devemos ter a verdade em grande con- sideração. Se há pouco dissemos acertadamente que a mentira é inútil aos deuses, porém útil aos homens sob a forma de remédio, é evidente que seu emprego deve ser exclusivo dos médicos e de mais ninguém. / Adimanto — Evidentemente. / Sócrates — Por conseguinte, se compete a alguém mentir, é aos líderes da cidade, no interesse da própria cidade, em virtude dos inimigos ou dos cidadãos; a todas as demais pessoas não é lícito este recurso. Contudo, se um cidadão mentir a seus chefes, afirmaremos que ele comete um erro da mesma natureza, porém maior ainda do que se um doente não contasse a verdade ao médico, ou se um aluno ocultasse ao professor de ginástica seus sofrimentos físicos, ou se um marinheiro não revelasse ao piloto a verdade sobre o estado do navio e da tripulação, omitindo-lhe informações quanto à sua situação e à de seus companheiros.” Platão. Livro III de **A República**.
2. Num prefácio escrito em 1962 para *O Príncipe*, Raymond Aron, professor que tanto influenciou Claude Lefort, elogiou o caráter “científico”: “Sem ilu- sões nem preconceitos, observa os diversos tipos de Estados, classifica-os por gêneros, estabelece as leis – leis científicas, não morais – segundo as quais cada principado deve ser conquistado ou governado.” (MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. 4ª edição. São Paulo: Mar- tins Fontes, 2010, p. XI.) Por essas e outras considerações, Aron considera que “Maquiavel é o fundador da Ciência Política”. (MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. XI.) Segundo Aron, Maquiavel teria sido o primeiro a pensar a Política cientificamente, a partir dos fatos, com métodos pelos quais se pode chefiar um Estado com sucesso. Devemos ter em mente, entretanto, sem nenhum demérito para o que há de inaugural em Maquiavel, que esse

Eugênio Bucci

é prático, não moral. Esse limite está – outra vez – nos fatos. O governante pode faltar com a palavra, com a condição de que sua mentira não incinere os meios necessários para seguir exercendo sua autoridade e sua liderança.

## A responsabilidade factual em Weber

Além de Aristóteles e Maquiavel, poderíamos encontrar o antagonismo entre a moral (ou o ideal) e os fatos em outro pen- sador, este já do século XX: Max Weber. Na famosa conferência proferida na Universidade de Munique, em 1918, com o título de “A política como vocação”, ele formulou suas célebres duas éticas: a Ética da Convicção e a Ética da Responsabilidade.

A primeira, a da “Convicção”, dá preferência a princípios rígidos, sem considerar os fatos. Já na segunda, a da “Responsa- bilidade”, o político leva em conta as consequências dos seus atos à luz dos fatos, sendo flexível em relação aos princípios. Weber recomenda:

realismo sem piedade, tão característico de Maquiavel, já se fazia notar em Aristóteles. Talvez por isso, Norberto Bobbio, aponte o livro de Aristóteles, e não o livro de Maquiavel, como “o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo, com a significação mais comum de arte ou ciência do Governo”. (Bobbio, Norberto, 1909-. Dicio- nário de política I Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferrei- ra e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1 la ed., 1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1.330 p.) Vários Colaboradores. Obra em 2v.

* 1. Política - Dicionários 1. Matteucci, Nicola II. Pasquino, Gianfranco III. Título. 91-0636 CDD 320.03. Pp. 954-962. O trecho do qual foi tirada a citação, o verbete “Política”, é de autoria de Bobbio.)

Quinta Parte – A dualidade entre a moral e os fatos em Maquiavel e Weber

“Faz-se política usando a cabeça, e não as demais partes do corpo.”111

Na mesma entonação, aconselha o político a ter

“a soberana competência do olhar, que sabe ver as realidades da vida, e a força de alma que é capaz de suportá-las e de elevar-se à altura delas”.112

Na prática, Weber leva em conta aquilo que um contem- porâneo seu, Sigmund Freud, chamaria de “Princípio da Reali- dade”. O Princípio da Realidade atua como um regulador que leva o sujeito a negociar com as barreiras do mundo exterior, sem bater de frente contra elas. Ou o sujeito é adulto e sabe lidar com a frustração, ou não alcançará os frutos vantajosos do Princípio de Realidade. Por essa via, podemos inferir que Weber entende a política como um jogo de adultos, não como dança das paixões, por mais que reconheça a paixão no jogo da política.

O critério da política, enfim, não pode desconsiderar o pla- no dos fatos. Ou, em outros termos, a política requisita o manejo dos fatos, o conhecimento dos fatos, o relato dos fatos. Tanto é assim que, nessa mesma conferência, “A política como vocação”, ele inclui o trabalho dos jornalistas, como a reconhecer que o tra- balho dos jornalistas na modernidade integra a vocação política, ou está incluído na vocação política, ou, ainda, demanda vocação política. Vendo no trabalho jornalístico – que, afinal de contas, é

1. WEBER, Max. *A política como vocação*. In: **Ciência e Política, duas vocações**.

São Paulo: Cultrix, 2006, p. 106.

1. WEBER, Max. *A política como vocação*. In: **Ciência e Política, duas vocações**.

São Paulo: Cultrix, 2006, p. 121.

Eugênio Bucci

um trabalho que lida com os fatos e com as ideias acerca dos fatos, ou seja, uma profissão que se ocupa do juízo de fato e do juí- zo de valor – uma atividade contígua à atividade política, Weber identifica nos profissionais de imprensa os novos “demagogos”. A palavra “demagogo”, nesse contexto, não deve ser entendida como um sinônimo raso de “enganador” ou “charlatão”, mas deve ser tomada em seu sentido do grego antigo: “demagogo” é aquele que conduz o povo pela palavra. O jornalista, no tempo de Max Weber, é aquele que dirige suas palavras ao público expandido da política e, a partir daí, ganha notoriedade.

Não sem ironia, ele capta bem o incômodo dos abastados quando se viam compelidos a ter que se confraternizar com esse novo ator da cena política, o jornalista. A frase é saborosa:

“É de mencionar, por exemplo, a circunstância de freqüentar os salões dos poderosos da Terra, aparentemente em pé de igual- dade, vendo-se, em geral e mesmo com freqüência, adulado, porque temido, tendo, ao mesmo tempo, consciência perfeita de que, abandonada a sala, o anfitrião sentir-se-á, talvez, obrigado a se justificar diante dos demais convidados por haver feito com- parecer esses ‘lixeiros da imprensa’”113

No ano de 1918, quando ele profere sua conferência, os jornalistas eram novatos nas altas rodas e, nos Estados Unidos, estava em voga o termo “muckrakers”, que significa “revolvedo- res de sujeira, de lixo”. Os fatos que os políticos tentavam ocultar eram trazidos à tona pelos repórteres que vasculhavam o lixo do debate público.

1. WEBER, Max. *A política como vocação .* In: **Ciência e Política, duas vocações**.

São Paulo: Cultrix, 2006, p. 83.

Quinta Parte – A dualidade entre a moral e os fatos em Maquiavel e Weber

Segundo Weber, a imprensa exerceria uma função que re- percute no domínio político, mas seria um erro igualar imprensa e política, como a dizer que a imprensa se resume à sua função política ou como a dizer que a imprensa contém a totalidade das atividades da imprensa. São dois domínios separados – também em Weber, aliás. Quando a política vai bem, os dois domínios vivem em um conflito saudável. O objeto em conflito, a joia em disputa, não é outra coisa que não o relato dos fatos, o enten- dimento dos fatos ou, como virou moda dizer, a disputa entre “narrativas”. A imprensa influi no poder – é para isso que ela existe, aliás –, mas não se confunde com ele.

De outro lado, quando a política não vai bem, o registro dos fatos se partidariza e o poder conspira para invadir as com- petências da imprensa.

## Os fatos e a realização da Justiça

Consta que, no início do Século XVII, o rei James Stuart, o James I, teria manifestado arroubos absolutistas. Coube ao magistrado Edward Coke estabelecer um freio contra as preten- sões do monarca. Em 1606, Coke fora nomeado pelo próprio James I para o mais alto posto do Judiciário (Chief Justice of the Court of Common Pleas). Com essa autoridade e, na presença do monarca, sustentou que a figura do rei estava, como os outros ingleses, “under the law”. Tendo em vista que, na Common Law, o lugar ocupado pelos “fatos” é equiparável ao lugar das leis,

o que Edward Coke disse ao soberano é que ele também não

Eugênio Bucci

estava acima da lei e nem acima dos fatos.114 Esse momento é considerado decisivo para o estabelecimento do liberalismo, do Estado de Direito (Rule of Law) e, mais tarde, da democracia. Podemos dizer, então, que os mesmos fatos que comparecem à textura do domínio político são essenciais para a realização da Justiça.

Mas há que se fazer um esclarecimento capital quanto à natureza dos fatos, seja na política, seja na Justiça. Não são os políticos – ou os políticos profissionais, nos termos de Weber – que são incumbidos de verificar os fatos. Nem poderiam ser. Juí- zes, testemunhas e repórteres cuidam disso. Quanto mais longe estiverem das influências partidárias, melhor.

Voltemos agora a Hannah Arendt. Em mais de uma pas- sagem de “Verdade e Política”, ela anota que a verificação dos fatos se dá *no exterior do domínio político*.115 O que isso quer dizer? Que a verificação dos fatos é uma função “apolítica”? De modo algum. A verificação dos fatos tem efeitos políticos, Han- nah Arendt é clara quanto a isso, mas a verificação dos fatos *não pode ser pautada pelos interesses partidários dos agentes políticos*. A ideia de algo que seja exterior ao domínio político aponta para um espaço que funcione com regras independentes daquelas que orientam a dinâmica de disputa de interesses no interior do do- mínio político. Essa é a distinção crucial.

1. O caso é bem contado por: ROGGE, John. *Proof by Confession*. In **Villanova Law Review**, 1966, VOL. 12, N. 1, p.48-50. Ver também o resumo da polêmi- ca decisão, trazida para o contexto contemporâneo das fake news: MESQUITA, Fernão. *A pós-verdade levará à pós-democracia?* **Revista USP**, 116, janeiro/ fevereiro/março 2018. Pp. 31-38. P. 34. ISSN 0103.9989.
2. ARENDT, Hannah. *Verdade e Política*. In: ARENDT, Hannah *.* **Entre o Passado e o Futuro**. Tradução de Manuel Alberto. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 1995.

Quinta Parte – A dualidade entre a moral e os fatos em Maquiavel e Weber

Verificados em um campo de independência em relação às tensões próprias do domínio político, verificados por juízes e repórteres que não devem obedecer a interesses partidários ou governamentais, ao menos em tese, os fatos, uma vez compro- vados, incidirão sobre o domínio político. Dizer que os fatos são verificados de forma independente é o mesmo que dizer que o rei está, como todos os demais seres humanos, “under the law” e “under the facts”. O domínio político tem sua tex- tura constituída pelos fatos, mas não deveria ter ascendência sobre a função de verificar os fatos – não comanda a função de verificar os fatos.

Já falamos um pouco sobre os jornalistas e repórteres. Fa- lemos agora um pouco mais dos juízes, sobre a independência de que precisam para cumprir sua função.

Aristóteles dizia que a Política tem como finalidade maior a Justiça.116 Isso quer dizer que a Política se cumpre à medida que alcança uma sociedade justa (segundo o enten- dimento de Justiça partilhado pelos integrantes dessa mesma sociedade). Compreendamos bem essa proposição: a política persegue o *thelos* da Justiça, mas sabe que não poderá alcançá

-lo por seus próprios meios. Por isso, em lugar de “fazer Justiça com as próprias mãos”, a Política se empenha em assegurar a independência da Justiça, abrindo mão de interferir sobre ela.

1. “Em todas as ciências e artes, o fim em vista é um bem. O maior bem é o fim visado pela ciência suprema entre todas, e a mais suprema de todas as ciências é o saber político. E o bem, em política, é a justiça que consiste no interesse comum.” ARISTÓTELES. **Política**. Edição Bilíngue Grego-Português. Tradução de António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Coleção Vega Universidade/Ciências Sociais e Políticas. Lisboa: Vega, 1998, p. 231.

Eugênio Bucci

A Justiça, e não a Política, se encarrega de realizar a justiça pre- tendida pela política.117

Quando o domínio político invade o domínio daqueles a quem cabe verificar os fatos e aplicar as leis, a finalidade da Política não se cumpre. Pensemos, por exemplo, no Julgamento de Sócrates, no ano 399 antes de Cristo. Sócrates foi condenado à morte, sob a acusação de corromper a juventude com seus ensi- namentos. O julgamento se deu num período especialmente crí- tico da democracia ateniense (que fora restaurada três ou quatro anos antes, após a tirania dos 30), e Platão viu na condenação in- justa de seu mestre um sintoma do fracasso da política.118 Logo, desde Platão, quando a Justiça se curva a interesses políticos, a própria política sucumbe.

Poderíamos recordar também a fraude judicial do caso Jean Calas, no século XVIII, que foi denunciada por Voltaire 119, e a do capitão Alfred Dreyfuss, denunciada por Emile Zola, no finzinho do século XIX. Poderíamos citar também os Processos de Moscou, entre 1936 e 1938, que condenaram à morte vul-

1. Hannah Arendt diz que o Judiciário, “seja como ramo do governo, seja como administração directa da Justiça, é cuidadosamente protegido contra o poder social e político”. ARENDT, Hannah. *Verdade e Política*. In: ARENDT, Hannah *.* **Entre o Passado e o Futuro**. Tradução de Manuel Alberto. Parte V. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 1995.
2. Sócrates vira réu sob a acusação de “corromper a juventude”, mas morre como um mártir da razão. A assembleia se divide, mas o condena: são 281 votos contra ele e 220 em sua defesa.
3. Calas não escapou da morte a que foi condenado, na roda da tortura, em 1762. Em 1765, coisa de três anos depois, seria postumamente inocentado, graças em grande parte ao Tratado sobre a Tolerância, escrito por Voltaire, que o transformou num símbolo das perseguições religiosas e do rebaixa- mento da Justiça.

Quinta Parte – A dualidade entre a moral e os fatos em Maquiavel e Weber

tos de enorme tradição e poder no Comitê Central do Partido Bolchevique, como Zinoviev e Kamenev, que chegaram a figurar entre os três homens mais poderosos da União Soviética, ao lado do próprio Stalin, entre 1923 e 1925. Também ali, no Grande Expurgo, ficou evidente que a justiça estava a serviço do tirano e, portanto, não era Justiça. Ficou evidente que a Política estava morta, não passava de um teatro grotesco.

Há ainda o julgamento do jovem Fidel Castro, em 1953, pelo ataque contra os quarteis de La Moncada e Carlos Manuel de Cespedes, em Santiago de Cuba. Em sua defesa, o réu discur- sou diante dos juízes: “A História me absolverá”. O regime que o condenou, mas não o matou, cairia seis anos depois sob as botas dos revolucionários liderados pelo mesmo Fidel. A política do regime que o condenou, a ditadura de Fulgencio Batista, é que estava, na verdade, condenada.

Em todos esses casos – Sócrates, Calas, Dreyfus, Zinoviev, Kamenev e Fidel – os fatos foram adulterados por interesses políticos para fraudar a justiça e, como consequência, a política se deteriorou. Passemos agora a outro exemplo, talvez mais dramático.

Pensemos na condenação de um grande líder nacional que so- freu um processo administrado com celeridade atípica, a toque de caixa. Pensemos nas palavras desse líder, ao discursar em pú- blico, valendo-se de palavras que lembram as de Sócrates. Ele diz que seu crime não está no mal que causou, pois não cau- sou nenhum, e sim no bem que fez ao povo. Este homem se vê como um revolucionário. A seu juízo, mudou uma nação inteira. Acredita que a história reconhecerá seu valor. Acusa os juízes de estar a serviço de ordens espúrias e inconfessáveis. Diz que a imprensa deixou de cumprir o seu papel de relatar os fatos, pois

Eugênio Bucci

foi silenciada pelo poder. Proclama ainda que o puseram ao lado de outros réus corruptos apenas para dar ao povo a impressão de que ele também é um corrupto. Declara-se inocente. Avisa a seus carrascos que podem tentar, mas não conseguirão apagá-lo da vida nacional, pois ele não é mais um homem comum. Diz que suplantou a condição humana e atingiu uma outra dimensão.

Estamos falando de Georges Jacques Danton. Mais exa- tamente, falamos aqui de Danton tal como ele foi retratado no filme que leva seu nome, *Danton, o processo da revolução*, larga- mente baseado em fatos e falas registradas pelos historiadores. Lançado em 1983120, o filme reconstitui os dias em que, no pe- ríodo do Terror, o tribunal revolucionário em Paris condenou o grande orador e o maior expoente da Revolução Francesa a morrer na guilhotina. Estamos no ano de 1794. Depois de pro- testar contra o poder que impediu um jornalista de tomar notas do que se passa no Tribunal, Danton discursa:

“Quem decide acabar com alguém, acusa-o de todos os crimes. O método é velho como o mundo, mas melhorou, modernamen- te. Os justos, em qualquer tempo, incomodaram a política e hoje, mais do que nunca! Por que é preciso me matar? Só eu posso responder. Devo morrer porque sou sincero. Devo morrer porque digo a verdade. Devo morrer porque assusto. Eis as razões que levam ao assassinato de um homem honesto.”

Ao ver que não terá escapatória, o réu adota uma orató- ria tão arrebatadora quanto irrealista. Ele percebe que, em sua vertigem de líder carismático e apaixonante, acabou perdendo a

1. A produção envolveu três países, França, Polônia e Alemanha, sob a direção do polonês Andrzej Wajda.

Quinta Parte – A dualidade entre a moral e os fatos em Maquiavel e Weber

conexão com o plano dos fatos. Não tem mais como invocar um fato que seja em sua defesa. Então, inventa uma saída de efeito dramático impactante, mas sem nenhum efeito prático.

“Eu não desaparecerei. Não! Eu falo! E falarei até o fim! Pois sou imortal! Sou imortal, porque sou o povo! O povo está comigo!121”

1. *Principais falas de Danton no original*: “Tu appelles ce tissu de calomnies un acte d’accusation! / Le Tribunal, c’est moi qui l’ai fait instituer, je le connais! / France! Pendant 5 ans, j’ai été ton chef, mon nom est gravé dans l’histoire. / Vendu? Vendu! Je suis impayable! Je parlerai toute la journée, s’il le faut. Je vais crier et on entendra ma voix. / Plus un homme est courageux, plus on s’acharne sur lui. / Ecoutez! On me charge de tous les crimes. (…) Cette mé- thode est ancestrale, mais elle a été améliorée. On veut faire oublier la loi. Elle donne l’illusion aux gens en place que la peur qui voisine toujours avec le pou- voir a disparu. **Les justes ont toujours gene la politique, et aujourd’hui plus que jamais** / Pourquoi faut-il me tuer? Moi seul peux répondre. Il faut me tuer car je suis sincère, je dis la vérité, et parce que je fais peur. Voilà les trois raisons qui condamnent un honnête homme. J’ai été un des inventeurs de la justice populaire. Comment pouvez-vous imaginer que vous allez la pervertir à mon insu? Voilà une de vos manœuvres. Encore une. Vous nous mélangez avec des voyous pour qu’on nous confonde avec eux. / C’est une parodie de justice! Et nos témoins? Nous y avons droit. Où sont—ils? / Peuple de France, le Tribu- nal, c’est toi! Qu’on amène ici nos accusateurs. / Les deux Comités! Que tout se passe publiquement, et vous déciderez. (...) Vous savezque nous sommes innocents, mais ça n’a aucune importance pour vous, puisque vous obéissez à des ordres donnés. / Ecoute—moi bien, Fouquier, si tu veux nous couper la tête, l’homme qui te mandate, son corps viendra pourrir près du mien, il le sait! Il me tue, il en mourra! / **Vous voulez m’assassiner et éliminer toute trace? Vous interdisez aux journalistes de prendre des notes!** Je vois les greffiers assis, les bras croisés. Eux aussi ont reçu l’ordre de ne rien écrire! Tout doit disparaître! Vous voulez que je disparaisse? Non! Je ne disparaîtrai pas! Non! Je parle et je parlerai jusqu’au bout. Car je suis immortel. Je suis immortel parce que je suis le peuple! Le peuple est avec moi. Et vous, les assassins, vous serez jugés par le peuple! Mais je parie quand même et je parlerai. Peut-être l’air de cette salle retiendra-t-il l’écho de ma voix qu’on étouffe.

Eugênio Bucci

Georges Danton exaltou sua própria imortalidade, e foi brilhante nisso. Mas, a despeito da retórica, foi guilhotinado no dia 5 de abril de 1794, aos 34 anos de idade e veio a falecer como qualquer mortal.

Também na França de 1794, a Justiça era uma farsa e a Política tinha fracassado. O governo que, interferindo indevida- mente na Justiça, condenou Danton estava moribundo. Sema- nas mais tarde, viria abaixo. O líder do governo, Robespierre, o mesmo que manipulara o tribunal com despudor e ferocidade para cortar fora a cabeça de Danton, iria à guilhotina três meses depois, no dia 28 de julho de 1794, aos 36 anos de idade. Seu principal aliado, Saint-Just, foi executado no mesmo dia, aos 26. As revoluções, como a juventude, são dois mitos burgueses. Na era do Terror, o sangue tinha matado a juventude e a revolução.

O episódio de Danton nos ensina sobre duas loucuras que se espelham: a loucura do poder que forja fatos inexistentes por meio de uma Justiça subalterna e o delírio de imortalidade do condenado que quer fugir aos fatos por meio de mistificações disparatadas. Aos dois lados falta a razão. Os dois lados rompem com os fatos. Danton, vencido, apenas grita: “Eu sou imortal!” E, no entanto, não o é.

## A atualidade inconclusa

Olhemos a cena contemporânea. A mesma razão que deu origem ao pensamento filosófico e ao pensamento político, reivindicando o apoio dos fatos e se afastando dos mitos e dos deuses, sofre agora o cerco da indústria do entretenimento, das

Quinta Parte – A dualidade entre a moral e os fatos em Maquiavel e Weber

excitações do consumo, das igrejas portentosas, dessa estranha religião cujo nome é tecnociência e das idolatrias obscurantistas. Os *apagões de real* e o *suicídio da consciência* interditam os fatos. A razão está cindida.

A opacidade espessa não apenas das imagens, mas tam- bém das celebradas nuvens de dados e da inteligência artificial (prolongamento matematizado do Espetáculo), se deposita sobre a pele dos fatos. A força das burocracias automatizadas, das fa- las autoritárias e do latim impenetrável das súmulas jurídicas os deslocam do campo de visão. Já não se enxergam que atos e que incidentes teriam motivado cassações, apenas camadas e mais camadas de uma numeralha entremeada de rubricas e abstra- ções orçamentárias impalpáveis. Já não são acessíveis as condutas que serviriam de suporte para condenações judiciais, só o que se tem são labirintos contábeis, matrizes algébricas, infográficos em telas luminescentes. As paredes informáticas e as muralhas per- formáticas, muralhas em rede, avolumam-se nos espaços entre o humano e a natureza.

As pesquisas eleitorais são computadas por softwares, e as eleições, também. A matemática, dotada de eloquência robótica, interpela o cidadão com ultimatos que só aceitam a obediência como resposta. A dúvida cética, aquela mesma que teria sido o motor da ciência, perde seu posto para a ordem unida de buro- cratas e tecnocratas que dizem amém às provas ditadas pela téc- nica. A virtude de duvidar adquire o peso de uma heresia. Os *big data* e a inteligência artificial sintetizam a holografia de autorida- des pós-humanas. Sucedem-se, intermitentes, os *apagões de real*. Além de economistas e tecnocratas, além de cientistas e burocratas, a religião da tecnociência arregimenta profissionais

Eugênio Bucci

da imprensa. Filamentos da instituição que estaria encarregada de checar os fatos – os mesmos que constituem a textura do domínio político – se perdem da causa essencial de sua própria independência. Em nome da liberdade, escolhem prestar reve- rência a uma objetividade sem atos humanos e sem matéria. Es- quecem que o único fato passível de ser alcançado pelo olho do repórter é o fato posto pelo ato – o ato humano.

A sensação difusa de que, na comunicação social contem- porânea, prevalece o que alguns chamam de “pensamento úni- co” vem da eficiência com que os artefatos substituíram os fatos. Ocorre que o “pensamento único” não é bem um “pensamento único”. Sequer um “pensamento” ele é, uma vez que não com- porta a crítica aos seus próprios fundamentos. O que se passa aí é outro tipo de bloqueio da razão. As métricas maquinais, quando tomadas pelo jornalismo como se fossem a mais pura expres- são dos fatos, assumem, na esfera pública, um aspecto de fala dogmática, mas essa não decorre de manipulações intencionais de pessoas ou grupos, e sim de uma acomodação estrutural do discurso da tecnociência. Uma matriz única – absoluta –subs- titui fatos por artefatos, ou por dados, e é essa substituição, da ordem da técnica e do capital, que produz a sensação de que vige um suposto “pensamento único”. Os algoritmos blindados con- tra o exame externo, as equações inacessíveis ao debate público e as padronizações linguísticas inconscientes se manifestam na linguagem na exata medida em que a ideologia fala na lingua- gem – através e a despeito dos sujeitos. A expressão “pensamento único”, portanto, carece de sentido lógico, é um oximoro – pois um pensamento que é único por sufocar divergências não é pen- samento, mas doutrina dogmática que não pensa. Na mesma

Quinta Parte – A dualidade entre a moral e os fatos em Maquiavel e Weber

medida, expressões como “grande mídia” ou “mídia hegemôni- ca”, convocadas para designar a imprensa, carecem de precisão e levam suas generalizações panfletárias ao nível do absurdo.

Ainda assim, a sensação de que há um “pensamento úni- co” em marcha – e de que esse “pensamento único” reafirma o capital – tem fundamento intuitivo. A matriz única – que na verdade *mata* o pensamento – ocasiona a sensação de “pensa- mento único”.

A verdade factual se estilhaça em fagulhas imateriais, em códigos digitais, escondendo-se em desvãos cada vez mais inaces- síveis ao tato do repórter. Aos ocultamentos da cena contempo- rânea – *apagões de real* – vem se somar mais este, desconcertante: parte da imprensa, mas não *toda* a imprensa, parece ter esqueci- do que o jornalismo não enxerga o que o humano não vê, não vive, não experimenta e não pega com as mãos. O jornalismo não dispõem de olhos para enxergar a composição das partículas subatômicas, os ciclos de vida dos micro-organismos, os con- tornos dos buracos negros nas lonjuras do universo – só o que o jornalismo pode fazer é entrevistar os físicos que perseguem bósons nos aceleradores de partículas, os biólogos que estudam as formas ínfimas de vida, os astrônomos que caçam buracos negros nas fendas do universo escuro. Por terem esquecido quais são seus elementos essenciais e por terem se deslumbrado por elementos que não são os seus (são os do poder), estamentos das redações parecem embarcar no *telos* da estratégia do poder. Aprenderam a acreditar em máquinas e na neutralidade dos al- goritmos. Aprenderam a aceitar que as nuvens de dados digitais são os próprios fatos – e não uma outra escala da *representação* que veio para substituir tudo aquilo que era “vivido diretamen-

Eugênio Bucci

te”, no dizer de Debord. Em lugar de questionar a ordem da representação, simplesmente a tomam por verdade.

O mal-estar que acomete a imprensa é o mesmo que de- prime a política. Quando os fatos, em certos discursos jornalís- ticos, são dissolvidos em favor de massas ultrapotencializadas de dados digitalizados, a missão cética da imprensa se desfaz em favor de uma fé que não se sabe fé. Os fatos e os acontecimentos que deslizam para fora do alcance dos repórteres deslizam tam- bém para fora do alcance dos agentes políticos.

Em tempo, quem são os agentes políticos? Seria pertinente nos perguntarmos sobre isso, pois deles, dos agentes políticos, teria dependido a defesa da verdade factual como lastro e como objeto indispensável do debate político. Deles teria dependido a defesa de uma verificação independente – politicamente independente

– da verdade dos fatos. E então? Quem são os agentes políticos? A resposta comporta pelo menos quatro tempos distintos.

* 1. Para Aristóteles, a ação política era coisa para os cidadãos, mas os cidadãos, nos tempos de Aristóteles, eram poucos (mulheres, estrangeiros, escravos e jovens não tinham voz nem voto na ágora). O filósofo se justifica: “Governar e ser governado são coisas não só necessárias mas convenientes, e é por nascimento que se estabelece a diferença entre os destinados a mandar e os destinados a obedecer”.122
  2. Para Maquiavel, o maestro da política era o Príncipe. Ou seja, o maestro da política pode muito bem ser um só homem.

1. ARISTÓTELES. **Política**. Edição Bilíngue Grego-Português. Tradução de António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Coleção Vega Universidade/ Ciências Sociais e Políticas. Lisboa: Vega, 1998, p. 61.

Quinta Parte – A dualidade entre a moral e os fatos em Maquiavel e Weber

1. Max Weber, há cem anos, apontou a profissionalização da política. Surge o “político profissional”. A política passa a ser obra e razão de muitos.
2. Então, com Hannah Arendt, o agente político muda ra- dicalmente. Há o político profissional, por certo, mas, na profundidade de seu texto, vislumbra-se que o sujeito da ação política é, potencialmente, *toda* a humanidade.

Embora o domínio político não envolva todos os domí- nios da vida – e jamais poderia ou deveria envolver, pois o domí- nio político só é o que é quando sabe que precisa de uma exte- rioridade em que se possa apurar a verdade factual (a verificação e o relato público dos fatos são funções essencialmente políticas, por certo, mas requerem independência política, ou seja, inde- pendência funcional frente ao domínio político) –, não há como entender de outra maneira o pensamento de Hannah Arendt: o agente político é a humanidade inteira.

As duas postulações não se contradizem: toda a humani- dade é potencialmente o agente político (primeira postulação) e o domínio político não recobre todos os domínios em que o ser humano existe (segunda postulação). Ao descrever a Políti- ca como “os homens vivendo e agindo em conjunto” para “en- gendrar” os “fatos” e os “acontecimentos” que, necessariamente, “constituem a própria textura do domínio político”, Hannah Arendt diz que todos os humanos são universalmente os autores que confeccionam o domínio político. Ao mesmo tempo, ao ad- vertir que os fatos são verificados no exterior do domínio políti- co, ela assinala que nem tudo o que fazem os seres humanos cabe dentro do domínio político. Fundamentalmente, ela mostra que

Eugênio Bucci

os fatos, que não se resumem à extensão do domínio político, pois o atravessam e o circundam pelo lado de fora, constituem a textura do domínio político porque são a medida daquilo que, no interior do domínio político, é o que existe de mais humano.

Claro que isso não se apresenta de forma linear. A ideia de que toda a humanidade é a agente política (o pressuposto de que todos os seres humanos, potencialmente, podem agir no domí- nio político) soa como um clamor de libertação, mas chega até nós como um travo de impossibilidade. O motivo da impossibi- lidade é a interdição dos fatos. Se os fatos estão interditados (por pelo menos duas estratégias distintas), como poderia ser gerada a textura do domínio político? Eis a impossibilidade. Ou o agente político busca os fatos e os encontra (dentro e fora do domínio político), ou a política se desfaz e, em seu lugar, o que se levanta é uma usurpação pela qual o poder mumifica a política.

Daí a necessidade de articular uma defesa da verdade fac- tual como uma forma de defesa da política e, no limite, de uma sociedade que se organize em torno da democracia e dos direitos humanos. Assumir essa defesa é caminhar no contrafluxo da fé, das mistificações e das religiões travestidas de política. Trata-se de promover a crítica tanto da religião tecnociência, pela qual homens e mulheres se convertem em adoradores de máquinas, quanto das seitas de estilo messiânico, pela qual homens e mu- lheres abdicam de conhecer a realidade por si mesmos e se dei- xam amoldar, curvados, pelas ortodoxias e pelas idolatrias, ren- didos à servidão intelectual que Kant chamou de heteronomia (o *suicídio da consciência*).

Outra vez, como nos tempos de Demócrito e Epicuro, o fator religioso oculta os fatos e oblitera a razão. Muito se fala da

Quinta Parte – A dualidade entre a moral e os fatos em Maquiavel e Weber

“pós-verdade” como resultante da conduta de líderes populistas e de seus fanatismos, mas isso é apenas uma das camadas, e das mais superficiais, de uma síndrome mais profunda, mais extensa e mais nefasta. Sob o brilho artificial dos populismos, o que está em marcha é uma cultura inteira, desejosa de fundamentalis- mos, que se afeiçoou à indústria das celebridades, às adorações da imagem eletrônica, à estetização do ódio e aos “ismos” iman- tados pela imagem de salvadores de carismas requentados. Por detrás dos chamados populismos, a cultura antipolítica – ou a cultura *da* antipolítica – é a pulsão violenta que hostiliza os fatos. Portanto, defender a verdade factual significa defender a independência daqueles a quem cabe verificar os fatos e defender a liberdade de imprensa, nos termos estritos com que Hannah

Arendt a defende:

“Se a imprensa se tornasse alguma vez realmente o ‘quarto poder’ deveria ser protegida contra todo o governo e agressão social ainda mais cuidadosamente do que o é o poder judicial. Porque essa função política muito importante que consiste em divulgar a informação é exercida do exterior do domínio político propriamente dito; nenhuma acção nem nenhuma decisão polí- tica estão, ou deveriam estar, implicadas.” 123

Estamos falando de defender a liberdade de expressão e o direito à informação contra a cruzada fundamentalista que ataca os jornalistas justamente quando os jornalistas acertam em cum- prir seu papel político – não partidarizado – de verificar a verda- de dos fatos. Essa cruzada obscurantista e antipolítica, empreen-

1. ARENDT, Hannah. *Verdade e Política*. Parte V. In: ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. Tradução de Manuel Alberto. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 1995.

Eugênio Bucci

dida por legiões que se regozijam no *suicídio da consciência*, não pode ser confundida com a crítica necessária que se deve fazer às franjas da imprensa que se adaptaram às matrizes do poder.

Mas o compromisso com a imprensa livre e crítica não bas- ta. A defesa da verdade factual implica exigir que sejam tornadas públicas e transparentes todas as formas de controle privado (e por vezes secreto) das tecnologias empregadas para administrar o fluxo de ideias e informações na sociedade contemporânea: ou a democracia, num plano supranacional, consegue desenvolver meios de governar os algoritmos hoje trancafiados em centros de gestão comandados por oligopólios globais – como Google, Facebook e Twitter –, ou a democracia se amofinará sob a gestão dos algoritmos.

Por fim, a defesa da verdade de fato exige de nós um aprendizado doloroso: a convivência com o estranhamento. A verdade factual requer a assimilação do Princípio da Realidade: o agente político terá de se atrever a ser adulto. Para divisar os fatos diante de si, o sujeito deve reconhecer o que lhe é exterior, o que não dispõe de meios para controlar ou mudar conforme seu desejo. A verdade factual não conforta, mas desafia. Os fatos não são amigos. Não são acolhedores. Não são espelho. Os fatos são da ordem do que difere, do que dissente e, por isso mesmo, cumprem o papel de servir como contrapeso da intolerância. Os fatos demandam o diálogo entre subjetividades que se hostili- zam. Tecem a dimensão vital da política: a dimensão do diálogo. São a textura do domínio político porque, dentro desse domínio, divisam o horizonte de onde surge o outro: o outro que é a razão de ser da política, o outro que é o primeiro anúncio de que pode haver humanidade.

Posfácio

# Uma nota ética sobre a biblioteca e a verdade factual

O Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário Brasileiro, na versão publicada no Diário Oficial da União de 09/11/2018[[1]](#footnote-1), chama o bibliotecário a manter compromissos com os valores do humanismo, com a razão e com a devida observância dos fatos, sempre em respeito ao direito à informação do cidadão.

No artigo 5º, que trata dos deveres do profissional, fala-se do dever de “preservar o cunho liberal e humanista de sua profissão, fundamentado na liberdade da investigação científica e na dignidade da pessoa humana” (alínea “a”). Na alínea “c” do mesmo artigo, surge a instrução de “observar os ditames da ciência e da técnica”. Não devemos entender esse mandamento como uma forma de consagração da frieza da técnica em oposição ao humanismo. Longe disso, o dispositivo reafirma o humanismo, orientando os bibliotecários e as bibliotecárias a evitar obscurantismos, fundamentalismos, fanatismos, crendices e preconceitos, pautando seu discernimento nos parâmetros da Razão.

O artigo 6º, parágrafo 3º, alínea “d”, é um chamamento a “assumir responsabilidades pelas informações fornecidas”. Não que os profissionais encarregados das bibliotecas sejam diretamente responsáveis por cada letra impressa em cada livro sob sua guarda. O sentido aqui é mais amplo. Trata-se de uma disposição que convida bibliotecários e bibliotecárias a mobilizar seu conhecimento para ajudar seus públicos a separar o que é verdade factual do que é pura invencionice mal-intencionada.

Não por acaso, o conjunto normativo do Código se estrutura pelo entendimento de que a profissão do bibliotecário é de “natureza sociocultural” (artigo 2º), incidindo na sociedade e na cultura. O termo “sociocultural” nos alerta para não abraçarmos separações esquemáticas entre os domínios do que chamamos de “sociedade”, de “informação”, de “cultura” e de “conhecimento”. Ainda que sejam conceitos autônomos, eles devem ser vistos como interdependentes: dependem uns dos outros para adquirir sentido.

Quanto a isso, não deixa de ser revelador o que dispõe o artigo 4º:

“O objeto de trabalho do bibliotecário é a informação, artefato cultural aqui conceituado como conhecimento estruturado sob as formas escrita, oral, gestual, audiovisual e digital, por meio da articulação de linguagens natural e/ou artificial.”

Temos aí, muito bem apontada, a dimensão cultural da informação. Não se pode negligenciar a ação das bibliotecas como centros de cultura, polos fomentadores de cultura. O Código não concebe a informação como um dado solto, mas como um fator que vertebra e constitui o conhecimento. Se informação conduz a conhecimento, a desinformação (“misinformation”) fabrica o desconhecimento – e o desconhecimento corrói por dentro a democracia.

Levando-se em conta, por fim, que o conhecimento não pode desprezar os fundamentos da ciência (como vimos no artigo 5º), temos que a função do bibliotecário e da bibliotecária não pode estar a serviço de doutrinarismos ou de propaganda. Outra vez, os valores do humanismo falam mais alto – e o Código não poderia ser mais enfático. O artigo 2º, em seu parágrafo único, é explícito:

“O bibliotecário repudia todas as formas de censura e ingerência política.”

É também nesse sentido que o trabalho nas bibliotecas e das bibliotecas, em suas dimensões materiais e imateriais, concorre para a construção da liberdade à medida que observa e cultiva a verdade factual, com o compromisso de resguardar, proteger e encorajar a criatividade humana contra qualquer barreira moral ou política.

# Bibliografia

## Principal

AMERICAN SOCIETY OF NEWSPAPER EDITORS. *Cânones do Jorna-*

*lismo* (Canons of Journalism) apud MEYER, Philip. Ética no Jornalismo: um guia para estudantes, profissionais e leitores. São Paulo: Forense Uni- versitária, 1989.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém** – um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDT, Hannah. *Verdade e Política*. In: . **Entre o Passado e o Futu- ro**. Tradução de Manuel Alberto. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 1995.

ARISTÓTELES. Ética a **Nicômaco**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ARISTÓTELES. **Política**. Edição Bilíngue Grego-Português. Tradução de An- tónio Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Coleção Vega Uni- versidade/Ciências Sociais e Políticas. Lisboa: Vega, 1998.

ARISTOTLE. **Politics with an English translation by H. Rackham**. Wil- liam Heinemann LTD, Harvard University Press. London, 1944.

ART of the lie: Post-truth politics in the age of social media **The Economist**.

Londres: Pearson, vol. 420, n. 9006, 10 set. 2016, 84 p.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

Eugênio Bucci

BATESON, Gregory. **Steps to an ecology of mind**. New York: Ballantine Books, 1972.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicio- nário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

BOOLE, George. *An Investigation of the Laws of Thought:* on which are found- ed the Mathematical theories of Logic and Probabilities. Londres: Walton & Maberlh, 1854, p. 88 apud GLEICK, James. **A informação:** uma histó- ria, uma teoria, uma enxurrada. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BUCCI, Eugênio. **A forma bruta dos protestos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CAPURRO, Rafael. HJORLAND, Birger. O Conceito de Informação. **Pers- pectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Tradução autorizada do capítulo publicado no *Annual Review of Information Science and Technology*. Ed. Blaise Cronin. v. 37, cap. 8, p. 343-411, 2003. Tradução de Ana Maria Pereira Cardoso, Maria da Glória Achtschin e Marco Antônio de Azevedo.

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. São Paulo: Ilu- minura, 1997.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório da Comissão Nacio- nal da Verdade**. Brasília, 10 dez. 2014. Disponível em: [http://cnv.memo-](http://cnv.memo-/) riasreveladas.gov.br/

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Código de Ética e**

**Deontologia do Bibliotecário Brasileiro**. Brasília, 9 nov. 2018. Dispo- nível em: [http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Resolu%-](http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Resolu%25-) C3%A7%C3%A3o-207-C%C3%B3digo-de-%C3%89tica-e-Deontolo- gia-do-CFB-1.pdf

DARNTON, Robert. **Boemia Literária e Revolução:** o submundo das letras no Antigo Regime. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DAWKINS, Richard. **River out of Eden:** a darwinian view of life*.* New York: BasicBooks (a division of Harper Collins Publishers), 1995.

Bibliografia

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DRETSKE, Frederick Irwin. **Knowledge and the flow of information**. Cam- bridge, MA: MIT, 1981.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Constituição** - Emenda I, 15 dez. 1791. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Declaração de Direitos do Bom**

**Povo de Virgínia.** Williamsburg, 16 jun. 1776.

FRANÇA. **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**. França, 26 ago. 1789.

GOMES, Henriette Ferreira. A interligação entre Comunicação e Informação.

**DataGramaZero***,* v. 11, n. 3, p. 3, 2010. Disponível em: [<http://basessibi.](http://basessibi/)

c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/8925>. Acesso em: 31 Maio 2017.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera pública**. Rio de Janei- ro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa**. vol. 1 e 2, Madrid: Taurus, 1987.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus:** uma breve história do amanhã. São Pau- lo: Companhia das Letras, 2016.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Lisboa: Edições 70. 2005.

KELSEN, Hans. **O problema da Justiça**. Tradução de João Baptista Macha- do. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. Tradução de João Baptista Macha- do. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

KEYES, Ralph. **The Post-Truth Era:** Dishonesty and Deception in Contem- porary Life. New York: St. Martin’s Press. 2004.

LACAN, Jacques. *L’envers de psycanalyse*. **Le séminaire**. Livre XVII. Paris: Seuil, 1991.

Eugênio Bucci

LALANDE, André. **Vocabulário técnico de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2ª edição, 1996.

LAZER, David et al. *Combating Fake news:* an agenda for research and ac- tion. In: CONFERÊNCIA HARVARD KENNEDY SCHOOL, 17-18

fev. 2017. Disponível em: https://shorensteincenter.org/combating-fake- news-agenda-for-research/

LIPPMANN, Walter. **Public Opinion***.* New York: Free Press Paperbacks (Si- mon and Schuster), 1997.

MALCOM, Jannet. **O jornalista e o assassino**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

MALESHERBES, Guillaume-Chrétien de Lamoignon de. *Mémoires sur la li- brairie et sur la liberté de la Presse*. Datado de 1788, mas só publicado em 1809, p. 266, apud NASCIMENTO, Milton Meira do. **Opinião Pública e Revolução***.* São Paulo: Edusp / Nova Stella, 1989.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MARX, Karl. **Diferença entre a Filosofia da Natureza de Demócrito e Epi- curo**. Tradução de Nélio Schneider. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 23.

MESQUITA, Fernão. *A pós-verdade levará à pós-democracia?* **Revista USP**, 116, janeiro/fevereiro/março 2018. Pp. 31-38. P. 34. ISSN 0103.9989.

MEYER, Philip. Ética no Jornalismo: um guia para estudantes, profissionais e leitores. São Paulo: Forense Universitária, 1989. (Original de 1987).

MIÈGE, Bernard. *L’espace public: perpétué, élargi et fragmenté*. In: PAILLART, Isabelle (org.). **L’espace public e l’emprise de la communication***.* Gre- noble: Ellug, 1995.

MILANESI, Luiz. **O que é Biblioteca**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. MIRABEAU, Honoré Gabriel de Riqueti, conde de. *Sur la liberté de la Presse,*

*imité de l’anglais*. Londres, 1788, apud NASCIMENTO, Milton Meira do. **Opinião Pública e Revolução**. São Paulo: Edusp / Nova Stella, 1989

Bibliografia

NASCIMENTO, Milton Meira do. **Opinião Pública e Revolução***.* São Pau- lo: Edusp / Nova Stella, 1989.

NOVAES, Adauto. **Mutações:** dissonâncias do progresso. Texto de apresenta- ção publicado no catálogo do ciclo, 2017.

OXFORD DICTIONARIES. Oxford University Press, 2017. Disponível em: [https://www](http://www.oxforddictionaries.com/press/news/2016/12/11/WOTY-16).oxfor[ddictionaries.com/press/news/2016/12/11/W](http://www.oxforddictionaries.com/press/news/2016/12/11/WOTY-16)OT[Y-16](http://www.oxforddictionaries.com/press/news/2016/12/11/WOTY-16) .

PLATÃO. **A República**. Livro III.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *A natureza pragmática da comunicação e a informação*. In: MORIGI, Valdir. JACKS, Nilda; GOLIN, Cida*.* **Episte- mologias, comunicação e informação**. Porto Alegre: Sulina, 2016.

ROGGE, John. Proof by Confession. **Villanova Law Review**, 1966, VOL.

12, N. 1, p.48-50.

ROVELLI, Carlo. **A realidade não é o que parece**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

SANTAELLA, Lucia. *A informação/comunicação hoje e as consequentes sub- versões nas ciências*. In: MORIGI, Valdir. JACKS, Nilda. GOLIN, Cida. **Epistemologias, comunicação e informação**. Porto Alegre: Sulina, 2016.

SANTAELLA, Lucia. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri, SP: Esta- ção das Letras e Cores, 2018 (Coleção Interrogações).

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral***.* Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. São Paulo: Cultrix, 1969.

SEKLES, Flávia. Uma questão de confiança. **Revista de Jornalismo ESPM** (Edição brasileira da Columbia Journalism Review), n. 19, maio/jun./jul. 2017.

SHANNON, Claude; WEAVER, Warren. **The mathematical Theory of Communication**. Urbana, IL: University of Illinois Press, 1964.

SUAIDEN, Emir José. La biblioteca pública y la sociedad de la información. **El Libro En America Latina y Caribe**. Bogota - Colombia, v. 1, n.1, p. 28-38, 1999.

Eugênio Bucci

TOURAINE, Alain. *Comunicación política y crisis de la representatividad*. In: FERRY, Jean-Marc et al. **El nuevo espacio publico***.* Barcelona: Editorial Gedisa, 2º reimpressão, 1998. Original em francês disponível em: http:// documents.irevues.inist.fr/handle/2042/15096

UNESCO. **Declaração de Princípios sobre a Tolerância***.* Aprovada pela Conferência Geral da UNESCO, 28. Paris, 16 nov. 1995.

WEBER, Max. *A política como vocação*. In: **Ciência e Política, duas vocações**.

São Paulo: Cultrix, 2006.

WOODHOUSE, S.C. **English-Greek Dictionary:** A Vocabulary of the Attic Language. George Routledge & Sons, Limited Broadway House, Ludgate Hill, E.C. 1910.

WURMAN, Richard. **Ansiedade de informação: como transformar infor- mação em compreensão**. Tradução de Virgílio Freire. São Paulo: Cultura Editores Associados. 1991.

## Jornais e media eletrônica

ASSOCIATED Press in New York. ‘Misinformation’ picked as word of the year by Dictionary.com. **The Guardian**. Londres, 26 nov. 2018. Disponí- vel em: [https://www](http://www.theguardian.com/science/2018/nov/26/misinforma-).theguar[dian.com/science/2018/nov/26/misinforma-](http://www.theguardian.com/science/2018/nov/26/misinforma-) tion-word-of-the-year-dictionarycom

CONSULTOR JURÍDICO. Notícias falsas sobre a “lava jato” repercutem mais que verdadeiras. **Conjur**. São Paulo, 22 nov. 2016. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2016-nov-22/noticias-falsas-lava-jato-repercu-> tem-verdadeiras

DOW JONES. Apple atinge valor de mercado de US$ 900 bilhões na bolsa de Nova York. **Valor Econômico**. São Paulo, 8 nov. 2017. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/5186711/apple-atinge-valor-de-mer-> cado-de-us-900-bilhoes-na-bolsa-de-nova-york

Bibliografia

EX-CHEFE da campanha de Trump se entrega ao FBI em investigação sobre complô com a Rússia. **Notícias UOL**. São Paulo, 30 out. 2017. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noti- cias/2017/10/30/ex-chefe-da-campanha-de-trump-se-entrega-ao-fbi-em- investigacao-sobre-complo-com-a-russia.htm

EXISTEM 7 tipos de fake news. Você conhece todos? **Magic Web Design**, 19 mar. 2018. Disponível em: [https://www](http://www.magicwebdesign.com.br/blog/).magicw[ebdesign.com.br/blog/](http://www.magicwebdesign.com.br/blog/) internet/existem-7-tipos-fake-news-voce-conhece-todos/

FACEBOOK vai entregar ao Congresso dos EUA anúncios pagos por russos. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 21 set. 2017. Disponível em: https://www1. folha.uol.com.br/mundo/2017/09/1920544-facebook-vai-entregar-ao- congresso-dos-eua-anuncios-pagos-por-russos.shtml

FRANKOVIC, Kathy. Belief in conspiracies largely depends on political iden- tity. **YouGov**, 27 dez. 2016. Disponível em: https://today.yougov.com/ topics/politics/articles-reports/2016/12/27/belief-conspiracies-largely-de- pends-political-iden

GIACCOIA, Osvaldo. E se o erro, a fabulação, o engano revelarem-se tão essenciais quanto a verdade? **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 19 fev. 2017. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/02/ 1859994-e-se-o-erro-a-fabulacao-o-engano-revelarem-se-tao-essenciais- quanto-a-verdade.shtml

GOOGLE admite que russos usaram site para interferir na eleição dos EUA. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 9 out. 2017. Disponível em: [http://www1.](http://www1/) folha.uol.com.br/mundo/2017/10/1925583-google-descobre-anuncios- comprados-por-russos-no-youtube-e-no-gmail.shtml

MELO, Alexandre. Apple e Google são as marcas mais valiosas do mundo. **Valor Econômico**. São Paulo, 25 set. 2017. .Disponível em: [http://www.](http://www/) valor.com.br/empresas/5132310/apple-e-google-sao-marcas-mais-valio- sas-do-mundo

PIMENTA, Angela. Claire Wardle: combater a desinformação é como varrer as ruas. **Observatório da Imprensa**. São Paulo, 14 nov. 2017. Disponível

Eugênio Bucci

em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/credibilidade/claire-wardle-> combater-desinformacao-e-como-varrer-as-ruas/

PUTIN já admite interferência de hackers russos nas eleições nos EUA. **Público**. Portugal, 1 jun. 2017. Disponível em: https://www.publico. pt/2017/06/01/mundo/noticia/putin-diz-que-ataque-informatico-pode- ter-sido-feito-por-russos-com-mentes-patriotas-1774227

REAL Solutions to Fake News: How Libraries Help. **International Federa- tion of Library Associations and Institutions** (IFLA). Annual Conferen- ce, 20 ago. 2017. Disponível em: [https://www.ifla.org/node/11584](http://www.ifla.org/node/11584)

REUTERS. Facebook registra salto no lucro 71% no 2º trimestre de 2017. **Globo G1**. São Paulo, 27 set. 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/ tecnologia/noticia/facebook-registra-salto-no-lucro-71-no-2-trimestre-de-2017.ghtml

ROBERTS, David. Post-truthpolitics. **Grist**, 1abr. 2010. Disponível em: <http://grist.org/article/2010-03-30-post-truth-politics/>

SÁ, Nelson de. Como os grandes jornais e as mídias sociais tentam respon- der à invenção deliberada de fatos. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 19 fev. 2017. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissi- ma/2017/02/1859992-como-os-grandes-jornais-e-as-midias-sociais-ten- tam-responder-a-invencao-deliberada-de-fatos.shtml

TOLEDO, Luiz Fernando. Consulta a bibliotecas na cidade de São Paulo cai 70% em nove anos. **O Estado de S. Paulo**. 19 maio 2017. Metrópole, p. A20. Disponível em: https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,con- sulta-a-bibliotecas-cai-70-em-nove-anos,70001793936

VICTOR, Fábio. Como funciona a engrenagem das notícias falsas no Brasil. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 19 fev. 2017. Disponível em: https://www1. folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/02/1859808-como-funciona-a-engre- nagem-das-noticias-falsas-no-brasil.shtml

Bibliografia

## Complementar

BOSI, Alfredo (org.). **Cultura brasileira:** temas e situações. São Paulo: Editora Ática, 1987.

BRITO, Gisele Ferreira de; VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Quality evaluation of academic library: the LIBQUAL+® methodology and its perspectives of implementation in Brazil. **Brazilian Journal of In- formation Science**, v. 17, p. 25-44, 2013.

CALIL, Carlos Augusto; PENTEADO, Flávio Rodrigo (orgs.). **Me esqueci completamente de mim, sou um departamento de cultur***a*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2015.

COELHO NETO, José Teixeira. **A cultura e seu contrário:** cultura, arte e política pós-2001. São Paulo: Editora Iluminuras, 2008.

COELHO NETO, José Teixeira. **Semiótica, informação e comunicação**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1980.

COELHO NETO, José Teixeira. **Usos da cultura:** políticas de ação cultural.

Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

COSTA, Luciana Ferreira da; SUAIDEN, Emir José. Pela história da ciência da informação no Brasil: proposição e concessão do titulo honorífico de professora emérita da Universidade Federal da Paraíba a Francisca Arruda Ramalho. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 10, p. 204-217, 2014.

DERTOUZOS, Michael L. **O que será:** como o novo mundo da informação transformará nossas vidas. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Com- panhia das Letras, 1997.

DODEBEI, Vera. Ensaio sobre memória e informação. **Morpheus** (UNIRIO. Online), v. 9, p. 227-244, 2016.

DODEBEI, Vera; DOYLE, Andréa . Memória do corpo e ciberespaço em diá- logo. **Liinc em Revista**, v. 11, p. 77-90, 2015.

Eugênio Bucci

GROSSMANN, Martin. Del texto al contexto. **Revista Errata**, v. 5, p. 82-85, 2012.

GROSSMANN, Martin. Desplazamientos y Reposicionamientos en el Arte: en el paso de lo internacional a lo contextual. **Revista Errata**, v. 5, p. 140- 167, 2012.

KEEN, Andrew. **O culto do amador:** como blogs, MySpace, Youtube e a pira- taria digital estão destruindo nossa economia, cultura e valores. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MICELI, Sergio (org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1984.

MICELI, Sergio; GOUVEIA, Maria Alice. **Política cultural comparada**. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políti- cos de São Paulo/Financiadora de Estudos e Pesquisas-FINEP, 1985.

MILANESI, Luiz Augusto. **A casa da invenção:** biblioteca centro de cultura.

3. ed. São Caetano do Sul: Ateliê Editorial, 1997.

MILANESI, Luiz Augusto. **A casa da invenção:** centro de cultura, um perfil.

São Paulo: Siciliano, 1991.

MILANESI, Luiz Augusto. **Ordenar para desordenar:** centros de cultura e bibliotecas públicas. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

ORGANIZAÇÕES GLOBO. **Prncípios editoriais das Organizações Glo- bo**. Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Demasiadamente pós-humano. Entrevista concedida ao grupo de pesquisa “Conhecimento, Tecnologia e Mercado” (CteMe). **Novos Estudos.** CEBRAP, p. 161-175, 2005.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Desencontro ou “Malencontro”?: Os biotec- nólogos brasileiros em face da sócio e da biodiversidade. **Novos Estudos**. CEBRAP, v. 78, p. 49-57, 2007.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Infopolítica - Apresentação. **Ciência e Cultu- ra** (SBPC), v. 60, p. 24-25, 2008.

Bibliografia

SANTOS, Laymert Garcia dos. Prolegômenos da ópera multimídia Amazônia: considerações conceituais sobre um experimento estético–político trans- cultural. **Cadernos de Subjetividade** (PUCSP), v. 13, p. 28-53, 2011.

SANTOS, Laymert Garcia dos; SILVA, Rafael Alves da ; FERREIRA, Pedro Peixoto. Do gorila amestrado de Taylor ao macaco de Nicolelis. **Trabalho, Educação e Saúde** (Impresso), v. 8, p. 551-561, 2010.

SILVA, Jonathas L. C.; GOMES, Henriette Ferreira. Conceitos de Informação na Ciência da Informação: percepções analíticas, proposições e categori- zações. **Informação & Sociedade**. (UFPB. Online), v. 25, p. 145-157, 2015.

SUAIDEN, Emir José. A Biblioteca Pública no Contexto da Sociedade da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 20, n.2, p. 52-60, 2000.

SUAIDEN, Emir José. Acesso aberto: situação e perspectivas no Brasil. **Cua- dernos Fronterizos**, v. 38, p. 27-30, 2016.

SUAIDEN, Emir José. El futuro de los sistemas de información en un régimen de gobierno abierto y ley de transparencia. **Ibersid** (Zaragoza), v. 11, p. 45-51, 2016.

SUGAHARA, Cibele Roberta; VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Fluxo de informação na perspectiva do ambiente em rede. *Revista Digital de* **Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 11, p. 76-97, 2013.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave:** um vocabulário de cultura e socie- dade. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

# Coleção Interrogações

Vivemos saturados de informações em sociedades arqui- complexas. Desde as labutas da vida cotidiana até as tarefas mais especializadas, tudo parece ter perdido a solidez em um emara- nhado de incertezas. Interrogações não faltam ao amanhecer de cada dia. Esta coleção, que A Estação das Letras e Cores Editora lança ao público em geral, busca colocar em discussão questões candentes com que a realidade social, na teia entrecruzada de seus fios políticos, culturais, tecnológicos, psíquicos e educacio- nais, está nos desafiando. Estratégias responsivas não são possí- veis sem que os impasses sejam devidamente pensados. Não se trata de buscar respostas acabadas, mas sim desenvolver o apetite pela reflexão capaz de alimentar o pensamento crítico.

# Sobre o autor

Esta obra foi composta em Minion Pro e Ando pela Schaffer Editorial para a

Estação das Letras e Cores Editora em julho de 2019.

1. Seção 1, págs.155 e 156. Esta versão, estabelecida pela Conforme a Resolução CFB nº 207/2018, revogou a versão anterior (Resolução 042/2002, publicada no DOU de 14/01/2002, Seção 1, pág. 64). [↑](#footnote-ref-1)